

Universidade do Minho
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Carlos André Portilha Leite

**A construção do ethos
em tempo de pandemia:
análise de entrevistas televisivas
entre março de 2020 e agosto de 2021**



Universidade do Minho

Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Carlos André Portilha Leite

**A construção do ethos
em tempo de pandemia:
análise de entrevistas televisivas
entre março de 2020 e agosto de 2021**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciências da Linguagem

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)

Prof. Doutora Maria Aldina Bessa Ferreira Rodrigues Marques

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Agradecimentos

A realização desta dissertação de Mestrado não teria sido possível sem o contributo de várias pessoas, a quem eu passo a agradecer:

Em primeiro lugar, à Universidade do Minho, mais particularmente à Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, por me ter presenteado com a oportunidade de realizar o meu percurso académico durante a Licenciatura e o Mestrado. A todos os docentes que contribuíram para o aprofundamento dos meus conhecimentos e que me ajudaram a chegar até aqui.

Gostaria de agradecer em particular à Professora Maria Aldina Marques que me orientou durante esta etapa. Agradecer-lhe por toda a ajuda, atenção, dedicação, profissionalismo e rigor que me proporcionou na realização desta dissertação.

Por fim, queria agradecer à minha família. Ao meu pai, avós, tios, prima, sogros e cunhadas. Quero fazer um agradecimento em especial à minha mulher. A pessoa que sempre acreditou e me ajudou a chegar ao fim desta etapa. Sempre incansável para me motivar a dar o melhor de mim e sempre me revigorou nos momentos mais complicados. Agradeço-te do fundo do meu coração.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

A construção do *ethos* em tempo de pandemia: análise de entrevistas televisivas entre março 2020 e agosto 2021

A súbita e inesperada chegada da pandemia da COVID-19 veio trazer várias mudanças na nossa sociedade. A forma como os discursos se realizam não foi exceção.

Esta dissertação consiste na análise de um *corpus* composto por seis entrevistas jornalísticas televisivas, tendo como principal objetivo comparar o *ethos* construído por duas classes sociais distintas: políticos e especialistas.

As entrevistas decorreram durante três fases distintas da pandemia. Foram escolhidos três períodos diferentes com o objetivo de concluir se houve mudança na construção do *ethos* dos convidados ao longo da pandemia. Vamos analisar as estratégias e os mecanismos discursivos que cada convidado usou para construir a imagem de si e proceder à comparação deste fator entre as duas classes sociais.

Antes da análise do *corpus*, foi feito um enquadramento teórico-metodológico onde foram abordados os conceitos mais relevantes e importantes para o nosso trabalho, nomeadamente os conceitos de discurso, texto, contexto e género discursivo. Para além do mais, o conceito do género da entrevista foi mais aprofundado, uma vez que é o que constitui o *corpus* de análise do nosso trabalho.

Palavras-chave: discurso, entrevistas, *ethos*, pandemia

ABSTRACT

The construction of *ethos* during the pandemic: analysis of televised interviews between March 2020 and August 2021

The sudden and unexpected arrival of the COVID-19 pandemic brought about several changes in our society. The way discourses are performed was no exception.

This dissertation consists of the analysis of a corpus composed of six television journalistic interviews, with the main objective being to compare the ethos constructed by two distinct social classes: politicians and specialists.

The interviews took place during three distinct phases of the pandemic. Three different periods were chosen with the aim of concluding whether there was a change in the construction of the ethos of the guests throughout the pandemic. We will analyse the strategies and discursive mechanisms that each guest used to construct their self-image and proceed to compare this factor between the two social classes.

Before the corpus analysis, a theoretical and methodological framework was made where the most relevant and important concepts for our work were addressed, namely the concepts of discourse, text, context and discursive genre. Moreover, the concept of the interview genre was further explored, since it is the one which constitutes the corpus of analysis of our work.

Keywords: *ethos*, interviews, pandemic, speech

ÍNDICE

| | |
|---|------------|
| Agradecimentos | iii |
| RESUMO | v |
| ABSTRACT | vi |
| Introdução | 1 |
| I. Enquadramento teórico-metodológico | 5 |
| 1.1. Discurso, texto, contexto e género de discurso | 5 |
| 1.2. O género da entrevista | 14 |
| 1.3. A teoria do <i>Ethos</i>..... | 19 |
| II. Constituição e descrição do <i>corpus</i>..... | 24 |
| 2.1. Constituição do <i>corpus</i>..... | 24 |
| III. A construção dos <i>ethé</i> nas entrevistas televisivas | 28 |
| 3.1. A construção do <i>ethos</i> político | 29 |
| 3.2. A construção do <i>ethos</i> de especialista | 38 |
| 3.3. A construção do <i>ethos (ethé)</i> de políticos e de especialistas – convergências e divergências..... | 47 |
| IV. Conclusões | 49 |
| Referências bibliográficas | 52 |
| Anexos..... | 54 |

Introdução

Nos discursos os participantes para além de falarem de determinados tópicos, mostram-se nos modos como os dizem e como interagem uns com os outros. Como tal, aquilo que comunicamos é muito mais do que aquilo que dizemos. A construção da imagem do locutor, a imagem de si ou *ethos* é uma das vertentes fundamentais da comunicação.

O tema desta dissertação é a construção do *ethos* nos discursos de figuras públicas, mais concretamente de figuras políticas e de cientistas, em entrevistas jornalísticas televisivas, durante o período da pandemia do coronavírus SARS-Cov-2. É nossa opinião que o tema desta dissertação é de grande interesse para o conhecimento do funcionamento dos discursos em interação, particularmente a construção das *imagens de si*, do locutor em entrevistas televisivas de figuras públicas em tempo de pandemia e que será um contributo relevante para o conhecimento dos discursos públicos num quadro político e social tão singular como este. Em particular, é relevante conhecer a imagem que as duas classes em questão, de políticos, responsáveis pelas políticas sociais e sanitárias, e cientistas, responsáveis pelo conhecimento específico mobilizado para fazer frente à pandemia, transmitem de si, em períodos distintos desta época atípica da sociedade portuguesa e mundial.

O súbito surgimento do coronavírus veio mudar drasticamente a forma como vivemos. De repente, a humanidade encontrou-se confinada em casa, com inúmeras incertezas sobre as consequências desta pandemia. A sociedade portuguesa teve de se adaptar a esta nova realidade, mudando de forma muito drástica os seus hábitos e costumes, não só para se proteger, mas para proteger a humanidade. A evolução da pandemia foi feita de altos e baixos, com períodos mais críticos e outros mais tranquilos. Estes momentos refletem a maneira como o conhecimento sobre a doença foi evoluindo e como o governo, a sociedade em geral e a ciência procuraram dar resposta a esta questão. O que o aparecimento do coronavírus trouxe, também neste período histórico-social muito particular, foi um desafio às capacidades de reação de dois grupos específicos, políticos e cientistas. Estes são os setores sociais que mais responsabilidade e influência tiveram na evolução e controlo da pandemia.

Os cientistas tiveram de trabalhar arduamente em busca de uma cura ou, pelo menos, algo que viesse rapidamente reduzir as infeções do vírus. A comunicação social dá voz a estas preocupações:

Neste momento há dezenas de potenciais futuras vacinas nas bancadas de inúmeros grupos e laboratórios a serem desenvolvidas - são pelo menos 78 projetos de vacina em curso, segundo a Nature. Mas este é um processo moroso que tem de passar por várias fases bem definidas de testes laboratoriais e de ensaios clínicos de segurança e eficácia, para poderem ser vir a ser utilizados um dia nas populações humanas. (Naves, 2020)

Foi marcante a pressão a nível internacional para desenvolver uma vacina num curto espaço de tempo, como instrumento de controlo efetivo da pandemia. Menos de um ano depois de surgirem os primeiros casos de COVID-19 em Portugal, a 2 de dezembro de 2020 é anunciado pela Ministra da Saúde, Marta Temido, que Portugal irá receber mais de 22 milhões de doses de vacinas contra o coronavírus e no dia seguinte é aprovado o plano de vacinação. Este começou oficialmente no dia 27 de dezembro de 2020. A 15 de setembro de 2021, anuncia-se que Portugal é o país do mundo com maior taxa de cobertura da população com a vacinação completa. Sobressai o trabalho dos médicos nos hospitais, que viveram dias e dias de pânico e que tudo fizeram para salvar o máximo de doentes possível. Os meios de comunicação social acompanharam *pari passu* o evoluir da situação em Portugal e no mundo. Por isso, deram também visibilidade ao ambiente de pânico que se viveu nos primeiros meses, com destaque para as notícias sobre Itália, um dos países que viveu momentos de maior aflição e pânico, principalmente no mês de março de 2020:

Com mais de dez mil casos confirmados de infeção pelo coronavírus e pelo menos 631 mortos, Itália entrou esta semana numa nova fase de combate ao surto. O país europeu mais afetado pelo vírus — e o segundo a nível global, depois da China — está desde esta terça-feira em isolamento total, o último esforço do governo de Giuseppe Conte para tentar conter um surto que está a deixar os hospitais italianos à beira do colapso. No norte do país, região mais afetada, os médicos estão mesmo a ser forçados a escolher entre quem tratar e quem deixar morrer. (Gomes, 2020)

A classe política, com destaque para o Governo e sobretudo a Ministra da Saúde, ganha proeminência acrescida. São, para além dos cientistas, as personalidades mais influentes durante este período, porque são, principalmente, as figuras políticas que incorporam o governo de um país, que têm de tomar as decisões mais importantes e determinantes. Quando surgiu a pandemia, tiveram de ser criadas e implementadas novas medidas e restrições que afetaram de forma significativa a população. As consequências sociais das medidas sanitárias foram trágicas. Com o confinamento, muitos estabelecimentos comerciais e empresas tiveram de fechar e houve um aumento no desemprego. Coube ao governo uma tarefa de extrema dificuldade, tomar as medidas mais apropriadas para combater a pandemia e a crise que esta viria trazer. Coube à ciência a tarefa de dar suporte científico às medidas governamentais. Durante as diferentes fases da pandemia foram várias as medidas implementadas, apoiadas em informação científica, que, conseqüentemente, viriam a ter impacto, ora mais positivo ora negativo, na vida da população portuguesa.

Considerando este contexto histórico, de exposição pública destas duas classes sociais, decidimos estudar a imagem que políticos e cientistas dão de si, em entrevistas televisivas. Impõem-se então várias perguntas de investigação:

- Como é que duas classes sociais diferentes, mas com relevância similar no momento histórico vivido, se mostram nos discursos públicos?

- Como é que a *imagem de si* foi construída pelos intervenientes nestas entrevistas?

- Políticos e cientistas constroem *imagens de si* diferentes ou semelhantes?

- Estas *imagens de si* sofreram alterações ao longo do período pandémico?

- Existe relação entre a construção do *ethos* e o tópico discursivo da COVID-19?

- As emoções estão presentes na construção discursiva destes *ethé* e, em caso afirmativo, quais estão presentes?

- Que mecanismos e estratégias são usados na construção destes *ethé*?

Assim, o nosso principal objetivo é estudar o modo como os *ethé*, ou imagens de si, de políticos e cientistas se constroem em entrevistas televisivas, ao longo do período pandémico entre março de 2020 e agosto de 2021. Pretende-se, por isso, observar e analisar se o *ethos* ou imagens de si é diferente consoante as diferentes fases da crise pandémica. Como objetivos específicos temos:

- Especificar as características que individualizam os *ethé* dos políticos e dos especialistas.

- Relacionar as características identificadas nos dois grupos.

- Identificar as emoções construídas no discurso que participam na construção do *ethos*.

- Reconhecer os mecanismos linguístico-discursivos centrais na construção dos *ethé* dos entrevistados.

Para realizar a nossa investigação, e determinar os modos de construção dos *ethé* de políticos e cientistas, foram selecionadas seis entrevistas televisivas, que constituem o nosso *corpus*. São três entrevistas com figuras políticas e três entrevistas com especialistas ligados às ciências da saúde, que ocorreram em diferentes períodos da pandemia.

A presente dissertação está organizada do seguinte modo: na Introdução fazemos o enquadramento do tema da tese e a justificação da escolha realizada; apresentamos as perguntas de investigação, os objetivos e o *corpus* selecionado para a análise. No Capítulo I, fazemos o enquadramento teórico-metodológico, apresentando a perspetiva teórica e metodológica, uma abordagem enunciativa e qualitativa dos discursos. Para tal, é fundamental apresentar os conceitos que sustentam a nossa análise, como os de discurso, contexto, género de discurso e *ethos*. No Capítulo II, procedemos à apresentação e discussão das características do género entrevista, dando principal destaque às entrevistas jornalísticas

televisivas, que são as que constituem o nosso *corpus*. De seguida, fazemos a análise das entrevistas, tendo como ponto principal a análise do *ethos*, político ou científico, dos entrevistados e a comparação entre os modos de construção discursiva dos *ethé* de cada grupo, nomeadamente as estratégias de argumentação utilizadas. A dissertação termina com as Conclusões, seguidas das Referências Bibliográficas e dos Anexos, que contêm a transcrição das entrevistas.

I. Enquadramento teórico-metodológico

Neste capítulo vamos proceder ao enquadramento teórico-metodológico da nossa investigação. Para a análise dos *ethé* dos políticos e cientistas em entrevistas televisivas, adotamos uma perspectiva enunciativa-discursiva. É uma perspectiva interdisciplinar, a partir da análise linguística dos discursos.

Assim, os conceitos de discurso, contexto e género de discurso, que são fundamentais para a nossa dissertação, irão ser apresentados de forma sucinta. É no conceito teórico de *ethos* ou *imagem de si* que centramos a nossa atenção.

1.1. Discurso, texto, contexto e género de discurso

“[...] os conceitos de texto, género e discurso não são conceitos isolados, mas deve-se sempre considerar o sistema de conceitos que eles formam no quadro desta ou daquela teoria da linguagem” (Adam, 2012: 10).

Começamos com esta citação de Jean-Michel Adam, que refere que os conceitos de texto, género e discurso não são conceitos isolados e que é necessário atender às relações que estabelecem entre eles no quadro das diversas teorias da linguagem. No entanto, neste capítulo vamos abordar cada conceito de uma forma mais singular, mas referindo sempre as relações que entre si estabelecem.

Sob a influência da sintaxe, que o paradigma generativista privilegia, o texto começou por ser definido como uma “[...] unidade linguística (do sistema) superior à frase” (Koch, 1995: 21) ou como uma “[...] sucessão ou combinação de frases” (Koch, 1995: 21). Os limites desta proposta levam a alargar o quadro teórico à semântica e à pragmática, isto é, a uma teoria da linguagem em uso. Numa perspectiva semântica, como a de Halliday e Hasan, abaixo, o texto é uma unidade linguística diversa da frase, não em termos quantitativos, mas qualitativos;

Um texto é antes considerado como uma unidade semântica: uma unidade não de forma, mas de significado. Portanto, está relacionado com uma frase ou oração não em termos de tamanho, mas de realização, [...]. Um texto não é constituído por frases; é realizado por, ou codificado em, frases [...]. (Halliday & Hasan, 1976: 2)

A importância crescente da Pragmática redireciona a reflexão e o texto é definido como sendo um fenómeno comunicativo que está sujeito a normas de textualidade como a coerência e a coesão. A coesão é responsável pela unidade formal do texto. É construída por mecanismos gramaticais e lexicais. A coerência constrói-se através das relações que as partes de um texto estabelecem entre si. Beaugrande e Dressler, definem o texto através do conjunto de várias normas: “Um texto será definido como uma

ocorrência comunicativa que cumpre sete normas de textualidade. Se alguma destas normas não for cumprida, o texto não será comunicativo. Assim, os textos não comunicativos são tratados como não-textos” (Beaugrande & Dressler, 1981). [tradução pessoal]

Para além da coesão e da coerência, indicadas acima, Beugrande e Dressler selecionam cinco normas adicionais. São elas a informatividade, aceitabilidade, intencionalidade, intertextualidade e situacionalidade.

Jean-Michel Adam, apresenta uma proposta do texto como uma unidade configuracional, constituído por módulos ou componentes inter-relacionados, mostradas na Figura 1:

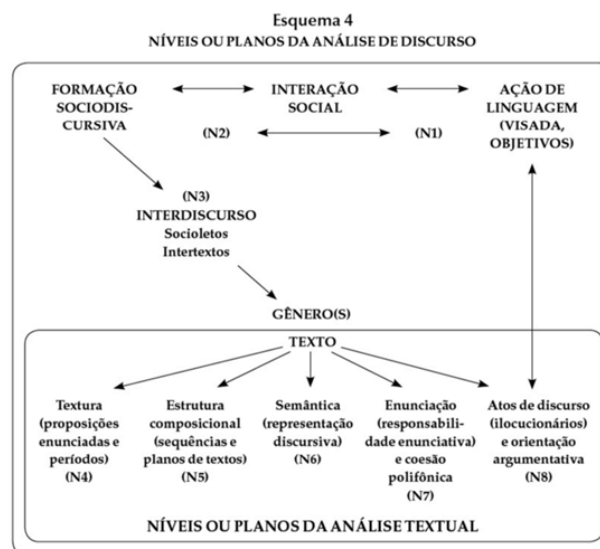


Figura 1 - Planos da Análise Textual

Adam (2008: 61)

Na explicação da sua proposta sobre o texto e sua organização, o autor salienta a complexidade e heterogeneidade do objeto texto:

Ao distinguirmos diversos planos da organização da textualidade, procuramos [...] dar conta do caráter profundamente heterogêneo de um objeto irreduzível a um único modo de organização, de um objeto complexo, mas ao mesmo tempo coerente. Nesta perspectiva, os textos aparecem como configurações reguladas por planos de organização em constante interação. (Adam, 1996: 31)

No esquema acima apresentado, Jean-Michel Adam sumariza a sua teoria dos planos de organização textual e do discurso. Representa um elemento de comunicação abordado através de pontos de vista distintos, tendo em consideração a inter-relação dos planos de análise do discurso, que representam a dimensão social, com os planos de análise textual, os quais representam a dimensão

linguística. No que toca a estas duas dimensões, elas não existem uma sem a outra, pois ambas confluem para o entendimento do texto e do discurso enquanto procedimentos sociais de carácter linguístico.

O esquema também representa os níveis ou planos de organização textual propostos por Adam. O texto é constituído pela *textura*¹, que inclui os domínios clássicos da linguística da frase, como o fonema o sintagma e a frase. Os períodos, sequências e plano de texto são as unidades que individualizam a estrutura composicional. A representação discursiva, isto é, a construção de um conteúdo referencial, os objetos de discurso e tópicos, enforma o plano de organização semântica. O plano de organização enunciativa engloba as vozes do discurso, não apenas as vozes dos participantes, que fazem parte do quadro comunicativo, mas toda a dimensão dialógica que, desde Bakhtin, é uma dimensão fundamental da construção dos sentidos dos discursos. Por fim, os atos de discurso, a argumentação discursiva, constituem o plano de organização ilocutória e argumentativa.

Em *A noção de texto*, de 2022, Jean-Michel Adam, recorre a várias perspetivas para fazer a distinção entre discurso e texto, começando pelo trabalho do filósofo Paul Ricoeur: “[...] a fórmula do texto é um discurso fixado pela escritura enfatiza uma diferença: O que é fixado pela escritura é um discurso que, certamente, poderíamos haver dito, mas que justamente escrevemos, porque não o dizemos” (Adam, 2022: 27). Através desta perspetiva, foi possível associar o “texto” àquilo que é escrito, enquanto que o “discurso” é associado àquilo que é dito. Assim, temos a distinção de texto/discurso = escrita/oralidade. Com o suporte das transcrições linguísticas, é possível identificar elementos como pausas, aumentos ou reduções de voz. No entanto, não é possível restringir a língua escrita a estas decodificações da língua oral. Existem autores que não separam o texto escrito do texto oral. Por exemplo, o linguista romeno, Eugenio Coseriu define o texto como sendo “[...] a série de atos linguísticos conexos que um dado locutor realiza, em uma situação concreta que, naturalmente, pode tomar a forma falada ou escrita” (Coseriu, 2007: 86). Assim, a diferença entre texto e discurso não passa pela dissemelhança entre o que é escrito e o que é oral. Esta diferenciação refere-se a um princípio duplo formulado por Geneviève Provost-Chauveau, em que: “A análise do discurso supõe a junção de vários textos” (Provost-Chauveau, 1971: 19) e “[O] texto – exemplo de discurso – nunca está realmente fechado, ele é continuação, por um lado, e inacabamento, por outro. Ele só existe como texto pelo que o precede e o constitui, isto é, em função de outros discursos” (Provost-Chauveau, 1971: 19).

Jean-Michel Adam (1999: 23) começou por apresentar a seguinte fórmula para fazer a distinção entre texto e discurso: “Texto = Discurso – Contexto e Discurso = Texto + Contexto”. Aqui, o texto é

¹ Aqui denota-se a polissemia do conceito de texto, uma vez que “textura” também é uma qualidade do mesmo.

apresentado como distinto, separável do texto. Não há texto sem contexto. O texto é estruturado por, e estruturador do contexto. O texto e o discurso não são unidades diferentes, mas duas formas diferentes de analisar a linguagem em uso. Inicialmente texto e contexto estavam dissociados, no entanto, já não é possível dissociar estes termos. A fórmula apresentada por Adam (1999: 23) foi posteriormente desconsiderada pelo mesmo pois “[...] deixa supor uma oposição e uma complementaridade dos conceitos de texto e de discurso, ao passo que se tratava de dizer que esses dois conceitos se sobrepõem e se cruzam em função da perspectiva de análise escolhida” (Adam, 2008: 52).

O conceito de enunciação é igualmente relevante dentro desta temática. Para Émile Benveniste (1974: 80):

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, essa manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o próprio ato de produzir um enunciado e não o texto do enunciado que é nosso objeto. Esse ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta.

Dominique Maingueneau, propõe uma definição do conceito de discurso em função do que designar como oito ideias-força. É desta proposta que vamos partir.

“O discurso é uma organização além da frase” (Maingueneau, 2015: 25). A frase é uma unidade do discurso. O discurso é uma unidade empírica, complexa, que não é constituído apenas por frases. É isso que Maingueneau quer dizer. Da frase ao texto há uma mudança que não é quantitativa (por isso um texto pode ser constituído só por uma frase), mas é qualitativa. Considerar o discurso/texto como unidade de análise é integrar necessariamente dimensões linguísticas, discursivas, sociais, culturais e cognitivas. “O discurso é uma forma de ação” (Maingueneau, 2015: 25). Quando falamos estamos, de certa forma, a realizar uma ação (perguntar, afirmar, declarar, responder, etc.). Este aspeto está relacionado com a proposta dos atos de fala, elaborados por John Langshaw Austin (1962) e posteriormente trabalhados por John Searle (1969). “O discurso é interativo” (Maingueneau, 2015: 26). Qualquer que seja a forma de discurso, vai sempre implicar que exista uma interação, na qual vai existir sempre um locutor (quem envia a mensagem) e um locutário (quem recebe a mensagem). A forma de interação mais indubitável é, sem dúvida, a conversação, onde os interlocutores têm controlo das suas enunciações e reagem no momento à conduta um do outro. “Qualquer enunciação supõe a presença de outra instância de enunciação, em relação à qual alguém constrói seu próprio discurso” (Maingueneau, 2015: 26). “Nesta perspectiva, a conversação é um dos modos de manifestação — mesmo que seja sem dúvida fortemente dominante, do ponto de vista quantitativo — da interatividade fundamental do discurso” (Maingueneau, 2015: 26). “O discurso é contextualizado” (Maingueneau, 2015: 26). O discurso é

indissociável do contexto. O contexto é estruturador dos discursos. Não pode ser concedido um sentido a um enunciado se este tiver fora de um contexto. Dentro deste tópico entra o conceito de “indicialidade”, na qual “expressões indiciais (eu, tu, ontem, aí...) têm como característica serem por natureza semanticamente incompletas, de só terem referente mediante a enunciação singular em que são empregadas” (Maingueneau, 2015: 26). “O discurso é assumido por um sujeito” (Maingueneau, 2015: 27). Toda a enunciação implica a presença de um sujeito, que se encontre num determinado espaço e tempo e que, para além disso, demonstre qual a sua atitude naquilo que enuncia e em relação ao seu locutário. “O discurso é regido por normas” (Maingueneau, 2015: 27). Um dos exemplos destas normas são as máximas conversacionais criadas por Paul Grice (1975), que visam clarificar e minuciar o que vai para além daquilo que é enunciado. “O discurso é assumido dentro de um interdiscurso” (Maingueneau, 2015: 28). Para Maingueneau, um discurso tem de ser interrelacionado com outros enunciados. Um texto/discurso de um determinado género de discurso tem de ser correferido com outros textos do mesmo género. Portanto, é como se os discursos estivessem de alguma maneira interrelacionados uns com os outros. É preciso ter a noção dos outros enunciados com um enunciado e relacionar com os mesmos para a sua compreensão ser melhor. “O discurso constrói socialmente o sentido” (Maingueneau, 2015: 28). O sentido aqui está não só associado a uma interação de dois intervenientes, mas também às interações de várias pessoas para uma vasta audiência. “O sentido de que se trata aqui não é um sentido diretamente acessível, estável, imanente a um enunciado ou a um grupo de enunciados que estaria esperando para ser decifrado: ele é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas” (Maingueneau, 2015: 29).

Dependendo da perspetiva e da forma como o discurso é abordado, o investigador/pesquisador irá dar destaque a uma das ideias-força anteriormente referidas, mas nunca descartando as restantes (Maingueneau, 2015: 29).

O conceito de contexto é, também, central e objeto de definições diversas que determinam o seu estatuto teórico. “O contexto não é o que permite compreender ‘completamente’ o sentido do enunciado (tudo o que escapasse à descodificação linguística), o contexto é o conjunto das informações que tornam o enunciado do locutor pertinente” (Moeschler, 2001: 13).

No Dicionário da Análise do Discurso:

O contexto de qualquer elemento X é, em princípio, tudo o que rodeia esse elemento. Quando X é uma unidade linguística (de natureza e dimensão variáveis: fonema, morfema, palavra, frase, enunciado), o enquadramento de X é simultaneamente linguístico (enquadramento verbal) e não-linguístico (enquadramento situacional, social, cultural).

Dependendo do autor, o termo "contexto" é utilizado para se referir principalmente ou ao enquadramento verbal da unidade (que outros preferem chamar, de acordo com um uso cada vez mais difundido, de cotexto), ou à situação de comunicação. (Charaudeau & Maingueneau, 2002: 134) [tradução pessoal]

Nesta definição de contexto no *Dicionário da Análise do Discurso*, deve-se dar ênfase à referência das dimensões linguísticas e não-linguísticas. As dimensões linguísticas, tal como o seu nome indica, refere-se à língua na sua totalidade. Por outro lado, as dimensões não-linguísticas incorporam o plano espaço-temporal (referente ao espaço físico e quando existe interação entre um locutor e um recetor), o plano situacional (o tipo de atividade envolvida e as regras a que regem), e o plano social (referente às características dos participantes, aos seus estatutos e funções, e as relações existentes entre eles) (Charaudeau & Maingueneau, 2002: 135).

Um dos autores fundamentais do estudo do contexto, Teun van Dijk, aborda esta questão a partir da percepção dos processos sociocognitivos e linguísticos relativos ao contexto. Para van Dijk, utilizar a linguagem envolve processos cognitivos, que se relacionam com dimensões sociais. Como referem Koch, Morato, & Bentes (2011: 80), a definição que van Dijk propõe para o conceito de modelo de contexto integra estas vertentes:

[O] autor define os modelos de contexto como a interpretação subjetiva do contexto que os participantes de uma situação comunicativa constroem dos traços dessa situação, traços estes que condicionam a produção, estruturação e compreensão do discurso; assim, os modelos de contexto permitiriam o controle geral e local de todos os processos envolvidos na compreensão e produção dos textos e das interações.

Para van Dijk (1997), existem alguns traços contextuais fundamentais que auxiliam no estudo do contexto. Alguns deles são os atributos pessoais dos participantes, como a idade, o género ou profissão. O autor tem em consideração a diferença de estatuto social ou mesmo a relação pessoal entre os participantes como um traço contextual relevante. Outro traço contextual importante é o cenário, nomeadamente as características físicas do ambiente em questão, como o tempo e o lugar. “O cenário pode ser privado ou público, informal ou institucional” (Koch, Morato, & Bentes, 2011: 85). Van Dijk, no mesmo texto, refere-se ao terceiro traço contextual como os “objetos típicos” que são responsáveis pela determinação de contextos. “A sala de aula, a sala do júri, a redação de um jornal, são cheias desses objetos especiais” (Koch, Morato, & Bentes, 2011: 85). As ações verbais e não-verbais são igualmente traços contextuais muito importantes. Os gestos, expressões e movimentações corporais, assim como

os atos de fala, fazem parte destas ações e têm um papel indispensável na composição discursiva e no entendimento do contexto.

Todas as explicações sobre conhecimentos implícitos, pressuposições e interpretações sobre o discurso e/ou falante assumem o formato de algum tipo de conhecimento sobre os falantes. Similarmente, entender a ação pressupõe a atribuição de intenções, planos e propósitos aos falantes e/ou aos produtores de textos escritos. Estes dois últimos traços, embora possam ser considerados propriedades relevantes dos falantes, também devem ser vistos como importantes na definição de contexto. (Dijk, 1997: 14)

Van Dijk, considera que qualquer interpretação de um discurso, está diretamente relacionada com o conhecimento que existe sobre o locutor. Do mesmo modo e para uma melhor compreensão da ação, implica que haja uma atribuição de intenções e juízos aos locutores ou criadores de um texto escrito. Estas características permitem evidenciar a importância discursiva.

Kerbrat-Orecchioni (2002), apresenta uma concepção de contexto que se articula com a proposta de van Dijk, ao sublinhar a dinamicidade do contexto. Com efeito, para a autora:

[O] discurso é uma atividade condicionada (pelo contexto) e transformadora (desse mesmo contexto); dado no início da interação, o contexto é simultaneamente construído na e pela forma como o discurso se desenrola; definida à entrada, a situação é constantemente redefinida pelo conjunto dos acontecimentos discursivos. (Kerbrat-Orecchioni, 2002: 135)

Na perspectiva da autora, o contexto também alberga características, referentes ao quadro comunicativo. São elas o quadro espacial, que é caracterizado pelos aspetos físicos, nomeadamente os locais onde decorrem as interações, mas também se caracteriza pelo papel social e institucional que o local desempenha. Tem-se o quadro temporal, que representa, por exemplo, o início e o fim de uma interação. O discurso tem de ser devidamente apropriado tendo em conta em que momento acontecem as interações e se estas são utilizadas de forma conveniente, como cumprimentar o interlocutor a meio de uma conversa ou desejar um feliz Natal durante o mês de julho. Quanto aos objetivos, “[...] distinguem-se o objetivo global da interação (ex.: “consulta médica”) e os objetivos mais pontuais que correspondem aos diferentes atos de fala realizados ao longo do encontro” (Kerbrat-Orecchioni, 2006: 26). No que concerne os participantes, é tido em conta o número, as características individuais e as relações mútuas que apresentam entre si. Embora o quadro comunicativo e as suas características sejam importantes, não o tomamos como entidade exterior ao discurso, mas como algo construído em discurso.

Para a análise do nosso *corpus*, é também necessário recorrer à noção de quadro participativo, a que se refere Kerbrat-Orecchioni (1990: 84): “A cada tipo de interação dada corresponde um ‘esquema participativo’ próprio, sobre o qual é necessário primeiro esclarecer a natureza: o número de participantes implicados, a distribuição dos papéis interlocutivos”.

O nosso trabalho é sobre o género da entrevista. A caracterização do quadro enunciativo, constituído pela noção de pessoa (eu/tu) e pela situação de uso (espaço e tempo) (Benveniste, 1974), é fundamental para a identificação e descrição dos papéis do jornalista, do entrevistado e do público. Através do quadro participativo, é possível distinguir as funções dos intervenientes de uma entrevista: “[...] as entrevistas mediáticas [...] comportam, além da díade entrevistador-entrevistado (aqueles que se vêem mutuamente e falam em alternância), uma gama de ouvintes adicionais, testemunhas da encenação da entrevista, mas interditados de usar a palavra” (Kerbrat-Orecchioni, 1990: 84).

Para além da identificação dos participantes, é também necessário reconhecer os papéis interacionais. “O conjunto dos papéis interacionais define o contrato de comunicação, ao qual estão submetidos os participantes em um tipo determinado de interação” (Kerbrat-Orecchioni, 2006: 33).

No que diz respeito à produção, o contexto determina o conjunto de escolhas discursivas que o falante deve efetuar: seleção dos temas e das formas de tratamento, nível de língua, atos de fala etc. No que diz respeito à interpretação dos enunciados pelo recetor, o contexto desempenha, igualmente, um papel decisivo, em particular, para a identificação da significação implícita do discurso dirigido. (Kerbrat-Orecchioni, 2006: 33)

Para fazer a caracterização precisa de uma interação, necessita-se de reconhecer o contexto em que ocorre. Existem dados contextuais referentes aos participantes, como por exemplo a idade ou o género, que podem não ser tão determinantes para a interpretação do discurso, pois depende do género discursivo. Os elementos que são “[...] mobilizados, ativados e explorados no discurso” (Kerbrat-Orecchioni, 2006: 34) são aqueles que fazem parte do chamado “contexto pertinente”. Estes elementos inscritos no texto são índices de contextualização.

Texto e discurso representam duas formas de considerar a textualidade de um objeto empírico específico. Ao referirmo-nos ao termo “discurso”, destacamos o facto de que todo o texto empírico pode ser caracterizado, tendo em conta um ou mais géneros. É orientado não só por regras da língua, mas também pelas regras relacionadas ao tipo de práticas sociais em que é criado e analisado.

Desde que haja um texto, ou seja, o reconhecimento do facto de que uma sequência de afirmações forma um todo comunicativo, há um efeito de genericidade, ou seja, a inscrição

desta sequência de afirmações numa classe de discurso. Por outras palavras, não há textos sem género(s) e é através do sistema de género de uma dada formação sócio histórica que a textualidade encontra a discursividade e que a linguística textual encontra a análise do discurso. (Adam, 2012: 14) [tradução pessoal]

É possível então identificar e analisar a relação que o texto tem com os géneros de discurso, conceito em que vamos agora focar-nos. Quando temos como objetos de estudo os discursos empíricos, estamos face a uma heterogeneidade de discursos.

Bakhtin considera que o género não é algo característico dos textos literários, o género é característico da linguagem em uso. Não falamos por palavras, não falamos por frases, falamos por géneros de textos. Cada texto que ouvimos ou produzimos está integrado numa categoria linguístico-discursiva que se chama género de discurso. Para Bakhtin, o género de discurso está relacionado com os produtos empíricos construídos pelos falantes. São modos de dizer relativamente estáveis, podem mudar, mas a mudança é lenta, e são construídos pelas comunidades linguísticas e sociais. Não é possível analisar a linguagem em uso, os produtos discursivos e os seus processos, sem ter em conta o conceito de género. Este conceito fundamental determinou desde logo a constituição do nosso *corpus*. É fundamental em termos de análise, pois parte-se das características de género para analisar o modo como a língua se constrói nesse mesmo género

Na perspetiva de Mikhail Bakhtin, todo o tipo de atividades do quotidiano está relacionado com o uso da linguagem. A linguagem emprega-se através de enunciados, tanto orais como escritos, emitido pelos envolventes nas ditas atividades quotidianas.

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. (Bakhtin, 2016: 11-12)

Bakhtin também afirma que “[...] cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos géneros do discurso” (Bakhtin, 2016: 12). Uma característica essencial dos géneros de discurso é a sua heterogeneidade.

[T]ambém devemos incluir nos géneros do discurso as breves réplicas do diálogo do quotidiano (saliente-se que a diversidade das modalidades de diálogo cotidiano é extraordinariamente grande em função do seu tema, da situação e da com posição dos

participantes), o relato cotidiano, a carta (em todas as suas diversas formas), o comando militar lacônico padronizado, a ordem desdobrada e detalhada, o repertório bastante vário (padronizado na maioria dos casos) dos documentos oficiais e o diversificado universo das manifestações publicísticas (no amplo sentido do termo: sociais, políticas); mas aí também devemos incluir as variadas formas das manifestações científicas e todos os gêneros literários (do provérbio ao romance de múltiplos volumes). (Bakhtin, 1979: 12)

1.2. O gênero da entrevista

Edgar Morin define a entrevista como “[...] uma comunicação pessoal tendo em vista um objetivo de informação” (Morin, 1966: 15). Morin aplica esta definição tanto para a entrevista dentro da comunicação social, como para a entrevista no âmbito das ciências sociais. No entanto, a natureza da informação em ambas as situações, é distinta. Para Morin, nas entrevistas de comunicação social, a informação “[...] obedece às normas jornalísticas, e, muito frequentemente, tem um fim espetacular” (Morin, 1966: 115). As entrevistas de comunicação social irão ter como destinatário o público em geral.² Independentemente do âmbito da entrevista, o grande objetivo é sempre o mesmo e comum para todos: informar. Para Morin, todavia, a entrevista para além de ter o objetivo de informar tem também uma função psicoafetiva que engloba a própria comunicação, sendo que esse fenómeno “[...] pode perturbar a informação, falseá-la, deformá-la” (Morin, 1966: 116). Esta dimensão psicoafetiva está relacionada com emoções, mas também com o objeto do nosso trabalho, o *ethos*.

Morin (1966: 116), salienta que não há informação pura, que há sempre um ponto de vista na origem de qualquer discurso. Por isso é tão importante analisar o *ethos*.

Cremilda Medina, jornalista, investigadora e professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (FAPESP), define a entrevista como sendo:

[U]ma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano. (Medina, 2008)

² Já nas entrevistas dentro das ciências sociais a informação “enquadra-se num sistema metodológico, hipotético e verificador” (Morin, 1966: 115). São exemplos de ciências sociais a Antropologia, História, Filosofia, Psicologia, Sociologia, entre outras. Tendo isto em conta, as entrevistas dentro desta temática interessam apenas a um grupo específico de especialistas.

Para a autora, o foco principal da entrevista é a interação humana, onde a informação é transmitida com o objetivo de estabelecer um inter-relacionamento humano. Mais do que informar, a entrevista permite criar uma ligação entre todos os seus intervenientes.

Já Patrick Charaudeau (2013) estabelece uma relação da entrevista com os “bate-papo” e com as conversas. Isto pelo facto de em todos estes três géneros discursivos ocorrerem trocas linguísticas em que pelo menos dois participantes estão frente a frente e cada um tem direito aos seus turnos de fala. Nos “bate-papo” os participantes têm estatuto equivalentes e o mesmo conhecimento do tema que está a ser falado, com o objetivo da sua melhor compreensão, o que faz com que a troca dos turnos de fala seja mais equilibrada. A conversa, por outro lado, não requer qualquer tipo de estatuto dos participantes nem nenhum tema específico. O tema é definido pelos participantes, pode ou não ir alternando e a troca de turnos não é controlada. Em contrapartida, a entrevista requer uma diferenciação de estatutos. Por um lado, temos um questionador e, por outro, temos um questionado. Neste caso, a “alternância de fala é então regulada e controlada pela instância entrevistadora segundo suas finalidades” (Charaudeau, 2013: 214).

Charaudeau indica que na entrevista a alternância de turnos é controlada pelo entrevistador, no entanto, como irá ser possível testemunhar na análise do nosso *corpus*, não significa que não possa haver interrupções ou sobreposições de parte a parte.

O género discursivo da entrevista acaba por ser um género que sobressai pela sua diversidade em diversas atividades sociais. Este aspeto está presente nesta passagem de Bakhtin:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o carácter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. (Bakhtin, 1979: 261-262)

As relações interpessoais têm um papel fundamental no género das entrevistas, uma vez que acentuam o valor das imagens de si que o entrevistador e o entrevistado criam pelo que dizem e como o dizem (aqui vai-se destacar a importância do *ethos*).

A entrevista jornalística, que é o foco do nosso trabalho, tem a particularidade de integrar algumas subcategorias. Seleccionámos duas categorias para análise, em função do papel sociodiscursivo do entrevistado, a entrevista política e a entrevista de especialista.

Na entrevista política, o entrevistado (figura política) apresenta-se como um representante de si próprio ou de uma entidade da qual faz parte. O que está em causa é uma função política e, muitas vezes, também um partido político, uma instituição, etc. Tendo em conta que o género da entrevista

política é alvo de grande atenção por parte dos cidadãos, o entrevistado deverá ser cauteloso com aquilo que diz, pois estará sujeito ao escrutínio público. Sendo um político, esse escrutínio pode ser mais forte ou agressivo, mas como discurso público, a entrevista sempre tem essa dimensão (Charaudeau, 2013: 215). Na entrevista política, tendo em conta o papel do entrevistado, cabe ao entrevistador obter a melhor qualidade de informação possível, utilizando várias estratégias para o conseguir. Todavia, tem de demonstrar competência, rigor e conhecimento nomeadamente mostrar que conhece o entrevistado e os temas abordados. Fatores esses que são sempre importantes e necessários em qualquer discurso público. Jean-Michel Adam (1997), dentro do contexto político, refere que a entrevista “[...] é um discurso público, cujo objetivo é esclarecer, criar informação, mas também, ou em primeiro lugar, exercer influência” (*apud* Marques, 2013: 274). Na vertente política, para além de ser um género cujo principal objetivo é informar, a entrevista também tem o objetivo de influenciar. Através destes discursos públicos, o entrevistado (político convidado) tem a possibilidade de influenciar o público, dado que um dos grandes objetivos dos discursos políticos é de conseguir o maior número de apoiantes para a sua facção política.

Quanto à entrevista de especialista, “que se define por um propósito técnico concernente a diversos aspetos da vida social, económica e científica” (Charaudeau, 2013: 215), o entrevistado é um “expert” de uma determinada área, cujo papel é responder a questões técnicas relativas a tópicos dentro da sua área profissional. É fundamental que o especialista faça as suas intervenções da forma mais clara e simples possível de maneira a ser mais compreensível para os não-especialistas. Neste caso, tal como o entrevistado, o entrevistador tem que formular as suas perguntas de forma clara para ajudar ainda mais na sua compreensão.³

Para além de serem entrevistas jornalísticas, todas as entrevistas presentes no nosso *corpus* foram transmitidas por um canal televisivo, são, portanto, entrevistas audiovisuais. Este género de entrevista pode ser exibido de várias maneiras, tanto integrado dentro de outro programa televisivo, como apresentado de uma forma independente. Podemos encontrar entrevistas televisivas incluídas noutros géneros, tais como debates, telejornais ou reportagens. No que respeita ao número de intervenientes, as entrevistas televisivas podem conter um ou mais entrevistadores, que podem entrevistar um ou mais entrevistados. No que toca às temáticas deste género de entrevista, elas vão ao encontro dos tipos de entrevistas jornalísticas que apresentámos anteriormente.

As entrevistas organizam-se em sequência de pergunta-resposta, logo as intervenções dos jornalistas e dos entrevistados ficam previamente concedidas, no sentido em que o entrevistado estará

³ Além das entrevistas políticas e de especialistas, existem outras subcategorias de entrevistas jornalísticas propostas por Charaudeau (2013), mas que não são relevantes para o nosso trabalho, como as entrevistas de testemunho, as entrevistas culturais e as entrevistas de estrelas.

à espera de perguntas do jornalista para poder responder. No entanto, não é certo que a entrevista decorra sempre com esta sequência, como irá ser possível ver mais à frente. O jornalista tem a função de gerir a entrevista, de a iniciar e de a terminar, de ir controlando os temas abordados e as questões a serem feitas. Estas ações podem de certa forma condicionar as intervenções comunicativas do entrevistado, podendo assim afetar também o seu *ethos*. Estamos perante um cenário em que o entrevistado não é ele mesmo o único responsável pela construção da imagem de si no discurso. Assim, dependendo de como o entrevistador vai formulando a entrevista, o entrevistado poderá ou não sentir-se mais vulnerável, por exemplo, às perguntas que lhe são colocadas, criando-lhe desta forma a difícil tarefa de reverter a situação.

No que toca aos participantes, para além do entrevistador e do entrevistado, está presente um terceiro elemento: o público que, neste caso, é composto pelos telespetadores. Ao analisar o *ethos* dos interlocutores e as relações interpessoais entre eles estabelecidas, não se pode abstrair do objetivo comum dos mesmos, isto é, a relação que têm como o povo. (Marques, 2013: 276). Os interlocutores devem ter em consciência que milhares de cidadãos portugueses estarão a visualizar a entrevista televisiva e, como tal, a imagem que constroem de si pode influenciar o seu público-alvo e determinar o sucesso da sua entrevista.

Dando primeiramente algum foco ao entrevistador, podemos afirmar que:

A legitimidade do questionamento que o entrevistador conduz não advém apenas das características do género, é-lhe conferida pelo povo e confere-lhe correlativamente uma imagem de autoridade e legitimidade para confrontar o entrevistado, nomeadamente quando este é um político mandatado pelo mesmo povo para governar. (Marques, 2013: 276)

Esta passagem aponta para o facto de o entrevistador não estar apenas sujeito às características e normas do género discursivo da entrevista no momento em que questiona o seu convidado. O jornalista acaba ele mesmo por ser um representante do povo português. Neste caso particular, o jornalista também é um cidadão português e representa o povo, que pretende ouvir as respostas do entrevistado. Assim, o povo português fornece a legitimidade ao entrevistador de ser o seu “porta-voz”, no momento em que entrevista os seus convidados. Nestes cenários, o entrevistador não se limita a questionar o entrevistado somente para obter informação. A intenção é também fazer com que o entrevistado justifique ao público as suas ações e decisões.

Este aspeto demonstra que o jornalista tem de possuir um vasto conhecimento sobre o seu entrevistado para conseguir intervir de forma adequada e precisa durante a entrevista. Ao fazê-lo, também já está, de certa forma, a construir o seu *ethos*, ao demonstrar que realizou o seu “trabalho de casa”.

Noutra perspetiva, a figura política e o especialista, que assumem o papel de entrevistados, deparam-se com uma situação complicada. Não será fácil recuperar uma imagem de si que seja positiva, tendo em consideração todos os fatores referidos anteriormente. Os entrevistados terão de adotar várias estratégias para contrariar as intervenções do jornalista e conseguir manter um *ethos* positivo. Deverá, por exemplo, construir argumentos fortes e plausíveis, mas deve, igualmente, utilizar outras estratégias, no que concerne às perguntas que lhe são feitas: “[...] o entrevistado vai construindo a sua imagem, em movimentos ora de aceitação do questionamento, seguidos muitas vezes de movimentos de refutação total ou parcial, ora de evitamento das perguntas” (Marques, 2013: 282).

O conceito de enunciação está relacionado com a construção da imagem de si. Émile Benveniste, coloca a enunciação no centro da análise linguística. A criação de um determinado enunciado, implica uma ligação com o locutor que usa e que enuncia a língua. Benveniste, via a enunciação “[...] como forma de discurso, [...] que instaura duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma origem e outro destino da enunciação” (Benveniste, 1976: 82). Assim, a enunciação pressupõe um locutor, que consequentemente requer um locutário, e que entre ambos estabelecem uma relação discursiva dependente e recíproca. Michel Pêcheux (1969), também apresenta na sua obra a construção da imagem de si dos locutores:

[P]ara quem A e B, nas duas pontas da cadeia de comunicação, fazem uma imagem um do outro: o emissor A (faz uma imagem de si mesmo e de seu interlocutor B; reciprocamente, o recetor B faz uma imagem do emissor A e de si mesmo. (Amossy, 2005: 11)

Uma autora que também refere esta temática, é Kerbrat-Orecchioni, que propõe integrar “[...] na competência cultural dos dois parceiros da comunicação [...] a imagem que eles fazem de si mesmos, do outro e a que imaginam que o outro faz deles” (Amossy, 2005: 11). Note-se que a autora não faz referência às competências linguísticas dos locutores. Limita-se a referir as competências culturais (não-linguísticas).

Nenhum dos autores acima referidos associa o conceito de enunciação ao termo *ethos*. O primeiro autor a fazê-lo, como irá ser possível constatar posteriormente, foi Oswald Ducrot.

1.3. A teoria do *Ethos*

A teoria do *ethos* é uma dimensão fundamental da análise enunciativa dos discursos. Vamos fazer uma apresentação circunstanciada da teoria do *ethos*, por ser o suporte e quadro para análise das entrevistas que constituem o nosso *corpus*. A atenção à construção da imagem do locutor nos discursos vem desde os tempos clássicos. “Os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (Amossy, 2005: 10). Para Aristóteles, o *ethos* era a representação da imagem de si no discurso pelo locutor. Segundo Amossy (2005: 10), “É [...] ao carácter moral que o discurso deve, eu diria, quase todo seu poder de persuasão”. Já para, Quintiliano, Cícero entre outros autores, o conceito de *ethos* é a imagem que os interlocutores sabem do locutor (Amossy, 2005: 17). Era apenas aplicado à oralidade e ao discurso público.

Na atualidade, o conceito de *ethos* tem vindo a ser elaborado e desenvolvido no quadro de teorias diversas. No *Dicionário da Análise do Discurso*, um texto que de modo sistemático apresenta os conceitos e teorias relativos à análise do discurso, faz-se o enquadramento do conceito e da sua integração nas ciências da linguagem:

[U]m termo emprestado da antiga "retórica", (...) refere-se à imagem de si que o orador constrói no seu discurso a fim de exercer influência sobre o destinatário. Esta noção foi retomada nas Ciências da Linguagem, e principalmente na análise do discurso, onde se refere às modalidades verbais de apresentação de si na interação verbal. (Charaudeau & Maingueneau, 2002: 238) [tradução pessoal]

Já na retórica, o *ethos* pertence ao trio de provas técnicas aristotélico, juntamente com o *logos* e o *pathos* (Retórica I: 1356 a). Com Aristóteles, o *ethos* adquire um significado duplo:

[P]or um lado, refere-se às virtudes morais que tornam o orador credível, nomeadamente a prudência, a virtude e a benevolência (Retórica II: 1378). Por outro lado, tem uma dimensão social na medida em que o orador convence expressando-se de uma forma adequada ao seu carácter e tipo social (Eggs, 1999: 32) (Charaudeau & Maingueneau, 2002: 238). [tradução pessoal]

Em ambos os casos acima referenciados, é a imagem que o orador constrói de si ao realizar o seu discurso. Não é necessariamente a reflexão das suas próprias características.

Como refere Amossy (2005: 32-37), acerca do *ethos* tal como é apresentado na retórica aristotélica, para o orador poder construir a imagem de si da forma mais eficaz deve possuir três qualidades: *phrónesis* (prudência), *areté* (virtude), e *eúnóia* (benevolência). *Phrónesis* é uma palavra

grega que significa sabedoria ou inteligência. Não significa necessariamente a referência a como alguém é inteligente, mas como pode usar os seus conhecimentos e capacidades para beneficiar os outros. *Areté* é a palavra grega para virtude, e significa basicamente excelência de qualquer tipo e a capacidade de viver até ao máximo do seu potencial. Aristóteles acreditava que o objetivo primeiro na vida de um humano era alcançar a felicidade e que para se ser plenamente feliz na vida, ter-se-ia muitas virtudes que trariam a felicidade completa na vida de uma pessoa. Finalmente, *eúnoia* é a palavra grega que significa benevolência, ou mais especificamente, "boa vontade para com o público". Em retórica, *eúnoia* é a relação que o leitor cultiva com o público para ganhar a sua confiança. Esta confiança é o que dá ao leitor credibilidade e o poder de persuadir o público. Ou seja, é a boa vontade que existe para permitir que a relação cresça e prospere.

O *ethos* como categoria retórica apresenta um valor social. O orador, através de determinadas estratégias, poderá persuadir, expressando-se apropriadamente, tendo em conta a sua personalidade e estatuto social (Eggs, 1999: 32). No entanto, tanto para Aristóteles como para Eggs, a imagem de si do orador é produzida nos discursos e pelos discursos, independentemente do estatuto social do locutor.

A perspetiva aristotélica da qual a Ciência da Linguagem se inspira difere a este respeito da tradição iniciada por Isócrates e posteriormente desenvolvida pelos latinos, que define o *ethos* como um dado pré-existente baseado na autoridade individual e institucional do orador (a sua reputação, estatuto social, etc.). (Charaudeau & Maingueneau, 2002: 238) [tradução pessoal]

Autores como Roland Barthes (1975: 203), retomam as ideias de Aristóteles, definindo o *ethos* como: “[O]s traços de carácter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...]. O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo.”

Oswald Ducrot é quem primeiro introduz o termo de *ethos* nas ciências da linguagem. Ele fê-lo no quadro de uma pragmática-semântica e, especificamente, no quadro da sua teoria polifónica da enunciação (TAL). O recurso ao conceito retórico de *ethos* visa ilustrar algumas das particularidades do conceito de locutor. O significado do enunciado incorpora a imagem que o locutor constrói de si no enunciado. Na perspetiva de Ducrot, como referem Charaudeau e Maingueneau (2002: 238):

[A] noção de *ethos* como uma imagem de si está ligada "ao falante-enquanto-tal", por oposição ao sujeito empírico situado num exterior da língua: é na medida em que ele está na origem do enunciado que o falante "recebe certas características que, como resultado,

tornam este enunciado aceitável ou repulsivo" (Ducrot, 1984: 201). Ducrot insiste na centralidade da enunciação na elaboração de uma imagem de si, porque as modalidades da sua enunciação permitem conhecer o orador muito melhor do que aquilo que ele ou ela pode afirmar sobre si próprio. A noção de *ethos* herdada de Aristóteles é desenvolvida por Ducrot no âmbito de uma teoria de polifonia. [tradução pessoal]

Para Ducrot, compreender a imagem do locutor é entender as características que são transmitidas por aquilo que ele diz e não por aquilo que ele possa dizer de si mesmo. Ou seja, é através da enunciação que o locutor se constrói (Amossy, 2005: 14-15). Desta maneira, para construir o seu *ethos*, ou imagem de si, o locutor não tem, necessariamente, de falar diretamente de si, das suas qualidades, nem de fazer um retrato de si mesmo. Ele já o faz no seu discurso seja de forma intencional ou não. É exatamente essa ideia de imagem que o locutor transmite de si mesmo no seu discurso que vai determinar o feedback e a relação com a audiência. Tudo o que é dito pelo locutor no seu discurso tem de ser tido em conta pois tudo vai ter em termos dos sentidos do discurso. A imagem de si é indissociável da imagem que faz dos seus interlocutores. O locutor tem de se adaptar ao seu auditório, e assim "[...] fazer uma imagem dele e, correlativamente, de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem" (Amossy, 2005: 19).

No entanto, é com Dominique Maingueneau que se desenvolve o que pode ser considerado como uma teoria do *ethos*. Para Maingueneau, a imagem de si, ou *ethos*, é uma categoria que se constrói no momento enunciativo e que se apresenta, se mostra, através do discurso. O *ethos* constrói-se pelas escolhas linguísticas realizadas pelo locutor. O *ethos* expressa-se também pelo tom, seja escrito ou verbal. Maingueneau, estabelece uma relação entre o *ethos* e o cenário da enunciação. Esse cenário da enunciação é presumido pelo discurso para poder ser enunciado, pois "qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente" (Amossy, 2005: 75). Na sua obra, Amossy também propõe três cenas para a "cena de enunciação". São elas a "cena englobante", que corresponde ao tipo de discurso, conferindo-lhe uma categoria pragmática. A "cena genérica", que se refere à associação entre um género e um discurso. Por fim, a "cenografia" é concebida pelo próprio texto e não é determinada pelo género. Assim:

O enunciador tem de legitimar o que diz: no seu discurso, ele concede-se a si próprio uma posição institucional e marca a sua relação com o conhecimento. Mas ele não se manifesta apenas como um papel e um estatuto, ele também pode ser entendido como uma voz e um corpo. (Charaudeau & Maingueneau, 2002: 239) [tradução pessoal]

Tendo isto em conta, pode afirmar-se que qualquer ato de tomada de palavra implica uma construção da imagem do locutor. Isso é feito através do seu estilo, competências, ideias, crenças (ou seja, os parâmetros presentes nas definições dadas anteriormente), que ajudam a criar imagem do locutor. No entanto, o *ethos* está também dependente do género de discurso, da dimensão social, ou seja, a comunidade em que se inscreve.

Na tradição retórica existem duas concepções diferentes do *ethos*. A teoria atual recupera essas duas concepções para as integrar numa teoria única.

Maingueneau elabora uma complexa teoria do *ethos*, que se sintetiza no esquema reproduzido na Figura 2:



Figura 2 - Teoria do ethos

Maingueneau (2008: 19)

O *ethos* é composto por duas componentes o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo. Estas duas vertentes são indissociáveis teoricamente. O *ethos* pré-discursivo refere-se à imagem que o interlocutor constrói do locutor, mesmo antes de este ter pronunciado o que quer que seja. É muitas vezes o ponto de partida da imagem que ele constrói no seu discurso (Amossy, 2005: 125). Podemos, como audiência, recuperar o *ethos* discursivo, ou alguns dos seus aspetos, de um locutor que é uma personalidade pública. Vai sendo construído por intermédio das intervenções públicas feitas anteriormente, pelos rumores e suposições que a imprensa e os *media* transmitem sobre essas personalidades, ou até mesmo, no caso dos políticos, os ideais do partido que representam. Em suma, o *ethos* pré-discursivo representa os estereótipos associados ao locutor.

No momento em que toma a palavra, o orador faz uma ideia do seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto sobre seu discurso atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme às exigências de seu projeto argumentativo. É assim que no discurso político os

enunciadores, que ocupam constantemente a cena midiática, são associados a um *ethos* que cada enunciação pode confirmar ou infirmar. (Amossy, 2005: 125)

O *ethos* discursivo incorpora o *ethos* dito e o *ethos* mostrado. O *ethos* dito é criado através das referências diretas do locutor. Por outro lado, o *ethos* mostrado está relacionado com a imagem transmitida do orador que não está diretamente representada no texto, mas é construída pelas características que o locutor transmite ao interlocutor, no momento do discurso. É transmitida através das escolhas linguístico-discursivas, pelo que o locutor diz e como o diz. Desta forma, o *ethos* dito e o *ethos* mostrado apresentam uma relação mútua, uma vez que não há uma linha clara de separação entre o que é e não é explícito. Por outra perspectiva, o locutor pode usufruir do *ethos* discursivo para corroborar ou contrariar o seu *ethos* pré-discursivo. “[...] a construção da imagem de si no discurso tem, em contrapartida, a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica do campo” (Amossy, 2005: 138). O mesmo resulta quanto à legitimidade de autoridade no discurso. Esta autoridade não é apenas concedida ou não, tendo em perspectiva a imagem de si previamente construída, mas também através do discurso que realiza. “O proferimento do discurso ou a colocação de um texto em circulação conferem certa realidade à distribuição dos papéis e às imagens do orador que eles autorizam” (Amossy, 2005: 138). O discurso, ao permitir que essas imagens do orador sejam transmitidas para a sua audiência, vai possibilitar que elas ganhem uma legitimidade que nem sempre é garantida.

De uma maneira ou de outra, o *ethos* pré-discursivo vai influenciar o *ethos* discursivo e o locutor terá de utilizar estratégias discursivas caso possua uma imagem prévia de si negativa, que pode tornar os seus argumentos menos eficazes e plausíveis. Assim, o locutor “deve construir uma imagem de si que seja análoga a seu objetivo argumentativo, levando em consideração a ideia que presumivelmente o auditório projeta dele” (Amossy, 2005: 148). No caso de orador possuir um *ethos* pré-discursivo desfavorável, deverá fortalecer a sua fiabilidade e credibilidade, de modo a dissipar o valor negativo da sua imagem e reestabelecer o seu *ethos* por intermédio do seu discurso.

II. Constituição e descrição do *corpus*

Neste capítulo, apresentamos o nosso *corpus* de análise. Em primeiro lugar, fazemos uma abordagem do género da entrevista, mais especificamente a entrevista jornalística televisiva, uma vez que é o subgénero de entrevista que vamos analisar. Posteriormente, aprofundamos os subgéneros da entrevista, mais especificamente os da entrevista jornalística e televisiva. De seguida, apresentamos as entrevistas do *corpus* com as respetivas fichas técnicas.

2.1. Constituição do *corpus*

O nosso *corpus* é constituído por seis entrevistas jornalísticas televisivas realizadas durante períodos distintos da pandemia COVID-19. Foram considerados três diferentes períodos, em função dos quais foram selecionadas duas entrevistas por período. O primeiro período corresponde ao início da pandemia, quando o surgimento do novo coronavírus parou o mundo, trazendo uma série de dúvidas e incertezas. O segundo período corresponde a uma altura em que a pandemia se encaminhava para uma fase crítica. O terceiro período identifica-se com uma altura em que a primeira fase crítica da pandemia já se encontrava mais atenuada. A escolha destas três fases distintas da pandemia tem como finalidade entender como é construída a imagem de si dos intervenientes das entrevistas do nosso *corpus*, tendo em conta as diferentes circunstâncias de cada período. É também importante observar as diferenças entre os mesmos períodos, mas também as diferenças que existem entre os dois perfis sociais presentes (políticos e especialistas). É ainda importante ver como estes dois perfis se mostram em entrevistas que fazem parte dos discursos públicos e como reagem às transformações que ocorrem durante as diferentes fases da pandemia. Para cada período foi escolhida uma entrevista com um especialista de medicina e outra entrevista com uma figura política.

No primeiro período considerado, as entrevistas decorreram entre março e abril de 2020. A primeira entrevista foi realizada pelo jornalista Rodrigo Guedes de Carvalho ao primeiro-ministro António Costa, a 16 de março de 2020, na SIC Notícias. Nesta entrevista abordou-se o tema do início da pandemia COVID-19 e das dúvidas e incertezas que iria trazer. A segunda entrevista foi realizada pelo jornalista António Figueiredo ao médico pneumologista do hospital de Viseu, Simões Torres, a 21 de abril de 2020, no canal do YouTube do Jornal do Centro, um jornal online de Viseu. Os temas abordados versaram sobre as características conhecidas do novo coronavírus e as novas medidas que deveriam passar a ser tomadas.

No segundo período, as entrevistas decorreram entre novembro de 2020 e janeiro de 2021. A primeira entrevista foi realizada pela jornalista Ana Patrícia Carvalho ao pneumologista Filipe Froes, a 10

de novembro de 2020, na SIC Notícias. O tema abordado foi o estado crítico em que a pandemia se encontrava. A segunda entrevista foi realizada pelos jornalistas Anselmo Crespo e Pedro Mourinho ao primeiro-ministro António Costa, a 15 de janeiro de 2021, na TVI. O tema abordado foi a gestão da pandemia e o seu impacto económico.

As entrevistas do terceiro período selecionado decorreram entre julho e agosto de 2021. A primeira entrevista foi realizada pela jornalista Ana Candeias à ministra da saúde Marta Temido, a 5 de julho de 2021, na TVI. Os temas abordados foram o aumento de casos diários de COVID-19 e o processo de vacinação. A segunda entrevista foi realizada pela jornalista Mónica Martins ao virologista Pedro Simas, a 20 de agosto de 2021, na SIC Notícias. Os temas abordados foram a evolução do processo de vacinação do coronavírus e a possibilidade da remoção das máscaras.

Para a análise do *corpus*, foi feita a transcrição das seis entrevistas escolhidas. Nas transcrições, foi usado o sistema Val.Es.Co, tal como apresentado em Briz (2008), e que colocámos em anexo. Dado o objetivo ser analisar a construção discursiva do *ethos*, há dimensões prosódicas e rítmicas produzidas que podem ser relevantes e fulcrais para o trabalho de análise do *corpus*, como a repetição e a sobreposição.

Para cada entrevista foi elaborada uma ficha técnica, presentes na secção dos anexos, com as informações seguintes:

| Entrevista | |
|--|--------------------------|
| Investigador | |
| Dados identificadores da gravação | Data da gravação |
| | Duração da gravação |
| | Local da interação |
| Situação comunicativa | Assunto |
| | Tom |
| | Modo ou canal |
| | Planeamento |
| Género da interação | |
| Descrição dos participantes | Nº de participantes |
| | Género dos participantes |
| | Nome / papel social |
| Transcrição | |

Da análise das fichas técnicas e dos tópicos centrais das entrevistas, sobressaem as características apresentadas no quadro seguinte:

| Entrevistas | Dados identificadores da gravação | | | Situação comunicativa | Participantes |
|---------------------|--|--------------------------|------------------------------------|---|--|
| Entrevista 1 | 16/03/2020 | 35 minutos e 44 segundos | Estúdios da SIC | Início da pandemia COVID-19, dúvidas e incertezas | Rodrigo Guedes de Carvalho (entrevistador); António Costa (entrevistado, primeiro-ministro de Portugal) |
| Entrevista 2 | 21/04/2020 | 25 minutos e 51 segundos | Estúdios do canal Jornal do Centro | Características do coronavírus e as medidas a serem tomadas | António Figueiredo (entrevistador); Simões Torres (entrevistado, pneumologista) |
| Entrevista 3 | 10/11/2020 | 12 minutos e 23 segundos | Estúdios da SIC | O estado crítico da pandemia COVID-19 | Ana Patrícia Carvalho (entrevistadora); Filipe Froes (entrevistado, pneumologista) |
| Entrevista 4 | 15/01/2021 | 51 minutos e 21 segundos | Estúdios da TVI | Gestão da pandemia COVID-19 e o seu impacto na economia | Anselmo Crespo e Pedro Mourinho (entrevistadores); António Costa (entrevistado, primeiro-ministro de Portugal) |
| Entrevista 5 | 05/07/2021 | 25 minutos e 18 segundos | Estúdios da TVI | Aumento dos casos de COVID-19 e o processo de vacinação | Ana Candeias (entrevistadora); Marta Temido (entrevistada, ministra da saúde de Portugal) |
| Entrevista 6 | 20/08/2021 | 12 minutos e 26 segundos | Estúdios da SIC | Evolução do processo de vacinação do coronavírus | Mónica Martins (entrevistadora); Pedro Simas (entrevistado, virologista) |

Em todas as entrevistas estão presentes um entrevistador e um entrevistado, com exceção da entrevista 4, na qual estão presentes dois entrevistadores e um entrevistado. É também importante realçar que todas as entrevistas, com exceção da entrevista 2, estão incorporadas em programas televisivos.

A transcrição de cada entrevista tem início a partir do momento em que o jornalista a introduz durante um programa televisivo (telejornal). Esse momento corresponde ao início do vídeo da respetiva

entrevista. Trata-se de uma contextualização em que, ao mesmo tempo, apresenta o tópico discursivo central da entrevista. Por esta razão os jornalistas introduzem a entrevista da maneira que é apresentada nos exemplos abaixo:

(1) Entrevista 1

J: **São 21 e 10, recorde que no balanço deste dia hoje foi anunciada a primeira vítima mortal do coronavírus em Portugal**, um senhor com mais de 80 anos e o governo concertou com Espanha o regresso das fronteiras, ou seja, o controlo de quem passa e só podem passar transportes de mercadorias.

(2) Entrevista 3

J: **São números que vamos agora analisar também as medidas e ainda as esperanças que estão no horizonte**, todos esses dados vamos analisar com o nosso próximo convidado nesta edição da noite, Filipe Froes, pneumologista e coordenador do gabinete de crise da ordem dos médicos.

O jornalista, e uma vez que vai introduzir a entrevista no decorrer de um telejornal, faz referência a notícias dentro do mesmo tema da entrevista que foram previamente abordadas no programa, associando assim uma ligação entre essas notícias e a entrevista, fazendo com que a sua introdução seja mais clara e concisa.

III. A construção dos *ethé* nas entrevistas televisivas

Se entrevistar é questionar o entrevistado para permitir, ou melhor, forçar a que este se revele, o jornalista-entrevistador assume, por esta via, um *ethos* provocador e ocupa, por estas razões, uma posição relacional alta que lhe permite, por exemplo, a realização de atos diretivos explícitos. (Marques, 2013: 277)

Neste capítulo analisamos as seis entrevistas que constituem o nosso *corpus*. Em primeiro lugar analisamos as entrevistas às figuras políticas e de seguida as entrevistas aos cientistas, indicando as estratégias discursivas utilizadas na construção do *ethos*. Por fim, procedemos à comparação dos aspetos que caracterizam os *ethé* das duas classes sociais.

Consideramos algumas das estratégias que são utilizadas nos discursos políticos. A política constitui uma prática social onde relações de força simbólicas se defrontam com o objetivo de adquirir um poder político. Para uma determinada força política exercer a sua função é necessário demonstrar uma legitimidade que tenha sido adquirida. No entanto, é igualmente necessário que o seu representante (a figura política) também se apresente de forma credível a fim de convencer com os seus valores o maior número de cidadãos. Estes fatores fazem com que a política seja uma prática social com o objetivo de se conseguir chegar a um consenso através da articulação de opiniões. O político “[...] deve, portanto, fazer prova da persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social” (Charaudeau, 2011: 79). Este assume-se com um duplo objetivo. Em primeiro lugar, o de persuadir o maior número possível de cidadãos da importância do seu projeto político, e em segundo lugar conseguir que esses mesmos cidadãos adiram aos seus valores. Assim:

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder. (Charaudeau, 2011: 79)

O principal objetivo das figuras políticas é de conseguir o maior número de votantes. Para tal, é necessário que as suas ideias sejam creíveis e transmitam confiança. Tem de existir uma forte conexão com a audiência. É uma das razões pelas quais os políticos nos seus discursos se dirigem ao público como “nós”. Eles falam não apenas por si, não apenas pela identidade política que representam, mas também falam em nome de todos os seus ouvintes. No entanto, as estratégias utilizadas por um político para conquistar a consideração dos seus ouvintes dependem de alguns fatores.

Dependem da “sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar: as pessoas, as ideias ou as ações”. (Charaudeau, 2011: 82)

Os militantes do seu partido terão uma opinião favorável, aqueles que apoiam a oposição terão uma opinião desfavorável. Por fim, os restantes terão uma opinião incerta. É também preciso ter em consideração os políticos de outros partidos. Por um lado, eles podem ser os adversários diretos do orador. Neste caso, o orador irá ter que utilizar estratégias de argumentação para os contrariar. Podem também ser possíveis aliados do orador. Acontecimento que ocorre quando há uma coligação entre dois partidos. Nesse caso, o orador terá de utilizar estratégias de persuasão de modo a estabelecer tal aliança.

Para o político, é uma questão da estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (*ethos*) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (*pathos*) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político. (Charaudeau, 2011: 84)

Vejamos agora as características do *ethos* no discurso científico. Os discursos científicos são importantes para analisar a argumentação. Estes tipos de discursos ainda são vistos como forma de ocultar a subjetividade do orador, através de estratégias como o uso da terceira pessoa ou a utilização de linguagem própria do discurso científico.

Chega-se à conclusão de que o discurso científico é uma persuasão que não se assume como tal. É já banal recolher, dentro do discurso científico, sintomas de que esse discurso não é objetivo, e se tem feito alarido mostrando os sinais de sua subjetividade. (Romualdo, 2015: 213)

Tendo em consideração as características do discurso político e do discurso científico, acima apresentadas, como está então presente o *ethos* dos especialistas nas entrevistas selecionadas?

3.1. A construção do *ethos* político

Como já foi referido no início desta dissertação, a chegada da pandemia trouxe uma série de dúvidas e incertezas para a população e coube aos governos dos países a enorme responsabilidade de tomarem as medidas adequadas de forma a evitar ao máximo os danos que a COVID poderia provocar. Para a primeira entrevista a figura política escolhida foi o Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa.

Tendo em conta a situação pela qual os portugueses estavam a passar, será a figura política mais indicada para se analisar o *ethos*.

Vamos começar pela análise de sequência inicial, na qual o jornalista faz a apresentação do seu entrevistado. Numa entrevista, o entrevistador pode fazer a apresentação do entrevistado, transmitindo informações que considera relevantes. Essas informações já estão, de certa forma, a contribuir para a construção do *ethos* do entrevistado (o *ethos* pré-discursivo), e o entrevistador poderá corroborar as informações que está a transmitir. Iremos já analisar esta situação para as três entrevistas políticas, a fim de concluir se existe algum padrão, isto é, se em todas as entrevistas políticas é o papel sociodiscursivo do entrevistado que é relevante.

Na entrevista 1, para introduzir o seu convidado, o jornalista explicita o estatuto de político do mesmo, neste caso, trata-se do primeiro-ministro, que possui responsabilidades diretas na gestão da crise que se inicia.

(3) Entrevista 1

J: Catorze dias depois da primeira infeção no país, é meu convidado **António Costa, o primeiro-ministro de Portugal**.

O mesmo acontece na segunda entrevista política, em que o convidado é, mais uma vez, António Costa:

(4) Entrevista 4

J: É disso que vamos falar a seguir no jornal das 8 com o **Primeiro-Ministro, António Costa**, convidado hoje da TVI, neste dia em que voltamos a bater um novo máximo de casos e de internamentos.

Tal como nas entrevistas com o primeiro-ministro, na terceira entrevista política, onde está presente a ministra da saúde, Marta Temido, a jornalista também dá ênfase ao papel fundamental do entrevistado:

(5) Entrevista 5

J: **A Ministra da Saúde** é convidada deste Jornal das 8. **Marta Temido**, boa noite, bem-vinda.

Podemos então concluir que realmente existe um padrão na introdução do entrevistado em todas as entrevistas políticas, onde o jornalista reforça a relevância do papel sociodiscursivo do convidado, dadas a as circunstâncias das entrevistas.

No próximo exemplo, o primeiro-ministro toma a vez para comentar, não a pergunta, mas a informação inicial do jornalista. Ao fazê-lo, está a mostrar empatia com o povo português. Constrói um *ethos* de proximidade, através de um *ethos* mostrado, através das escolhas linguístico-discursivas que adota. Neste caso, ao invés de responder diretamente à pergunta colocada, privilegia a situação negativa do país devido ao primeiro óbito nacional por COVID-19:

(6) Entrevista 1

J: Será que, senhor primeiro-ministro, **em vez de o governo apontar um caminho aos portugueses, os portugueses estão a apontar um caminho ao governo?**

AC: Boa noite. **Este é, de facto, um dia triste. Foi o dia em que tivemos a primeira pessoa falecida na consequência do COVID-19.**

Também presente neste exemplo, o primeiro-ministro faz uso da primeira pessoa do plural para reforçar a proximidade com o povo:

(7) Entrevista 1

AC: Não havia um dado científico sólido que **nos permitisse** dizer: é este o limite. E, portanto, **temos** vindo a evoluir. **Todos têm** vindo a evoluir, uns mais rapidamente, outros menos rapidamente, mas procurando convergir. Agora, o que é importante **todos termos** consciência é que nesta fase de contenção e mitigação há uma enorme responsabilidade de **todos nós**, lavando as mãos, mantendo as distâncias, evitando os contactos. Mas que simultaneamente **temos** que manter a capacidade da sociedade manter-se em funcionamento para assegurar as condições básicas de vida de **todos nós**. Isso eu acho que os portugueses têm feito com grande sentido de responsabilidade.

No seguinte excerto, o locutor relata um facto que focaliza a sua proximidade com o povo português:

(8) Entrevista 1

AC: Eu hoje fui à farmácia **e as pessoas também tinham que aguardar cá fora...**

Aqui, António Costa demonstra empatia para com os portugueses. Evidencia, que a situação está a ser vivida por todos, não importando a classe social ou mesmo cargo político. Mostra que mesmo sendo o primeiro-ministro também ele tem de esperar na fila da farmácia.

No entanto, o primeiro-ministro não se limita à empatia. Também aponta caminhos para fazer face à crise. Podemos encontrar aqui uma manifestação de um *ethos* de liderança, em acordo com a função política que desempenha. Utiliza nomeadamente atos diretivos, onde aconselha vivamente os portugueses a tomarem medidas preventivas:

(9) Entrevista 1

AC: Mas é um dia que também demonstra que **nós** temos que ir enfrentando este desafio com a consciência que **temos que dar tudo por tudo para salvar as vidas**, mas também tendo a consciência que **temos de preservar a vida porque todos nós temos de continuar a viver**.

Um fortalecimento do *ethos* de prudência pode também ser destacado na seguinte intervenção do primeiro-ministro:

(10) Entrevista 1

AC: E é por isso que **as medidas têm que ir sendo tomadas em função da necessidade concreta que existe em cada dia**.

Na altura da entrevista, março de 2020, o conhecimento relativamente à pandemia ainda era escasso. Com o evoluir da situação, na entrevista 4, ainda se reflete este mesmo discurso prudente.

O envolvimento do país no enfrentamento da pandemia é a estratégia seguida pelo convidado. Tendo este fator em consideração, é também importante a referência ao Presidente da República e à relação de cooperação entre Governo e Presidência, no exemplo seguinte:

(11) Entrevista 1

AC: E já disse publicamente, **se o Presidente da República considerar que é necessário o governo dará o parecer favorável**. E temos estado a trabalhar com o senhor Presidente da República para o desenho do contexto das medidas que podem justificar.

Através desta declaração, fica evidente que existe entendimento entre o primeiro-ministro e o Presidente da República, criando assim um *ethos* de credibilidade e de confiança. Com este discurso, o orador pretende tranquilizar os portugueses, pois as duas figuras políticas de maior relevância do país estão em consenso no enfrentamento da pandemia.

O primeiro-ministro termina a entrevista 1, realizando diversos elogios à entidade televisiva onde está a ser entrevistado, e principalmente ao entrevistador pelo excelente trabalho que tem realizado durante um período muito peculiar para os portugueses:

(12) Entrevista 1

AC: ...quero-lhe dizer aqui, agora já lhe posso dizer o que ando há mais de uma semana para lhe dizer. Que é **muitos parabéns pelo extraordinário trabalho que tem feito. Os telejornais da SIC têm sido um exemplo de civismo e de informação. E a forma, em particular, como o Rodrigo Guedes de Carvalho se tem dirigido aos portugueses no início, no meio, e no fim dos telejornais**, tem sido particularmente inspirador, e estou certo, um grande momento de tranquilidade e ânimo para muitos dos nossos compatriotas, por isso, agora que já terminaram as hostilidades, muito obrigado e muitos parabéns pelo seu trabalho.

O primeiro-ministro constrói um *ethos* de empatia e proximidade para com o jornalista, fazendo diversos elogios ao seu trabalho e à forma como tem abordado o seu discurso com os portugueses durante início da pandemia. Este alinhamento com os portugueses e com a comunicação social reforça o *ethos* de proximidade do entrevistado com ambas as partes.

A segunda entrevista com figuras políticas inclui novamente o primeiro-ministro. Desta vez, decorre numa fase crítica da pandemia, quando o país se preparava para um segundo confinamento.

Para além do mais, o jornalista assume, com a primeira questão que coloca ao seu convidado, que o primeiro-ministro é o principal responsável pela situação da pandemia em Portugal. Há uma mudança no modo como o jornalista apresenta o convidado. Há um ato de pergunta, mas há simultaneamente um ato de acusação ativado pelo verbo falhar e pela pressuposição ativada pela estrutura interrogativa. O locutor toma como verdadeira, e fazendo como se o convidado também partilhasse esse conhecimento, a asserção "O senhor falhou". O *ethos* defensivo pode ter sido ativado por esta pergunta inicial.

(13) Entrevista 4

J2: Senhor Primeiro-Ministro, muito boa noite. O senhor e o Presidente da República, já agora, disseram incontáveis vezes ao longo dos últimos meses, que o país não podia voltar a fechar. Ora daqui a umas horas, o país vai voltar a fechar. Pergunta é, **onde é que o senhor falhou?**

Durante a entrevista, António Costa adota várias estratégias discursivas, criando um *ethos* defensivo. Nomeadamente, o entrevistado evita a pergunta que lhe é colocada, respondendo a perguntas que ele próprio impõe, como acontece no seguinte exemplo:

(14) Entrevista 4

AC: **Porque é que nós agora toleramos e podemos viver com números que não podíamos viver em março?** Porque hoje há máscaras, porque hoje há gel, porque hoje há maior distanciamento, porque hoje já sabemos mais porque hoje o sistema do Serviço Nacional de Saúde tem maior capacidade do que tinha em março e, portanto, eu não quero fixar essa meta.

Esta estratégia vai dar uma certa segurança ao entrevistado, uma vez que ele cria perguntas a que sabe responder e que são pertinentes para o momento em que o faz, credibilizando a sua imagem. Está também presente o uso do discurso direto. Nessa parte em particular, António Costa vai buscar uma voz indeterminada, mas com autoridade pois são governos, para divergir e justificar a atuação do seu próprio governo:

(15) Entrevista 4

AC. **O que é que nós não fizemos que outros países tivessem feito? Houve alguns países que disseram não podem estar mais de 5 pessoas à mesa.** Em Portugal todos nós percebemos como regra deste tipo seria risível para os portugueses, porque as pessoas percebiam que não era o Estado que teria um polícia para ir bater à porta de cada um para contar se estavam 6 ou 5 pessoas à mesa.

Numa outra intervenção, António Costa responde a uma pergunta, fazendo referência a um partido da oposição, como uma estratégia de defesa face à questão que lhe fora colocada:

(16) Entrevista 4

J1: Vamos falar, senhor Primeiro-Ministro deste confinamento e deixe-me começar por lhe perguntar porque é que o país teve de esperar tanto tempo porque andamos a ouvir há cerca de 2 semanas os especialistas a pedir medidas drásticas e urgentes. Porque é que tivemos de esperar esse tempo todo para, de facto, chegarmos a essas medidas?

AC: Vamos lá ver, as pessoas têm memória curta. Ainda há uma semana **eu via, por exemplo, o PSD a dizer que era necessário alargar o período de funcionamento dos restaurantes da 1 para as 3 e meia da tarde.** Isto foi a semana passada. Convém não esquecer que nós definimos uma metodologia, e essa metodologia nós temos que a cumprir para que a vida das pessoas seja relativamente previsível. Nós fazemos a revisão de 15 em 15 dias, devíamos ter revisto a semana passada para a próxima quinzena. Tivemos

todos o bom senso de dizer é cedo porque os números que estamos a ter ainda são seguramente muito subestimados relativamente àquilo que é a realidade, porque houve uma grande redução do número de testes.

Neste excerto da entrevista 4 em particular, existem várias interrupções de parte a parte. As interrupções numa entrevista comprometem o esquema de pergunta-resposta e podem, de certa forma, confundir o auditório e por vezes tornar impercetível o que os oradores dizem. Mas é sobretudo importante pelo que revela da relação interpessoal que é de algum desacordo:

(17) Entrevista 4

J2: Já lá vamos ver esse tema senhor Primeiro-Ministro.

AC: ...nem sempre podemos dispor dessa informação científica, mas sempre que é possível, dispomos dessa informação científica é melhor do que estarmos a decidir em função do que que é mais popular ou que é menos popular. Sabe que o *mood* varia muito e **é muito fácil...**

J1: **E já iremos, senhor Primeiro-Ministro, falar das escolas.**

AC: **...é muito fácil para quem não está ao volante dar palpites.**

J2: Sim, é mais fácil falar quem está de fora.

AC: É que há 15 dias a discussão era, a discussão não era porque é que não fecham já, é porque é que não abrem mais.

J1: **Não, mas há uma semana a discussão já era outra.**

AC: **Não era, desculpe.**

J1: Há uma semana a discussão já era outra, e já com especialistas a pedirem o encerramento do país.

AC: Eu convido-o a ver as declarações, por exemplo, que o líder da oposição **fez ainda do início...**

J1: **Eu estou a falar dos especialistas médicos.**

AC: **Mas dos especialistas temos ouvido...**

J1: **Mas deixe-me perguntar-lhe, António Costa...**

AC: **Deixe-me terminar.** É que ainda no início da semana passada, a discussão era, os restaurantes não devem fechar há 1 e devem fechar às 3 e meia. Essa ainda era a discussão,

portanto nós temos é que concentrar-nos naquilo que temos que fazer agora e o que temos que fazer agora é mesmo aquilo que fizemos em março e em abril.

A nossa terceira entrevista política selecionada tem como convidada a Ministra da Saúde, Marta Temido. Para além do primeiro-ministro, esta é a figura política que teve uma maior influência no combate à pandemia da COVID-19.

A Ministra da Saúde apresenta uma estratégia em comum com o primeiro-ministro. Marta Temido utiliza, por diversas ocasiões, a primeira pessoa do plural, de modo a estabelecer um *ethos* de ligação e proximidade com o povo português:

(18) Entrevista 5

MT: Que deve ter consequências **nos nossos comportamentos** do dia a dia, porque uma coisa é **estarmos** a viver num ambiente mais seguro, outra coisa é **estarmos** a viver num ambiente com maior risco e neste momento, **o nosso país** está de facto, com maior risco.

MT: Se não **tomarmos todos** as medidas necessárias, e as medidas necessárias são individuais, mas são também do sistema as medidas individuais, os comportamentos de segurança, as medidas do sistema, a vacinação e a testagem. **Corremos** o risco de não conseguir parar uma evolução da transmissão da doença, por isso é muito importante adotar comportamentos conforme o maior risco.

Marta Temido exhibe nos seguintes exemplos um *ethos* de prudência, mas também mostra uma grande assertividade e segurança naquilo que diz:

(19) Entrevista 5

MT: Naturalmente, isso é feito, mas o Governo, no último Conselho de Ministros foi o mais longe possível. Repare, há até quem questione o enquadramento para a restrição da circulação nos concelhos com mais de 120 casos por 100 mil habitantes e, portanto, uma situação de proporcionalidade da medida a partir das 23 horas. **Acreditamos que fomos o mais longe que poderíamos ir dentro daquilo que é o quadro do qual dispomos.**

(20) Entrevista 6

MT: Nós nunca falámos, **eu pessoalmente nunca falei exatamente por causa de todas essas especificidades da imunidade.** Digamos que teremos x por cento de pessoas vacinadas e reconheçamos que aquilo que não sabemos sobre esta doença é muito. **E, portanto, neste momento, o que podemos dizer é, se continuarmos a caminhar**

neste sentido a meados de setembro, 70% das pessoas com 2 doses, 80% com pelo menos uma dose. E é isso que queremos fazer. E, para isso, precisamos da ajuda de todos, mas precisamos de facto de nesta luta contra o tempo, não deixar a transmissão ser mais rápida do que a vacinação.

Com este discurso, a Ministra da Saúde toma uma atitude mais prudente e cautelosa, nunca prometendo aos portugueses mais do que aquilo que é possível fazer, transmitindo uma imagem positiva do seu trabalho. A entrevistada apresenta dados concretos e concisos que ajudam a corroborar aquilo que diz, o que acentua o seu *ethos* de credibilidade.

Contudo, Marta Temido também mostra um *ethos* de autoridade, uma das principais características de uma figura política:

(21) Entrevista 5

MT: O governo entende que **neste enquadramento e nesta situação as medidas que adotamos são aquelas que se justificam e são proporcionais.**

No exemplo anterior, a ministra mostra-se confiante e segura nas medidas a serem adotadas pelo seu governo, transmitindo essa mesma confiança e segurança para os portugueses. Aqui o ato assertivo é fundamental, ligado à modalização introduzida pela expressão de valor adverbial "neste enquadramento e nesta situação".

No exemplo apresentado a seguir, para além de demonstrar confiança, a Ministra da Saúde mostra também a eficácia do plano de vacinação elaborado para combater o vírus. O modo como apresenta a planificação é apoiado em condições realistas (mas que a protegem se o plano não for inteiramente realizado):

(22) Entrevista 5

J: Portanto, antes do arranque do ano letivo, antes de setembro, começar a vacinar a partir dos 12 ou abaixo dos 18?

MT: Abaixo dos 18. Abaixo dos 18. Aquilo que nós estimamos é a seguirmos este plano que temos e as quantidades de vacinas nos continuarem a chegar. **Conseguirmos abrir na última semana de agosto a vacinação para os menos de 18.**

É também responsabilidade dos políticos aconselhar a população da melhor forma possível, face ao momento que se está a viver. Neste exemplo, Marta Temido dirige-se aos portugueses de uma forma mais direta, invocando a autoridade (legítima) do governo. No entanto, a razão da utilização deste tipo

de discurso, deve-se ao facto da política de saúde nacional ser a principal responsabilidade da Ministra da Saúde, que, por isso, os aconselha vivamente a permanecer em confinamento, usando vários atos diretivos, de modo a evitar tanto o quanto possível o aumento de infeções. Utiliza também o discurso direto, tomando os portugueses como alucotários, construindo um *ethos* de autoridade. O uso da primeira pessoa do singular, enfatiza um *ethos* de proximidade com os portugueses:

(23) Entrevista 5

MT: Às 23 horas pede-se lhes que fiquem em casa, na medida em que naquelas áreas onde residem, onde foi determinada essa medida, há maior risco e que, portanto, **o que pedimos às pessoas é, abstenham-se de se movimentarem, abstenham-se de contactos, abstenham-se circular**. Não por uma razão que seja destinada a cercear-lhes as liberdades, mas porque isso pode ajudar a conter as cadeias de transmissão.

Ao longo das três entrevistas podemos encontrar várias diferenças e semelhanças em relação à construção do *ethos* das figuras políticas. O principal ponto comum presente nas três entrevistas são as estratégias utilizadas para construir um *ethos* de proximidade e empatia com os portugueses. Ao longo das entrevistas os convidados utilizam muitas vezes a primeira pessoa do plural nos seus discursos para se referirem a si e aos portugueses. Ambas as figuras políticas entrevistadas demonstram nas entrevistas um *ethos* de autoridade, dado ao cargo que desempenham e por terem o poder de aplicar as medidas a serem tomadas. A estratégia mais utilizada são os atos diretivos de aconselhamento e aviso para os portugueses. A principal diferença na construção do *ethos* político reflete-se no facto de nas duas primeiras entrevistas políticas o convidado construir um *ethos* mais defensivo quando confrontado com a responsabilidade da situação pandémica do país. Isto acontece devido à falta de informação e ao ainda vasto conhecimento sobre o coronavírus. Já na terceira entrevista política, e com o processo de vacinação em curso, a figura política entrevistada já profere um discurso onde constrói um *ethos* de maior assertividade e confiança.

3.2. A construção do *ethos* de especialista

Para as entrevistas com especialistas, foram selecionadas duas com pneumologistas e uma com um virologista. A escolha de pneumologistas deve-se ao facto de os principais sintomas do coronavírus serem semelhantes ao de uma pneumonia. A escolha de um virologista teve em consideração a necessidade de compreender melhor o vírus e de encontrar as melhores formas para o combater.

Tal como acontece nas entrevistas dos políticos, o jornalista começa a entrevista realçando o estatuto sociodiscursivo do seu entrevistado:

(24) Entrevista 2

J: Quase um mês depois de ter sido decretado o estado de emergência em Portugal, voltamos à conversa **com o médico Simões Torres, diretor do serviço de pneumologia do centro hospitalar Tondela Viseu**. Há cerca de três semanas estivemos aqui à conversa com Simões Torres sobre o início desta pandemia, vamos voltar a falar sobre este problema que muito preocupa os portugueses.

No exemplo seguinte, é possível destacar a imagem positiva que é convocada pelo jornalista, agradecendo ao seu convidado pelo seu contributo:

(25) Entrevista 2

J: **Senhor doutor, obrigado mais uma vez por estar aqui a partilhar connosco os seus conhecimentos e os seus conselhos** e vamos também aqui desmontar alguns mitos. Um mês depois da recomendação do isolamento social, a situação da pandemia em Portugal podemos dizer que está controlada, ou nem por isso?

ST: **Antes de mais, quero agradecer pelo convite que me foi feito que é sempre para mim um prazer poder, de alguma forma, elucidar as pessoas sobre, neste caso, sobre este tema que tanto nos preocupa**. A pandemia não está controlada. Nós conseguimos fazer uma coisa extremamente importante que foi achatar a curva. Isso conseguimos. E, ao fazer isso, conseguimos que o serviço de saúde conseguisse dar resposta às solicitações, quer em termos de internamento, quer em termos de cuidados intensivos. Se não tivesse havido o achatamento desta curva, nós não teríamos, provavelmente, se tivesse havido um pico, teríamos tido situações como tiveram em Itália e em Espanha. Isso foi conseguido. Conseguimos achatar a curva. Foi ótimo. Conseguimos dar resposta em termos de serviço de saúde. Agora é preciso esmagar a curva.

O jornalista agradece ao seu convidado por vir partilhar “os seus conhecimentos e os seus conselhos”, estabelecendo assim uma relação cordial entre ambos. Através deste discurso, o jornalista está a apresentar o seu convidado como alguém credível e conhecedor do tema que vai ser abordado, transmitindo assim uma imagem positiva do entrevistado. Está-se a trazer para o discurso uma determinada imagem (pré-discursiva) do locutor, que vai condicionar a construção do *ethos* de

especialista. O convidado, por sua vez, sente-se grato por poder partilhar o seu conhecimento com o público, construindo um *ethos* de empatia com o país e um *ethos* de especialista pela demonstração da sua sabedoria.

Como também acontece com os políticos, o especialista faz uso da primeira pessoa do plural, para criar uma ligação com os portugueses, mas também utiliza o pronome “nós” para se referir a si e aos outros especialistas, o que cria uma imagem de grupo, que reforça a sua autoridade:

(26) Entrevista 2

ST: Como é que isto se faz... continuar, para já, com aquilo que se fez até agora. Isto é, **nós** não podemos aliviar a contenção que foi feita até agora. E, sobretudo, **cada um de nós**, e isto vai ser muito importante num curto prazo, **cada um de nós** tem que ter a noção exata que esta doença não está para acabar agora. Não é para a semana, não é daqui a quinze dias, não é daqui a um mês. A doença vai permanecer **entre nós** e vai depender muito do comportamento que **cada um de nós** tiver para sairmos vencedores desta luta que é uma luta desigual porque **nós não conhecemos**, de facto, este vírus, **conhecemos** muito pouco, **vamos aprendendo** à medida que **vamos tendo**, infelizmente, muitos insucessos, alguns sucessos também, mas vai ser da postura de **cada um de nós**, do ter esta noção de responsabilidade em relação a este vírus (...)

Nos exemplos seguintes, o médico pneumologista profere um discurso no qual fornece exemplos de situações, com o intuito de alertar o público para os determinados cuidados e medidas a tomar na prevenção e combate à COVID-19. Aqui, o uso do “eu” tem um valor generalizante, o que identifica o pneumologista com cada um dos portugueses. Esta é uma estratégia de construção do *ethos*. Estes exemplos são conciliados com o conhecimento profissional do entrevistado, que também o usa para fazer argumentações, característica que compõe o *ethos* científico, tal como foi abordado previamente.

(27) Entrevista 2

ST: Supermercado, exatamente. Supermercado ou uma lojinha qualquer, onde haja várias pessoas ao mesmo tempo, aí, aconselha-se neste momento a que todas as pessoas usem máscara. **Mas isto só é eficaz se todos usarem a máscara. Porque se eu usar a máscara e houver pessoas que não estejam a usar a máscara eu estou a protegê-los a eles porque estou a usar máscara, mas eu não me estou a proteger a mim. Não é? Estão a ser uma fonte de contágio, de provável contágio em relação a mim. Tem que haver um uso generalizado da máscara.**

No exemplo abaixo, podemos encontrar enumerações e também o uso de discurso direto. O orador toma os portugueses como destinatários principais. A enumeração apresenta um caráter explicativo que aliada ao valor de ato diretivo. Está também presente mais uma vez a estratégia do uso da primeira pessoa com valor generalizante:

(28) Entrevista 2

ST: É o mais importante. Eu costumo dizer que muita informação pode até dificultar as coisas. É preciso uma informação que seja útil para as pessoas e que as pessoas facilmente possam cumprir. E essa continua a ser muito válida. **Lavar as mãos, não tocar com as mãos na cara.** Nariz, boca e olhos são as portas de entrada do vírus, e o distanciamento social. E isto é fácil de fazer. Qualquer um de nós pode fazer sem custo nenhum e continua a ser muito válido. **Se eu for a um espaço onde saiba que possa ter um distanciamento de dois metros em relação a outra pessoa,** a máscara aí não tem grande utilidade. Ela é muito útil, se todos usarmos e em locais onde esse distanciamento não é possível. Portanto, continua a ser muito, muito, muito importante estas três regras. Já por exemplo, o uso de luvas. Aparecem-me às vezes doentes com luvas. A luva é um mito porque nós tocamos em superfícies que estão contaminadas com o vírus, tocamos lá com a luva e depois vamos com a luva à cara e é a mesma coisa que se fosse a mão. E as pessoas sentem-se falsamente protegidas. Portanto, acham que estão protegidas e até mais facilmente tocam com a luva. Um dia destes vi uma doente, um casal, e a senhora vinha toda equipada com as luvas e perguntei-lhe porque é que ela trazia as luvas. **E ela disse ó senhor doutor então por causa disto, por causa desta doença que anda aí e eu agora assim com a luva não há problema nenhum. E a senhora tocava na cara e eu dizia: já viu o que está a fazer?** Estar a tocar na cara com a luva é a mesma coisa que fosse a mão. Portanto, é uma ilusão e as pessoas têm que entender isso.

Os exemplos abaixo, reforçam o conhecimento do pneumologista, acentuando o seu *ethos* de credibilidade. Mostram que o convidado possui um largo conhecimento em relação às medidas de combate à doença. O pneumologista reforça a sua credibilidade e proximidade por referir questões que as pessoas conhecem. Para além disso, faz uma série de previsões sobre a pandemia, relacionando-a com outros temas, neste caso, as alterações climáticas.

(29) Entrevista 2

ST: (...) **no hospital têm setores onde não há absolutamente nada, está tudo limpo, são setores limpos.** E há alguns setores que estão perfeitamente individualizados onde os doentes e **os profissionais de saúde estão devidamente equipados e protegidos para não serem contagiados.**

(30) Entrevista 2

ST: Vai haver limitações por muito tempo, por muito tempo, em relação a esta circulação sem qualquer controlo entre países. **Nós vamos ter de ter uma postura muito mais responsável, nós e outros e se calhar outros mais até do que nós, em relação ao ser humano.** Vamos ter de ter muito mais cuidado, embora seja difícil meter na cabeça de alguns governantes e isso, **mas as próprias alterações climáticas de que tanto se fala são responsáveis, em grande medida, pela transmissão destas epidemias que se vão manter e que vão acontecer com mais frequência no futuro.**

Para além do uso da primeira pessoa do plural, Simões Torres realiza vários atos diretivos, como apelos e avisos, como também acontece nas entrevistas políticas. Estas estratégias são importantes na construção de um *ethos* de liderança. Não sendo uma liderança que esteja ao mesmo nível de a de um político, é algo que é legítimo devido ao facto de ser especialista e conhecedor:

(31) Entrevista 2

ST: **Apelar à responsabilidade individual de cidadania de cada um de nós.** Temos de ter a noção que a evolução disto, desta pandemia, a recuperação depois económica vai depender muito daquilo que cada um de nós fizer agora.

Na segunda entrevista com especialistas, a entrevistadora começa novamente a entrevista realçando o estatuto do seu convidado, estabelecendo a sua credibilidade:

(32) Entrevista 3

J: (...) todos esses dados vamos analisar com o nosso próximo convidado nesta edição da noite, **Filipe Froes, pneumologista e coordenador do gabinete de crise da ordem dos médicos.**

Na primeira intervenção de Filipe Froes, o pneumologista, faz uso da primeira pessoa do plural para realçar que as autoridades não deram o devido valor à pandemia, o que resultou numa fase crítica da mesma. Ele culpa também os especialistas, que deveriam ter previsto o que iria acontecer e terem tomado medidas antecipadas:

(33) Entrevista 3

FF: Olhe, nós chegamos aqui porque **desvalorizamos, provavelmente, a pandemia, não tirámos as devidas ilações da primeira onda, e não imaginamos nem tivemos capacidade de interpretar os sinais que foram aparecendo ao longo de agosto, ao longo de setembro, e sobretudo no início de outubro.** Esses sinais que para quem está no terreno eram evidentes que **nós deveríamos estar atentos, devíamos antecipar em termos de preparação.**

No excerto abaixo, o pneumologista demonstra de forma clara o seu vasto conhecimento de especialista. Ele evidencia fatores que iram corresponder à chegada da segunda onda da pandemia, acentuando o seu *ethos* de especialista. Prevendo de forma correta o que iria suceder. É possível denotar aqui uma oposição entre os especialistas e os responsáveis políticos. Os especialistas têm a capacidade e o conhecimento para conseguirem prever o que poderia acontecer, desenvolvendo assim um *ethos* de competência, algo que não acontece nas entrevistas com as figuras políticas.

(34) Entrevista 3

FF: Porque **quem está no terreno era evidente que a segunda onda chegava à medida que a atividade ia começando e o início da atividade que nós víamos em setembro,** que muitas vezes foi mal interpretado como espectável, normal, o regresso de férias é um grupo demográfico diferente, **era um sinal evidente que se estavam a começar a criar cadeias de transmissão na comunidade que rapidamente se espalhariam e que iam progressivamente aumentar.**

O locutor constrói um *ethos* de empatia com os portugueses. Não desvalorizando os problemas económicos que o país enfrenta e a dificuldade de muitos setores, o pneumologista prioriza em primeiro lugar a saúde dos portugueses. O orador faz uso do pronome “nós” para se referir aos seus colegas, estabelecendo igualmente uma proximidade entre os mesmos e os portugueses.

(35) Entrevista 3

FF: Eu percebo, e **certamente os meus colegas e a ordem dos médicos e os profissionais de saúde no seu todo, nós percebemos todos os graves problemas económicos do país e percebemos que temos que salvar os restaurantes, os hotéis.** Mas antes de salvar os hotéis e os restaurantes **nós temos de salvar os portugueses**

Ao longo da Entrevista 3, o especialista apresenta o seu testemunho com exemplos de acontecimentos por si presenciados, através do uso da primeira pessoa do singular, reforçando o seu *ethos* de especialista e de credibilidade, uma vez que é alguém que está “dentro do terreno” e é conhecedor do que realmente acontece nas unidades de saúde.

(36) Entrevista 3

FF: Eu também li isso. E, por acaso, eu acho que **eu e os meus colegas neste momento já começamos a ter dificuldade em perceber quantas camas temos**. Porque o discurso oficial que nós temos assistido nas últimas semanas o número de camas nunca é coincidente. E, de tal maneira, como o gabinete de crise se vai reunir amanhã, e nós para fazermos a preparação da reunião de amanhã nós temos o senhor bastonário que convocou-nos para uma reunião amanhã e umas das coisas que nós temos que levar para a reunião, e **até fui eu que tratei disso**, foi, vamos através das nossas estruturas no terreno e dos nossos órgãos saber o número de camas. E **eu sei o número de camas dos cuidados intensivos, dito pelas pessoas que estão lá**.

Ao longo da entrevista, Filipe Froes assume um *ethos* de assertividade, mostrando convicção e segurança no seu discurso. O locutor distancia-se do governo. Em várias ocasiões há uma oposição que faz sobressair o *ethos* de competência do locutor, como é demonstrado pelos seguintes exemplos:

(37) Entrevista 3

FF: Não, não. Não estamos na fase crítica. **Isto vai continuar a subir**. Nós estamos numa fase ascendente da segunda onda em que nós não sabemos quando acaba e onde acaba e como acaba.

FF: Portanto, quando ontem o senhor primeiro-ministro referiu que tínhamos 704 camas alocadas ao COVID **ele dá-me a entender que se equivocou e confundiu o total das camas que nós temos para todas as patologias para todos os doentes e atribuiu-as à COVID. Nós não temos 700 camas vazias**, criadas de novo para doentes com COVID.

Na última entrevista selecionada, o convidado foi o virologista Pedro Simas. O entrevistador, ao contrário do que acontece nas restantes entrevistas anteriormente analisadas, não enfatiza a função do seu entrevistado, limita-se apenas a apresentá-lo de uma forma muito sucinta, sendo que um virologista é o melhor dos especialistas para falar do coronavírus:

(38) Entrevista 6

J: E é nosso convidado no jornal da meia-noite **o virologista Pedro Simas**. Muito boa noite, obrigada por estar connosco.

Numa das suas intervenções, o virologista, apesar de partilhar uma opinião diferente, tece elogios às principais entidades de saúde em Portugal, dando destaque à eficácia das medidas tomadas. No entanto, sobrepondo seu ponto de vista, através de marcadores adversativos, como "no entanto", "portanto", etc.

(39) Entrevista 6

PS: Eu também gostava de realçar que **independentemente das minhas opiniões o que é importante é seguir sempre as recomendações da Direção Geral de Saúde e do Ministério da Saúde. No entanto, eu pensei que já podiam ter sido até relaxadas no início de agosto, porque os números já assim o indicavam. Agora ainda muito mais, e, portanto, aplaudo a decisão de anteciparem**, e também tínhamos esta meta dos 70%, a questão aqui dos 70% não é tanto o número, mas o efeito que a percentagem de vacinação tem na disseminação do vírus e na proteção contra a doença severa e a morte.

No excerto seguinte, Pedro Simas com o seu discurso constrói um *ethos* de especialista, através de várias exemplificações e argumentações, mostrando o porquê de ser um especialista na área e de ter um enorme conhecimento sobre o vírus. O uso de um léxico especializado também serve para reforçar esse *ethos*:

(40) Entrevista 6

PS: **Para lhe dar um exemplo, os 4 coronavírus respiratórios endémicos que já existiam na população humana contribuem mais ou menos, e isto é uma estimativa, entre 5 mil a 12 mil infeções diárias**, isto se fosse distribuído ao longo dos 365 dias do ano, e, portanto, é esperado que haja sempre uma taxa de infeção, um planalto de infeção nesta ordem de alguns milhares de infeções por dia. E essa é precisamente essa infeção, e não temos que ter receio nem temos que ficar muito obcecados pela infeção, que não traz uma situação que já não é pandémica, que é de equilíbrio, que se chama endémica, já não traz um risco porque já não há aquele risco de doença severa, porque a população já tem imunidade, que é uma imunidade que mitiga e é protetora e mitiga a disseminação exponencial do vírus.

No exemplo anterior, o convidado também usa por diversas vezes a primeira pessoa do plural, para criar um *ethos* de proximidade com o povo português. No comentário a seguir, Pedro Simas faz uma argumentação bastante pertinente. Assume que é a favor da remoção das máscaras, explicando que dessa forma as pessoas poderão voltar a ter uma vida normal. Está assim a convocar uma voz de autoridade, que acentua o seu *ethos* de credibilidade. Fâ-lo através de atos ilocutórios diretivos, de conselho ou aviso e exortativos. O recurso à voz da ciência é também uma estratégia utilizada para fortalecer o seu *ethos*.

(41) Entrevista 6

PS: E **é importante que retiremos as máscaras porque é importante restabelecer a circulação endémica de outros vírus respiratórios**, que também são muito importantes, nomeadamente a gripe. A partir do momento em que nós temos a população vacinada e temos uma imunidade de grupo que a ciência nos diz que é protetora, não vai eliminar este vírus como para outros vírus o faz, mas que é protetora, nós temos que assumir uma vida normal. Para deixar que a infeção, uma infeção não pandémica endémica da população deste vírus e dos outros vírus todos se mantenha, ocorra e mantenha a nossa imunidade de grupo.

O virologista termina a entrevista expondo reformulações explicativas, reforçando o seu *ethos* de especialista. Faz também uso da primeira pessoa do plural para se referir aos outros especialistas:

(42) Entrevista 6

PS: Sim, para os grupos mais vulneráveis **parece-me expectável que venha a acontecer por uma questão de prudência**, até porque com esta variante delta, e nós sabemos que ao longo dos meses, a imunidade humoral, que é aquela que protege contra a infeção, vai decaindo e com esta variante delta pode haver esse perigo de haver maior suscetibilidade de os grupos de risco serem infetados.

Nas entrevistas com os especialistas não existem muitas diferenças nas estratégias de construção do *ethos* ao longo dos três períodos, mas as semelhanças são bastantes. Em todas as entrevistas é possível observar o uso da primeira pessoa do plural para criar empatia e proximidade com os portugueses. No entanto, o uso da primeira pessoa do plural serve também para fazer referência aos outros especialistas. Esta estratégia cria uma imagem de grupo que reforça o *ethos* de autoridade dos entrevistados. Os especialistas, durante todas as entrevistas, usam atos diretivos para aconselhar e

alertar os portugueses acerca das medidas e precauções a serem tomadas. Esta estratégia acentua igualmente o *ethos* de empatia e proximidade com os cidadãos. De forma a construir um *ethos* de especialista, os entrevistados recorrem ao seu conhecimento científico, utilizando um léxico próprio, e à voz da ciência de forma a credibilizarem o seu discurso. Uma estratégia que também reforça o *ethos* de credibilidade é o uso da primeira pessoa do singular, que os especialistas usam para relatar testemunhos experienciados por eles próprios, uma vez que presenciam os acontecimentos dentro dos hospitais e centros de saúde. A capacidade e o conhecimento para prever o que iria acontecer durante a pandemia reforça ainda mais o *ethos* de especialista. Nas duas primeiras entrevistas, os convidados demonstram uma prudência no seu discurso relativamente à pandemia. Já na terceira entrevista, o convidado demonstra um *ethos* mais assertivo e seguro face ao combate ao coronavírus, uma vez que já existe mais conhecimento e informação sobre o mesmo e já estava a decorrer o processo de vacinação.

3.3. A construção do *ethos* (*ethé*) de políticos e de especialistas – convergências e divergências

Os políticos nas entrevistas têm tendência a responder a questões com outras questões, muitas delas respondidas pelos próprios. Por vezes não respondem diretamente à questão colocada e mudam de assunto. Outras vezes acabam mesmo por ignorar a questão que foi colocada. Aqui está presente uma construção de um *ethos* mais defensivo. Por outro lado, os cientistas não fogem às perguntas que são colocadas, respondem de forma direta e concreta, o que evidencia um *ethos* de assertividade e segurança. Não existem muitas interrupções nem sobreposições. Parecem ter dados e estatísticas mais precisos e corretos do que os políticos. Existe uma contradição fundamental entre os políticos e os especialistas. Os políticos, ao contrário dos especialistas, não têm a capacidade nem o conhecimento para antecipar os possíveis acontecimentos que a pandemia poderia trazer, proporcionando aos especialistas um *ethos* de competência que não está presente nas figuras políticas. No entanto, os políticos são aqueles que apresentam medidas, mostrando prudência na sua implementação.

Uma particularidade que apenas acontece na entrevista 2, é a rápida ligação que o convidado estabelece com o jornalista ao agradecer a oportunidade de contribuir com os seus conhecimentos para ajudar os portugueses, algo que não acontece em nenhuma outra das entrevistas selecionadas.

Os políticos referenciam muitas vezes o trabalho que o seu governo tem feito ao longo dos últimos anos. Já os especialistas, destacam o trabalho feito por eles “dentro do terreno”. Ambos estes aspetos acentuam um *ethos* de credibilidade em ambas as partes.

Quanto às convergências entre as duas classes sociais, podemos concluir que ambas falam de si e do povo português como um só, construindo desde logo um *ethos* de empatia e proximidade com os portugueses. Outra semelhança que podemos identificar é a utilização de atos diretivos dirigidos aos portugueses, nomeadamente conselhos e avisos sobre as medidas que os portugueses devem tomar para enfrentar a pandemia.

IV. Conclusões

Através da análise das entrevistas dos políticos e dos cientistas, podemos apresentar as seguintes conclusões, em resposta às perguntas de investigação previamente formuladas:

- Como é que duas classes sociais diferentes, mas com relevância similar no momento histórico vivido, se mostram nos discursos públicos?

Tanto as personalidades políticas como os cientistas possuem uma grande importância neste momento particular que afeta a nossa sociedade. Estas duas classes apresentam diferenças e semelhanças na forma como se mostram nos discursos públicos, mas ambos partilham o mesmo objetivo fundamental: atenuar ao máximo os danos causados pelo coronavírus, estabelecendo medidas e decisões para a concretização desse mesmo objetivo.

- Como é que a imagem de si foi construída pelos intervenientes nestas entrevistas?

Nas entrevistas analisadas durante este momento particular da pandemia, os políticos mostram-se, não só como representantes do seu governo e do seu partido, mas também como representantes de uma só nação que atravessa uma fase crítica da sua história. Este aspeto reflete-se nos seus discursos, nomeadamente na elevada utilização do pronome “nós”, quando se referem a si e à nação portuguesa. É relevante realçar que por se tratar de um momento de bastante incerteza e dúvidas, não foi uma tarefa fácil para os políticos arranjam soluções para combater a chegada do vírus. É de esperar que nos discursos políticos o locutor se exprima de forma a conseguir obter o maior número de apoiantes, defendendo as suas ideias e crenças e por vezes atacando a oposição. Mesmo tratando-se de um tema sensível como a pandemia, que abrange toda a população nacional, foi possível identificar momentos em que o político referenciou o trabalho feito pelo seu governo e em que critica a sua oposição. Existem várias referências ao esforço e dedicação que os membros do seu governo vão tendo ao longo deste período. Assim, apesar de se tratar de uma crise pandémica nacional, o locutor não se distancia daquilo que são os discursos políticos. Estes aspetos contribuem para a construção de um *ethos* de credibilidade, segurança e de liderança. Por fim, é importante destacar as referências constantes aos cientistas por parte dos políticos. Por várias vezes António Costa convoca os cientistas no seu discurso, como sendo vozes de autoridade para as decisões tomadas pelo seu governo.

Os cientistas, assim como os políticos, tiveram um papel fundamental no combate contra a pandemia. Tinham nas mãos a tarefa de encontrar uma cura para o vírus. Médicos e enfermeiros passaram dias caóticos nos hospitais na gestão dos doentes. Nas entrevistas selecionadas, os especialistas mostram-se assertivos em relação ao tema da pandemia. Durante grande parte das entrevistas, os locutores dirigem-se ao público, aconselhando a população sobre as ações que devem

praticar diariamente para combater o vírus. Essa mesma estratégia foi também utilizada pelos políticos. Para além desse aspeto, os cientistas referem as atualizações e novidades relativas à COVID-19.

- Políticos e cientistas constroem imagens de si diferentes ou semelhantes?

Como foi referido anteriormente, tanto as figuras políticas como os cientistas têm o mesmo objetivo de ajudar a população no combate à pandemia. Contudo, a forma como ambos constroem a imagem de si apresenta algumas diferenças. Para o locutor político os cientistas são “aqueles que sabem o que tem de ser feito”.

- Estas imagens de si sofreram alterações ao longo do período pandémico?

Selecionamos entrevistas de 3 fases distintas da pandemia com o objetivo principal de concluir se a imagem de si construída pelos locutores sofre alterações ao longo das mesmas. Neste aspeto, acaba por não existir muitas diferenças entre as duas classes sociais. Na fase inicial da pandemia, ambas as partes transmitem incerteza e dúvida sobre o que o futuro reservava relativamente ao novo vírus. Tanto os políticos como os cientistas não tinham ideias formuladas acerca de quais seriam as medidas mais apropriadas a serem postas em prática.

Durante a segunda fase das entrevistas selecionadas, Portugal encontrava-se numa fase muito crítica da pandemia, onde após uma melhoria depois do primeiro confinamento, a população portuguesa preparava-se novamente para ficar fechada em casa. Nesta fase a grande incerteza que permanecia era se deveria haver um segundo confinamento obrigatório, tendo em conta o grande aumento do número de casos.

Na terceira fase, já estava a decorrer o plano de vacinação contra a COVID-19. Ambas as partes mostram uma maior confiança nos seus discursos.

Não foram muitas as alterações que se verificaram na construção do *ethos* destas duas classes sociais ao longo dos diferentes períodos das entrevistas. Ambas as partes construíram em todas as entrevistas um *ethos* de proximidade com os portugueses, A mudança mais nítida dos *ethé* dos entrevistados é mais evidente da segunda para a terceira fase de entrevistas. Tanto os políticos como os especialistas já apresentavam um *ethos* de segurança e assertividade em relação ao combate da pandemia. Portanto, existe uma mudança dos *ethé* construídos ao longo do tempo, que estão relacionados com a evolução da investigação e conhecimento sobre o coronavírus. No entanto, o *corpus* usado é muito pequeno e vasto para se poder tirar conclusões mais abrangentes.

- Existe relação entre a construção do *ethos* e o tópico discursivo da COVID-19?

Sendo o tema da COVID-19 algo que afeta toda a população, a construção da imagem de si dos locutores, de ambas as classes sociais, foi feita focada na população, transmitindo a ideia do “nós” como

um só. Os políticos e os cientistas não falavam só por si, mas em nome do seu público também. Houve a necessidade de construir o *ethos*, estabelecendo uma ligação dos locutores com a população portuguesa. Sem essa ligação, a construção da imagem de si nos discursos das personalidades em questão não seria positiva.

- As emoções estão presentes na construção discursiva destes *ethé* e, em caso afirmativo, quais estão presentes?

Considerando o tópico da pandemia da COVID-19, seria de estranhar se as emoções não estivessem presentes na construção dos *ethé* nos discursos. Tanto por parte dos políticos como de parte dos cientistas, as emoções estão presentes e não se diferenciam muito. O ponto fulcral das emoções foi a empatia e a ligação que ambas as partes estabeleceram com o seu público, neste caso, a população portuguesa.

- Que mecanismos e estratégias são usados na construção destes *ethé*?

Os políticos, na construção da imagem de si nos discursos, foram o grupo que recorreu a estratégias e mecanismos linguísticos mais variados. Em primeiro lugar, o uso da primeira pessoa do plural para se referirem a si e, ao mesmo tempo, à população portuguesa. Noutras ocasiões, ignoravam a pergunta feita pelo jornalista, adotando um discurso mais defensivo. Em última instância, o político não deixa de elogiar o trabalho do seu governo durante a pandemia, criticando por vezes os seus opositores.

Os cientistas, apresentam um discurso sempre mais assertivo, onde apresentam testemunhos próprios dos acontecimentos que experienciam nos hospitais, centros de saúde, etc. Este aspeto intensifica o seu *ethos* de credibilidade e de especialista. Fazem igualmente uso de atos diretivos para aconselhar os portugueses sobre as medidas a serem tomadas. Os políticos também o fazem, mas não com tanta frequência.

Existe possibilidade de continuação da investigação sobre o tema deste trabalho. Nomeadamente aspetos que aqui não foram tratados para um maior aprofundamento do conhecimento. Algumas das hipóteses seria o alargamento do *corpus* para confirmar os resultados, por exemplo, o interesse de uma análise quantitativa que exponha em termos de frequência características que individualizem a construção discursiva de cada grupo, a exploração da dimensão ilocutória, para analisar os tipos de atos e a sua organização em sequências e macroatos.

Referências bibliográficas

- Adam, J.-M. (1993). Le texte et ses composantes. Em *Configurations discursives*.
- Adam, J.-M. (1997). Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite. Em *Pratiques 94* (pp. 3-18).
- Adam, J.-M. (1999). *Linguistique Textuelle; des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.
- Adam, J.-M. (2008). *A Linguística Textual: Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.
- Adam, J.-M. (2012). DISCURSIVITÉ, GÉNÉRICITÉ ET TEXTUALITÉ Distinguer pour penser la complexité des faits de discours . Em *Recherches n° 56, Les discours en classe de français* (pp. 9-27).
- Adam, J.-M. (2022). *A noção de texto*. Natal: EDUFRN.
- Amossy, R. (2005). *Imagens de si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto.
- Austin, J. L. (1962). *How to Do Things with Words*. Oxford.
- Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M. (2016). *Os Géneros do Discurso*. São Paulo: Editora 34.
- Barthes, R. (1975). A retórica antiga. Em J. Cohen, *Pesquisas de retórica* (pp. 147-221). Petrópolis: Vozes.
- Beaugrande, R.-A. d., & Dressler, W. (1981). *Introduction to Text Linguistics* .
- Benveniste, É. (1974). *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris: Gallimard.
- Briz, A. (2008). *Cortesía y conversación: de lo escrito a lo oral*. Valencia: Universidade de Valencia.
- Charaudeau, P. (2011). *Discurso Político*. São Paulo: Editora Contexto.
- Charaudeau, P. (2013). *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto.
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2002). *Dictionnaire D'Analyse du Discours*. Editions du Seuil.
- Coseriu, E. (2007). *Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido*. Madrid: Arco-Libros.
- Dijk, T. v. (1997). Cognitive context models and discourse. Em M. Stamenov (Ed.), *Cognition and Consciousness* (pp. 189-226). Amsterdão: Benjamins.
- Eggs, E. (1999). Éthos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne. Em R. Amossy, *Images de soi dans le discours. La construction de l'éthos* (pp. 31-59). Genebra: Delachaux & Niestlé.
- FAPESP. (s.d.). *Cremilda Celeste de Araújo Medina*. Obtido em 5 de janeiro de 2023, de Biblioteca Virtual da FAPESP: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/90396/cremilda-celeste-de-araujo-medina>
- Gomes, J. F. (10 de março de 2020). *Em Itália, os hospitais estão à beira do colapso – e os médicos têm de escolher quem podem tratar*. Obtido em 19 de julho de 2022, de Observador: <https://observador.pt/2020/03/10/em-italia-os-hospitais-estao-a-beira-do-colapso-e-os-medicos-tem-de-escolher-quem-tratar/>
- Grice, P. (1975). Logic and Conversation. Em P. Cole, & J. L. Morgan, *Syntax and Semantics, Volume 3: Speech Acts* . Academic Press.
- Halliday, M., & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English*. Londres: Longman.
- Jornal do Centro. (21 de abril de 2020). *Perguntas e respostas sobre o coronavirus Portugal*. Obtido em 3 de janeiro de 2022, de YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=JfiyeX_susY&ab_channel=JornaldoCentro
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1990). *Les interactions verbales: l'Approche interactionnelle et structure des conversations*. Paris: Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2002). *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2006). *Análise da Conversação: Princípios e Métodos*. Parábola.
- Koch, I. (1995). O texto: construção de sentidos. Em *Organon, n.23* (pp. 19-25).
- Koch, I., Morato, E., & Bentes, A. (2011). ALED. *Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun van Dijk*, pp. 79-91.
- Maingueneau, D. (2015). *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola.

Marques, M. A. (2013). Imagens (entre)vistas. A construção de identidades na entrevista política televisiva. Em A. S. Silva, J. C. Martins, L. Magalhães, & M. Gonçalves, *Comunicação política e económica: Dimensões cognitivas e discursivas* (pp. 271-287). Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia Universidade Católica Portuguesa.

Medina, C. (2008). *Entrevista: O Diálogo Possível*. Editora Ática.

Moeschler, J. (2001). Pragmatique. État de l'art et perspectives. Em *Marges Linguistiques*.

Morin, E. (1966). A Entrevista nas Ciências Sociais, na Rádio e Televisão. pp. 115-135.

Naves, F. (12 de abril de 2020). *Um mês de pandemia. Os factos, os mistérios e as incertezas*. Obtido em 24 de setembro de 2022, de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/os-factos-os-misterios-e-as-incertezas-11991118.html>

Pêcheux, M. (1969). *L'Analyse automatique des discours*. Paris: Dunod.

Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (1996). *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes.

Provost-Chauveau, G. (1971). Problèmes théoriques et méthodologiques em analyse du discours. Em J.-B. Marcellesi, *Langue française, n. 9* (pp. 6-21). Larousse.

Romualdo, J. d. (2015). Ethos e discurso científico. Em A. R. Motta, & L. Salgado, *Ethos discursivo* (pp. 213-221). São Paulo: Editora Contexto.

Schiffrin, D. (2015). Approaches to Discourse. Em D. Maingueneau, *Discurso e Análise do Discurso* (p. 24). Parábola.

Searle, J. (1969). *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

SIC Notícias. (16 de março de 2020). *"Temos de dar tudo por tudo para salvar vidas": primeiro-ministro sobre o coronavírus*. Obtido em 3 de janeiro de 2022, de SIC Notícias: <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2020-03-16-Temos-de-dar-tudo-por-tudo-para-salvar-vidas-primeiro-ministro-sobre-o-coronavirus>

SIC Notícias. (10 de novembro de 2020). *COVID-19. Portugal "ainda não está na fase crítica, vai piorar"*. Obtido em janeiro de 3 de 2022, de SIC Notícias: <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2020-11-10-COVID-19.-Portugal-ainda-nao-esta-na-fase-critica-vai-piorar?fbclid=IwAR1I8bW65aeBpnAb-IUOKVxzp1KcWK0k4ebrZbPxA6LJIm0Bs-QY3bQIzMQ>

SIC Notícias. (20 de agosto de 2021). *Pedro Simas: "Estamos numa altura em que podemos retirar as máscaras"*. Obtido em 3 de janeiro de 2022, de SIC Notícias: <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2021-08-19-Pedro-Simas-Estamos-numa-altura-em-que-podemos-retirar-as-mascaras-28a792ed?fbclid=IwAR1hO5Db6UPMNqJoDc6njNTcy8dIZ5IggFYISXR8vTv2uYVilyYWLrtT7aQ>

TVI. (5 de julho de 2021). *COVID-19: Governo quer começar vacinação em menores de 18 no fim de agosto*. Obtido em 3 de janeiro de 2022, de TVI Player: https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/60e379450cf246344eb0ff23?fbclid=IwAR0EOR6VoGd_QidV5pvTn3idXhjOQc0lvEscnbEYuvx36qfDq4uiADTz154

TVI. (15 de janeiro de 2021). *Veja a entrevista de António Costa à TVI na íntegra*. Obtido em 3 de janeiro de 2022, de TVI: [Veja a entrevista de António Costa à TVI na íntegra](#)

Anexos

Os sinais de transcrição do sistema Val.es.co por Briz (2008) são os seguintes:

: Mudança de voz.

A: Intervenção de um interlocutor identificado como A.

?: Interlocutor não reconhecido.

§ Sucessão imediata, sem pausa notável, entre duas emissões de diferentes interlocutores.

= Sustentação do turno de um participante numa sobreposição

[Lugar em que se inicia uma superposição.

] Final da fala simultânea.

- Reinícios e autointerupções sem pausa.

/ Pausa curta, inferior a meio segundo.

// Pausa entre meio segundo e um segundo.

/// Pausa de um segundo ou mais.

(5") Silêncio (lapso ou intervalo) de 5 segundos; indica-se o nº de segundos nas pausas de mais de um segundo, quando for especialmente significativo.

↑ Entonação ascendente.

↓ Entonação descendente.

→ Entonação mantida ou suspensa.

Cou Os nomes próprios, apelidos, siglas e marcas, exceto as transformadas em “palavras-marca” de uso geral, aparecem com a letra inicial maiúscula.

PESADO Pronúncia marcada ou enfática (duas ou mais letras maiúsculas).

pe sa do Pronúncia silabada.

(()) Fragmento indecifrável.

((siempre)) Transcrição duvidosa.

((...)) Interrupções da gravação ou da transcrição.

(em)tonces Reconstrução de uma unidade léxica que foi pronunciada incompleta, quando possa perturbar a compreensão.

pa'l Fenômenos de fonética sintática entre palavras, especialmente marcados.

°()° Fragmento pronunciado com uma intensidade baixa ou próxima ao sussurro.

h Aspiração do “s” implosivo.

(RISAS, TOSES GRITOS...) Aparecem à margem dos enunciados. No caso dos risos, se são simultâneos ao que é dito, transcreve-se o enunciado e em uma nota de rodapé é indicado “entre risos”.

aa Alongamentos vocálicos.

nn Alongamentos consonânticos.

¿i !? Interrogações exclamativas.

¿ ? Interrogações. Também para os apêndices do tipo “¿no?, ¿eh?, ¿sabes?”

¡ ! Exclamações.

és que se pareix a mosatros: Fragmento de conversação em valenciano. É acompanhado de uma nota em que se traduz o seu conteúdo ao castelhano.

Letra cursiva: Reprodução e imitação de emissões. Estilo direto, característico dos denominados relatos conversacionais.

Notas de rodapé: Anotações pragmáticas que oferecem informação sobre as circunstâncias da enunciação. Traços complementários do canal verbal. Acrescentam informações necessárias para a correta interpretação de determinadas palavras (a correspondência estrangeira da palavra transcrita no texto de acordo com a pronúncia real, siglas, marcas, etc.), enunciados ou sequências do texto (p. ex., os irónicos), de algumas onomatopeias, etc.

Marcas à direita: Cortes conversacionais.

* As incorreções gramaticais (fônicas, morfossintáticas e léxicas) não aparecem marcadas em geral. Portanto, segundo o usuário do corpus (p. ex., se este é utilizado por um estudante de espanhol como segunda língua), pode ser recomendado o suporte explicativo do professor utilizado por um estudante de espanhol como segunda língua), pode ser recomendável o suporte explicativo do professor.

* Os antropónimos e topónimos não se correspondem em geral com os reais

Fichas técnicas das entrevistas:

| Entrevistas | Dados identificadores da gravação | | | Situação comunicativa | | | Participantes | Transcrição | |
|---------------------|--|--------------------------|------------------------------------|---|----------|------|----------------------|---|-------|
| Entrevista 1 | 16/03/2020 | 35 minutos e 44 segundos | Estúdios da SIC | Início da pandemia COVID-19, dúvidas e incertezas | Formal | Oral | Planeado | Rodrigo Guedes de Carvalho (entrevistador); António Costa (entrevistado, primeiro-ministro de Portugal) | Total |
| Entrevista 2 | 21/04/2020 | 25 minutos e 51 segundos | Estúdios do canal Jornal do Centro | Características do coronavírus e as medidas a serem tomadas | Informal | Oral | Planeado | António Figueiredo (entrevistador); Simões Torres (entrevistado, pneumologista) | Total |
| Entrevista 3 | 10/11/2020 | 12 minutos e 23 segundos | Estúdios da SIC | O estado crítico da pandemia COVID-19 | Formal | Oral | Planeado | Ana Patrícia Carvalho (entrevistadora); | Total |

| | | | | | | | | | |
|---------------------|------------|--------------------------|-----------------|---|--------|------|----------|--|-------|
| | | | | | | | | Filipe Froes (entrevistado, pneumologista) | |
| Entrevista 4 | 15/01/2021 | 51 minutos e 21 segundos | Estúdios da TVI | Gestão da pandemia COVID-19 e o seu impacto na economia | Formal | Oral | Planeado | Anselmo Crespo e Pedro Mourinho (entrevistadores); António Costa (entrevistado, primeiro-ministro de Portugal) | Total |
| Entrevista 5 | 05/07/2021 | 25 minutos e 18 segundos | Estúdios da TVI | Aumento dos casos de COVID-19 e o processo de vacinação | Formal | Oral | Planeado | Ana Candeias (entrevistadora); Marta Temido (entrevistada, ministra da saúde de Portugal) | Total |

| | | | | | | | | | |
|---------------------|------------|--------------------------|-----------------|--|--------|------|----------|--|-------|
| Entrevista 6 | 20/08/2021 | 12 minutos e 26 segundos | Estúdios da SIC | Evolução do processo de vacinação do coronavírus | Formal | Oral | Planeado | Mónica Martins (entrevistadora); Pedro Simas (entrevistado, virologista) | Total |
|---------------------|------------|--------------------------|-----------------|--|--------|------|----------|--|-------|

Transcrições das entrevistas

Entrevista 1

J: São 21 e 10, recorro que no balanço deste dia hoje foi anunciada a primeira vítima mortal do coronavírus em Portugal, um senhor com mais de 80 anos e o governo concertou com Espanha o regresso das fronteiras, ou seja, o controlo de quem passa e só podem passar transportes de mercadorias. 14 dias depois da primeira infeção no país, é meu convidado António Costa, o primeiro-ministro de Portugal. Boa noite. Bem-vindo, com lamentáveis circunstâncias. O senhor sabe, melhor do que ninguém, há muitos portugueses que consideram que têm tomado medidas a conta-gotas. Não há uma ordem clara para fechar restaurantes ou lojas ou centros comerciais, mas de alguma forma alguns desses estabelecimentos vão fechando voluntariamente. Dizem que para proteger os seus funcionários e clientes. Será que, senhor primeiro-ministro, em vez de o governo apontar um caminho aos portugueses, os portugueses estão a apontar um caminho ao governo?

AC: Boa noite. Este é, de facto, um dia triste. Foi o dia em que tivemos a primeira pessoa falecida na consequência do covid-19. Mas é um dia em que também demonstra que nós temos que ir enfrentando este desafio com a consciência que temos que dar tudo por tudo para salvar as vidas, mas também tendo a consciência que temos de preservar a vida porque todos nós temos de continuar a viver. E é por isso que as medidas têm que ir sendo tomadas em função da necessidade concreta que existe em cada dia. É fundamental que as pessoas evitem o máximo o contacto social, que possam estar o máximo de tempo possível em casa. Mas é necessário também que a vida continue. Vocês têm de continuar a fazer diariamente os noticiários porque os portugueses precisam de continuar diariamente a ser informados. É fundamental que os agricultores continuem a produzir porque nós precisamos de continuar a comer.

J: Mas uma loja de roupa é essencial nesta altura?

AC: Não é, e por isso muitas têm tomado a opção de fechar. Qual tem sido a estratégia que nós temos adotado? Nós temos tomado as medidas de encerramento de estabelecimentos que, pela sua natureza, pela grande aglomeração de pessoas que envolvem aumenta muito o risco de contaminação, o caso das escolas, o caso das discotecas, o caso dos bares. Temos procurado restringir a utilização de espaços onde o risco de contacto, se não for limitado à lotação, aumenta o risco de contacto.

Por exemplo, foi o que adotamos relativamente aos restaurantes. Reduzimos a lotação em um terço para que possam espaçar e criar o espaço de segurança necessário.

J: E têm ideia de isto está a acontecer?

AC: Tem vindo a acontecer. Tem vindo a acontecer nos supermercados, onde também restringimos a capacidade de entrada. Todos já temos assistido...

J: Sim, eu já passei por essa experiência.

AC: ...em que as pessoas têm de formar filas cá fora porque só podem entrar, digamos, a conta-gotas. Eu hoje fui à farmácia e as pessoas também tinham que aguardar cá fora...

J: E esperam cá fora e guardam alguma distância pelo menos?

AC: ...entre si, o que é o que é normal. Os centros comerciais, onde adotamos uma medida muito restritiva. Só podem ter, só podem estar 4 pessoas por cem metros quadrados, o que é uma fortíssima restrição. Agora, ao mesmo tempo...

J: Como é que se vão fazer, senhor primeiro-ministro, essas medições? Porque, por exemplo, remeto para, para o que foi a chamada a conversa da lotação. Se bem se recorda, no início desta pandemia, o ministro da administração interna falou de eventos ao ar livre com mais de 10 mil pessoas não pode ser. Dentro de portas com mais de 5 mil não pode ser. Depois era, não, com 500 já não pode ser. E agora estamos, anunciado ontem, aglomerações de mais de 100 pessoas não pode ser. Então e 90? Se forem 90 não há perigo?

AC: Vamos lá ver. Nós temos procurado seguir porque há uma enorme, como se tem visto em todo o mundo, perante este vírus que é novo, não tem havido ainda suficiente ??? científico e técnico para permitir decisões políticas seguras. Portanto, o que o governo tem procurado fazer, é estabelecer digamos um padrão relativamente comum. Os mil lugares, por exemplo, que vigorou em ??? países europeus durante umas semanas foi o que todos procurámos estabelecer um critério que fosse.

J: Porque tinham que chegar a um número, é isso?

AC: Não havia um dado científico sólido que nos permitisse dizer: é este o limite. E, portanto, temos vindo a evoluir. Todos tem vindo a evoluir, uns mais rapidamente, outros menos rapidamente, mas procurando convergir. Agora, o que é importante todos termos consciência é que nesta fase de contenção e mitigação há uma enorme responsabilidade de todos nós, lavando as mãos, mantendo as distâncias, evitando os contactos. Mas que simultaneamente temos que manter a capacidade da sociedade manter-se em funcionamento para assegurar as condições básicas de vida de todos nós. Isso eu acho que os portugueses têm feito com grande sentido de responsabilidade. Como diz, muitos

restaurantes têm fechado. É verdade. Muitos têm fechado para proteção dos seus... dos seus empregados. Muitos têm fechado também porque há uma quebra grande de clientela porque as pessoas com receio têm...

J: Sabe que há muita gente que diz que está a tomar essas decisões que deveria ser o governo a tomar.

AC: Mas, vamos lá ver...

J: Por exemplo, os centros comerciais estão-se a refugiar no facto de, (refugiar é uma palavra minha, se calhar, excessiva), estão-se a justificar dizendo: “Ah, estamos à espera que o governo diga. Quando o governo disser nos fechamos.”

AC: Mas vamos lá ver. O governo acho que nós vivemos numa sociedade democrática. E, portanto, o governo deve intervir na margem daquilo que é estritamente essencial. Proibindo quando é essencial proibir ou obrigando quando é necessário obrigar.

J: Mas isso é a lei da sociedade que tínhamos antes da pandemia. Ou seja...

AC: Sim, mas é por isso...

J: Tudo nesta situação é absolutamente extraordinário.

AC: Mas antes desta situação nós não limitávamos, não fixávamos quantas pessoas é que podiam estar por metros quadrados num centro comercial

J: Agora que estamos em tempos novos o que lhe pergunto é se mesmo do ponto de vista legislativo o senhor considera, não estou a dizer que tome uma lei para entrar em vigor amanhã, mas se vão começar a pensar que também esse tempo é novo, de ter que haver outro tipo de legislação. Por exemplo, os portugueses nunca passaram pela situação, se vier uma emergência nacional acima de uma quarentena, de irem na rua e dizerem-lhes “Vocês têm que ir para casa”.

AC: Vamos lá ver, até agora não tem sido necessário porque os portugueses, voluntariamente, têm-se refugiado cada vez mais em casa.

J: Nem todos.

AC: Não, claro que nem todos. Olhe, nós estamos aqui fora, por exemplo. Ainda há pouco vi uma reportagem aqui na SIC precisamente sobre a imagem da cidade hoje. Como sabe, o senhor Presidente da República está a ponderar se decreta ou não o estado de emergência. Nós próprios já

adotamos medidas de restrição da liberdade de circulação. Em que era em caso de isolamento profilático de pessoas que estão doentes, quer no caso de pessoas que tendo contactado com pessoas doentes têm que ficar de quarentena. E logo no início disto, quanto tivermos que ir à China buscar aqueles compatriotas nossos que estavam em Wuhan, que houve uma grande discussão se tínhamos de fazer uma revisão constitucional se não tínhamos de fazer uma revisão constitucional, reparou que nenhum deles pôs em causa voluntariamente submeter-se a uma situação de quarentena e esse exemplo cívico...

J: Isso eram 14 que estavam a regressar a casa, nós ainda não tínhamos o primeiro caso, é completamente diferente. Isto pode gerar, esperemos que não, eu pela minha parte tudo farei para que isso não aconteça, mas pode começar a haver algumas situações de “o medo é sempre mau conselheiro”.

AC: Com certeza. E, por isso, nos temos que ter, nós temos um quadro jurídico que nos permite ir escalando as medidas. Nós estamos neste momento em estado de alerta na área da proteção civil. Temos um grau ainda superior, que é o grau de calamidade, que nos permite, por exemplo, instaurar cercas sanitárias em torno de uma determinada localidade onde haja um surto particularmente forte e epidémico e que seja necessário confinar toda aquela população naquele local e não possa sair de lá. Onde possa haver restrições muito fortes à circulação. Com isso o Presidente da República, e já o disse publicamente, está a ponderar se se justifica decretar o estado de emergência.

J: Muitos portugueses não entendem, deve saber que o Presidente da República apareça num Skype amador no domingo a dizer “isto é tudo muito grave por isso eu na quarta-feira logo vejo.

AC: Não foi bem isso, sejamos justos.

J: Do ponto de vista prático foi.

AC: Sejamos justos. O estado de emergência e o estado de calamidade não são decretados em Portugal desde o 25 de novembro de 1975.

J: Sim.

AC: É uma medida extraordinariamente grave porque implica a suspensão de um leque que pode ser muito vasto de direitos liberdades e garantias.

J: E eu não sei se a maior parte dos portugueses tem a consciência disso.

AC: É que eu acho que as pessoas não têm bem a consciência do que é que significa o estado de emergência. E muitas pessoas eu tenho visto a dizerem que o estado de emergência é necessário para poder manter as pessoas em casa. E eu tenho tentado explicar que, para já sinto que as pessoas responsável e voluntariamente têm confinado os seus movimentos, que mesmo sem estado de emergência, no tal estado de calamidade, é possível impor, de uma forma mais generalizada, essas restrições. E que, neste momento, já muitas pessoas estão confinadas por força da lei porque pode num despacho da ministra da justiça ou de qualquer autoridade de saúde ser imposto o confinamento profilático.

J: Deixe ver se entendo, António Costa, se fosse presidente, não decretaria a emergência nacional.

AC: Não, não digo isso. É uma competência exclusiva do senhor Presidente da República. Já tive, aliás, ontem a oportunidade de dizer publicamente...

J: Não, eu acredito que seja solidário.

AC: Não, não, não. E já disse publicamente, se o Presidente da República considerar que é necessário o governo dará o parecer favorável. E temos estado a trabalhar com o senhor Presidente da República para o desenho do contexto das medidas que podem justificar. Porque nós temos que saber que direitos de liberdades e garantias é que se podem justificar nesta circunstância. Muitas pessoas têm falado de limitar a liberdade de circulação. Eu devo-lhe dizer que a prazo, porque temos de ter a noção que não estamos a falar de uma crise que dure 2 semanas, mas que durará, seguramente, alguns meses, nós podemos ter situações inversas, que de termos de ter meios legais para obrigar determinadas empresas a funcionarem, fazer requisição civil de determinadas pessoas de determinadas profissões que não estejam a trabalhar ou que se recusem a trabalhar, podemos ter que requisitar equipamentos em entidades privadas. Portanto, há um conjunto de ferramentas que podem ser necessárias.

J: Eu não quero perder aqui o fio à meada, isso será a partir de quarta-feira. Vamos...

AC: Respondendo à sua pergunta inicial é o seguinte: portanto, nós o que é que temos querido fazer? Primeiro, que as pessoas tenham elas próprias a consciência da gravidade da situação que infelizmente têm. E que, portanto, responsável e voluntariamente assumam essa atitude. Eu acho que desse ponto de vista a decisão do senhor Presidente da República de se colocar em quarentena voluntária foi particularmente inspiradora e instrutiva da responsabilidade que impende sobre cada um de nós. Segundo lugar, não hesitamos em tomar as medidas que são necessárias tomar. Se há

portugueses que estão bloqueados em Marrocos porque Marrocos fechou as fronteiras nós vamos buscá-los a Marrocos. Se há um português que está contaminado nos temos que o colocar em situação de contenção profilática para não contaminar mais. Se há alguém que está em estado, que há suspeita, nós temos que proceder ao seu exame. Nós temos que criar condições para que o Serviço Nacional de Saúde funcione, nós temos que assegurar o rendimento das famílias. Portanto nós temos que ir respondendo às medidas...

J: Deixe-me parar no ponto...

AC: Diga, diga. OK eu aproveito para dar um golinho de água!

J: ...do Sistema Nacional de Saúde que é: eu hoje expliquei, mais uma vez, a questão do gráfico, da curva que devemos manter achatada para que a resposta dos hospitais possa ser eficiente. Tirando as desinformações que nós temos vindo, também aqui na SIC, a denunciar, que andam aí a pôr muitas pessoas em pânico, a verdade é que há relatos fidedignos de profissionais de saúde que dizem “a situação não está fácil, nomeadamente ao nível do material”. Como é que estamos realmente nesta situação para o aumento do número de casos que ainda aí vem?

AC: Bom, nós temos procurado estar a ir reforçando as capacidades que temos para prever aquilo precisamente do pior que ainda possa vir a seguir. Por isso, quando nós dizemos que temos 2 milhões de máscaras de reserva estratégica, significa que estão de reserva 2 milhões de máscaras que ainda não foram colocadas para que se responda a qualquer necessidade. ???? ao mesmo tempo a adquirir quer máscaras, quer material de desinfeção, quer ventiladores, e a fazer a gestão do conjunto destes recursos.

J: Porque é que estamos a adquirir ventiladores agora? Nesta altura?

AC: Vamos lá ver, nós temos...

J: Isso não foi um pouco... não relativizaram em demasia o impacto que isto acabaria imediatamente por ter em Portugal?

AC: Vamos lá ver, até agora não temos nenhuma carência de ventiladores do conjunto de doentes que estão internados...

J: Mas quando me diz que vamos reforçar é porque já sabe que vai ter.

AC: Não. Estamos a reforçar porque estamos perante uma situação anormal. Eu vou-lhe dar um número. Nós temos, fora blocos operatórios de urgência, fora unidades de camados, 1142 ventiladores

para adultos. Claro que não estão todos disponíveis. Porque há muitas pessoas que estão internadas e que estão a ser ventiladas ou porque foram operadas ou porque estão com uma pneumonia, normal em várias situações não estão disponíveis, mas aquilo que estamos a aumentar, precisamente na previsão de um pior dos cenários, porque como tem visto na curva, essa curva é uma curva, e como ontem a senhora ministra da saúde teve oportunidade de explicar, o que está previsto neste momento no estudo epidemiológico é que o pico desta pandemia em Portugal continue aí a crescer até finais de abril, e só então aí entrará numa função descendente e que nunca terminará antes do final de maio, por isso é que estamos a falar de vários meses, nós temos que ter recursos para o caso de, temos de reforçar os recursos, para o caso de haver um aumento anormal para além daquilo que está previsto.

J: Mas o senhor primeiro-ministro utiliza muito, às vezes dentro da mesma ideia, tudo isto é muito imprevisto e tudo isto nós estamos a prever. A questão dos...

AC: Não, nós temos que antecipar o imprevisto, está a ver? É isso que é o problema.

J: Mas é isso que eu lhe pergunto se está a antecipar o imprevisto ao nível dos ventiladores porque sabe que se são absolutamente vitais para aqueles que venham a ser infetados e que fiquem, sobretudo, em estado grave. Dentro do que é possível, já que tem falado com a ministra da saúde sobre o número de casos e a curva, já estão a prever os dias e os meses, se nessa altura haverá alguma falta de algum ventilador.

AC: Vamos lá ver, se tudo decorrer conforme tem sido previsto quanto à evolução da doença e de número de pessoas infetadas e a carecer de ventilação, porque felizmente só uma pequena parte das pessoas infetadas carece dessa ventilação, se relativamente a qualquer outra das doenças, porque a única doença não é o coronavírus. As pessoas continuam a adoecer, o Serviço Nacional de Saúde continua a prestar...

J: Claro que sim.

AC: ...a atender milhares de pessoas por dia com outras doenças e com o material que estamos a adquirir nós teremos capacidade de responder a este quadro. Agora, temos obviamente todos a noção, creio que temos todos a noção, a tratar de um vírus que é novo, cujo comportamento tem suscitado as maiores das dúvidas, tem visto o debate científico, aqueles que achavam que aumentando a temperatura ele iria desaparecer, aqueles que consideravam, e infelizmente aparentemente com razão, que sendo um vírus novo é insensível à temperatura e que, portanto, não vai necessariamente alterar

com a temperatura. Há muitos fatores de incerteza, e portanto, nós temos que estar a lidar permanente, temos de estar sempre a prever o imprevisto que vem a seguir.

J: Num dia em que fecharam as fronteiras, ou regressaram as fronteiras terrestres entre Portugal e Espanha, vamos falar do que é que se... de quem entra e em que condições entra em Portugal. Primeiro, quero que depois me fale o que é que aconteceu com aquele cruzeiro que havia ordens para não desembarcar em Portugal, foram desembarcar em Espanha e vieram de camioneta em Portugal. Estou absolutamente convencido de que não podiam vir para Portugal e, portanto, alguém teve a gozar com as suas ordens, mas o que eu lhe pergunto é: num aeroporto, o que é isto? Uma pessoa chega, o senhor primeiro-ministro, eu próprio aqui, fico em casa, cuidado com os ajuntamentos, a pessoa chega com a sua mala, atravessa a alfandega, apanha um táxi e está em Lisboa ou no Porto.

AC: Bom, o único país europeu que adotou as medidas de controle da temperatura foi precisamente a Itália e não foi por isso que não evitou a situação em que está. As outras autoridades de saúde consideraram que não era nem instrumento fiável nem eficaz de proceder ao controle. Tem também imagens, por exemplo nos Estados Unidos, de enormes acumulações que essas medidas têm gerado de concentração de pessoas. E a razão pelo qual se considerou que não era, que tem sido considerado pelas autoridades de saúde, que não é essencial é que se eu me sentir num estado gripal faço aquilo que normalmente qualquer pessoa faz, que é tomar um antipirético qualquer, um paracetamol, portanto pode desembarcar sem ter qualquer sinal de temperatura, apesar de estar infetado. Uma pessoa que tem uma infeção num dente pode estar com febre, não ter nada com o coronavírus e é considerado infetado e teria de ser colocado em quarentena, até ser sujeito ao despiste, tínhamos que realizar teste obrigatório. Portanto, não é um teste, é isto que tem sido considerado. As próprias recomendações da União Europeia só hoje é que apontam para passar a haver controle relativamente aos voos extracomunitários. Nem sequer para os voos internos, mas para os voos extracomunitários.

J: Mas confirma, por exemplo, que os voos com Espanha estão parados, neste momento?

AC: A partir das 23 horas de hoje, nós com Espanha tínhamos procurado... há uma coisa muito importante que é o seguinte: nós temos que agir responsabilmente no quadro da União Europeia e os países que não o têm feito, têm feito mal. Porque nós temos que garantir a integridade da União Europeia, a garantia da liberdade de circulação e portanto, agir de uma forma coordenada, e acho que neste ponto Portugal e Espanha deram um grande exemplo, porque fomos os primeiros países que fechamos a fronteira, de uma forma coordenada, organizada e por acordo mútuo. E, portanto, continuará a haver...

J: Mas já com Espanha em situação desesperada e nós cheios de medo de Espanha, não é?

AC: Sim, mas temos vindo a monitorizar as entradas e saídas, temos estado num padrão normal. Tomamos esta medida já porque, como sabe, na Semana Santa normalmente os espanhóis tendem a gozar muito aquele período, a utilizar a Semana Santa como período de férias e costumamos ter, e ainda bem, nós habitualmente, um grande número de espanhóis a visitar-nos.

J: O senhor quis acautelar já isso. Já disse que pelo menos até à Páscoa é assim.

AC: E é importante que é para as famílias também espanholas poderem saber antecipadamente que não virão cá passar este ano a Páscoa e queremos que assim seja porque queremos que para o ano já possam estarmos todos em condições de poder receber como sempre os recebemos e também para as famílias portuguesas que passariam a ir para Espanha que não irão. Portanto, não há turismo. Não há turismo. A fronteira continuará aberta para a circulação de mercadorias, para os trabalhadores transfronteiriços. Aquelas pessoas que residem em Elvas e trabalham em Badajoz ou que residem em Badajoz e trabalham em Elvas, por exemplo, ou entre o norte de Portugal e a Galiza. Portanto, agora o turismo acabou. Isso foi feito por acordo, vigora durante um mês, daqui a um mês procederemos a uma reavaliação. Ao mesmo tempo, amanhã, hoje houve uma reunião dos ministros da saúde e da administração interna, que tomaram um conjunto de orientações quanto às fronteiras externas, mas a comissão, entretanto apresentou para a reunião de amanhã, extraordinária, do conselho europeu, propostas de limitação, por um período de 30 dias, de voos de fora da União Europeia para a União Europeia. Portanto, olhe isto está a ver um exemplo que todos nós andamos um pouco...

J: Portanto muito menos tráfego aéreo ainda, a partir desse período, dentro da União Europeia. Eu quero ir, daqui a pouco, à economia porque é uma questão importante, deixe-me só em relação à situação atual...

AC: Não, não. Estas medidas não são dentro da União Europeia, estas medidas são para fora da Europa.

J: Para voos que venham de fora da Europa para a Europa.

AC: Dentro da Europa nós temos mantido o critério, estamos a manter o critério que temos mantido até agora. Zonas de elevado risco, como é o caso de Itália, que tem um número francamente anormal relativamente ao resto dos países da União Europeia, já há mais de uma semana que interrompemos os voos. E assim adotaremos, seletivamente, em função das circunstâncias.

J: Há pouco eu falei-lhe dos profissionais de saúde e falou-me do reforço de máscaras e de luvas e de todo esse material de proteção, que eu espero bem que aconteça, mas há outros setores absolutamente essenciais para o país, como bem lembrou. Só assim de memória: os camionistas, os condutores de autocarro, os caixas de supermercado, os polícias, os bombeiros, todas as profissões...

AC: Os farmacêuticos.

J: Os farmacêuticos, que são absolutamente essenciais. O governo vai intervir, ou seja, vai ajudar, vai distribuir material a estes setores?

AC: Esses setores têm-se vindo... digamos, há no mercado ainda material, que se tem vindo a proteger, nós temos procurado proteger esses setores para assegurar a manutenção da sua atividade. E amanhã o senhor ministro das finanças e o senhor ministro da economia apresentarão, aliás, um pacote muito forte de apoio à sustentação do emprego e do rendimento das famílias. Porque a condição primeira para evitar este tsunami económico que há pouco falava é precisamente garantir que não há quebras de rendimento e que não há quebras de emprego. E sabemos que em muitos setores de atividade, desde logo no setor do turismo, estão a ser duramente afetados por esta crise e nós temos que proteger esse futuro.

J: Falamos então desse tsunami, que é a imagem correta neste momento. Ou seja, estamos a ir bem concentrados na questão da saúde, mas o mar está a recuar e quando tudo isto passar vamos ter problemas económicos bastante grandes. Há setores que, de repente, acordaram para um pesadelo. Eu começo a questão do setor económico fazendo-lhe uma pergunta um pouco provocatória. Quem é que se dispõe ajudar primeiro: o mundo das artes e espetáculos ou o futebol?

AC: Bom, em primeiro lugar, a nossa prioridade máxima tem de ser a saúde. E essa tem que ser a primeira das primeiras prioridades.

J: Sim, mas eu disse isso.

AC: Depois, para a própria proteção da saúde a longo prazo nós temos que proteger o conjunto da vida, e do emprego, e dos rendimentos. E, portanto, nós temos que conseguir adotar medidas, e é isso que estamos a prever, que permitam, não só no turismo, mas também nos setores industriais, assegurar que as cadeias de distribuição e de produção de alimentos continuam a funcionar. Há medidas que naturalmente referiu-se há pouco relativamente à situação, por exemplo, da cultura. O cancelamento generalizado de espetáculos é dramático para muitos artistas que vivem precisamente hoje dos espetáculos, e há medidas que o ministério da cultura tem preparado para responder a essa

situação, creio que relativamente ao futebol profissional, é um mundo à parte e que não carece, não é manifestamente...

J: Ah. Mas que já anunciou que isto era horrível e que vão pedir ajuda.

AC: Será com certeza, mas isso toda a gente pede ajuda. Mas, como é evidente, o estado tem que definir quais são as prioridades, e manifestamente essa não é uma prioridade socialmente justificável.

J: Um dos problemas serão, certamente, as pequenas e médias empresas, e para isso há linhas de apoio que já estão definidas e outras, que penso que definirá. Mas depois um bocadinho acima das pequenas e médias empresas, dou-lhe o exemplo da Lanalgo vai fechar mais de 150 lojas. A Dialmar vai mandar 300 trabalhadoras para casa. Nós podemos começar a ter uma crise em empresas já de uma certa envergadura, que estão acima dessas PME'S.

J: As medidas que vamos desenhar amanhã são para micro, pequenas, médias empresas e as chamadas mid capital companies, e com um pacote de medidas bastante diversificado. Seja de linhas de crédito com juros, francamente favoráveis. Seja com deferimento do cumprimento de algumas obrigações, não é padrão, mas é deferimento de algumas obrigações. Em terceiro lugar, temos vindo a trabalhar com a banca para assegurar as moratórias de créditos que são necessários assegurar para não estrangular agora empresas que estão numa situação conjunturalmente difíceis.

J: E o dinheiro do BCE virá para ajudar, vai ficar estacionado nos bancos ou vai chegar à nossa economia real?

AC: Bom, tem que chegar à nossa economia real. Os bancos têm consciência, e têm que ter consciência mesmo que na crise de 2008 a responsabilidade do setor financeiro foi muitíssimo elevada. Os custos sociais, económicos dessa crise financeira foram dramáticos...

J: Portanto, o que tem mais é que se portar bem, não é?

AC: ... e têm perdurado, e, portanto, têm que ter hoje, há uma função de responsabilidade social muito grande que têm e que têm de assumir. Temos tido boa recetividade e espero que essa boa recetividade se traduza em medidas concretas porque, além de mais, os bancos creio que também aprenderam que hoje já não vivem de si próprios, vivem dos seus clientes, seja os particulares, seja as empresas e, portanto, têm por obrigação apoiar também os seus clientes nestes momentos de dificuldade e isso tem que ser garantido. E adotaremos todas as medidas que for necessário.

J: Mas diga-me uma coisa, estamos quase a terminar. Tem falado com Mário Centeno?

AC: Sim, tenho falado, claro.

J: Ele está a suar? Ou seja, vocês ainda não conseguem nesta altura perceber o tamanho da pancada, pois não?

AC: Vamos ver, neste momento estamos, todos estamos a olhar para o futuro com muita preocupação, tendo em conta os diferentes graus de incerteza. Temos uma vantagem. Hoje estamos numa situação de equilíbrio como não estávamos há 4 anos atrás, quando apresentamos o orçamento e houve tanta discussão sobre o excedente orçamental, hoje muito provavelmente já não vai haver excedente orçamental, mas a verdade é que foi uma gestão orçamental responsável que hoje nos permite olhar para esta situação sem estarmos aqui angustiados sobre qual vai ser o salto final ao final deste ano. Hoje o Eurogrupo já, mais uma vez, reafirmou que toda a margem de flexibilidade do pack estabilidade será utilizado, mas a verdade também é que há 4 anos atrás, se nós tivéssemos a perspetiva de não ter um saldo e termos um défice maior era um motivo seguramente de grande preocupação. Neste momento podemos olhar com relativa tranquilidade.

J: Mas é uma pancada naquelas contas, naqueles défices que o senhor e Mário Centeno tão orgulhosamente apresentaram e apresentam, não é?

AC: Será seguramente. Mas esse é o menor dos problemas. O maior dos problemas é a pancada que isso constitui para a trajetória de crescimento da nossa economia, que depois de anos sem crescer acima da média da União Europeia estava desde 2017 a crescer acima da média da União Europeia. É uma pancada no emprego, que depois de se ter reduzido a taxa de desemprego para 6,5% está hoje sobre grande pressão, porque muitos setores de forte empregabilidade estão neste momento a ser duramente atingidos. Veja que só na restauração foram criados 90 mil postos de trabalho nos últimos 4 anos. Esta crise a bater como está a bater na restauração ameaça muito este emprego e, portanto, quando nós olhamos para estes setores...

J: E não estamos nem a meio, não é?

AC: ...e dizemos que temos de dar a mão a estes setores porque não podemos perder aquilo que já recuperamos até agora é fundamental. Por isso, quando eu lhe disse no início que nós temos que dar toda a prioridade para salvar as vidas que estão em risco, mas mantendo as nossas vidas, é absolutamente essencial. Porque se tudo para há uma situação de colapso que temos que evitar a todo o custo porque é preciso manter a atividade.

J: Isto vem a propósito. O Reino Unido, que é a sua generis em quase tudo, também está a ser a sua generis na forma como está a gerir esta crise com uma quase ausência de medidas, vão surgindo agora. E, Boris Jonhson, da indicação que me dão agora, Boris Jonhson acaba de dizer que o que vai ser mais importante nesta crise será que as pessoas tenham liquidez, que vem um pouco também no seguimento do que está a dizer, não é?

AC: É. E por isso é que nós, todas as medidas que temos procurado adotar têm visado sustentar o mais possível desde logo o rendimento das famílias. Porque para relançar uma economia com grandes projetos de investimento público tem um efeito muito mediato no seu impacto na economia real. Enquanto que a sustentação do rendimento tem um impacto mediato. Uma quebra do rendimento traduz-se imediatamente, tem logo um efeito recessivo imediato. A manutenção do rendimento preserva, e por isso que é muito importante manter o rendimento. Portanto, quando nós decidimos fechar as atividades letivas presenciais nas escolas, nós não adotamos esta medida sem simultaneamente procurar responder, em conjunto com as entidades patronais, à manutenção de parte do rendimento de que as famílias vão perder porque muitas delas vão ter que, ou o pai ou a mãe, ficar em casa a tomar conta dos filhos mais pequenos porque nesta fase, em que sabemos que este vírus é particularmente perigoso para as pessoas mais idosas, nem sequer podem recorrer, ou não devem, aos avós, que muitas vezes são a solução de recurso de muitos pais. Portanto, essa sustentação do rendimento...

J: Estamos num círculo de contaminação terrível.

AC: Sim. E temos que, vamos lá ver, e temos que nos apoiar uns aos outros, quer dizer, nós temos evitado falar da economia porque ninguém percebe que falamos de economia quando aquilo que está em casa é o bem mais precioso de todos nós que é a saúde e estamos mesmo a falar da sobrevivência física de pessoas. Hoje morreu um compatriota nosso, vítima desta doença e nós não podemos ter isto. Mas, ao mesmo tempo, nós não podemos esquecer que, enquanto estamos a fazer esta batalha contra o vírus, nós temos que ganhar também essa outra batalha que é não nos deixar contaminar o resto da nossa vida, e dos empregos, e dos rendimentos, e da economia, e das empresas, e todos temos que lutar em conjunto para que...

J: O nosso tempo está...

AC: ...para recomeçar a seguir.

J: ...mais do que esgotado, mas eu uso uma última pergunta, sei que me vão permitir lá dentro, que é o seguinte: é a mais triste ironia de todo este processo. Nós estamos a dizer às pessoas: fique em casa. E os sem abrigo? Quem olha por eles?

AC: Bom, felizmente as instituições de solidariedade estão a continuar a olhar por eles. Essa cadeia de solidariedade tem continuado a aumentar.

J: Mas houve um cuidado especial assim que se percebeu o que é o perigo, por exemplo, que está na rua?

AC: Sim, nós sabemos o perigo que há na rua, mas vamos lá ver. Este vírus tem uma realidade muito específica. Até agora, não há transmissão por via aérea, há transmissão a partir do contacto físico ou dos contactos materiais. Agora, toda essa cadeia de solidariedade é fundamental manter. Nós estamos agora muito concentrados neste problema, mas é como dizíamos há pouco sobre a saúde, os hospitais não estão só a tratar do coronavírus. O trabalho extraordinário que hoje os profissionais de saúde, os médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, os auxiliares, os assistentes operacionais, todos estão a fazer é que, para além da atividade normal do dia a dia dos hospitais, têm que fazer mais este trabalho que advém desta situação de crise pandémica que estamos a viver. Mas tudo o resto continua a acontecer, e a tudo o resto temos que continuar a responder. Seja os sem-abrigos, seja a educação das crianças. A interrupção das atividades letivas presenciais não significa que o esforço educativo tenha terminado. Que não tenhamos que trabalhar como é que concluímos este ano letivo, e não é só o processo de avaliação, é o processo de aprendizagem por parte das crianças. Nós hoje, quer dizer, temos que dizer a todos responsabilmente que, sabendo que os idosos são um grupo de particular risco, é preciso ter cuidado especial no contacto com os idosos, mas não podemos aumentar o isolamento dos nossos idosos. E, portanto, é esse esforço simultaneamente de dar toda a luta e todo o combate a este vírus, mas ao mesmo tempo continuar a assegurar as outras funções normais da sociedade, que é absolutamente essencial. Veja, se nós não tivéssemos tido o cuidado de procurar ter pelo menos uma escola por agrupamento aberta, que resposta é que dávamos àqueles profissionais, sejam os da força de segurança, sejam os bombeiros, seja pessoal médico ou pessoal do sistema do Serviço Nacional de Saúde, em que muitas vezes ambos os casais trabalham no setor e que nenhum deles pode ir para casa tomar conta dos filhos e que é necessário continuar a poder apoiá-los. E por isso que estabelecemos mecanismos em que, ou há uma escola aberta ou podem também receber a compensação que receberiam se tivessem em casa para poderem pagar a uma outra pessoa para poder ficar com as crianças.

J: Por hoje temos mesmo que ficar por aqui. Infelizmente, nos próximos dias, até porque há desenvolvimentos todos os dias, continuaremos a falar deste assunto, agradeço, eu disse isto no início do jornal, pouco me interessa que o senhor seja do PS ou do PSD, hoje foi o primeiro-ministro do meu país, espero que esteja certo e desejo-lhe coragem nas decisões que terá de tomar.

AC: Muito obrigado. E, agora que terminou a entrevista...

J: Sim.

AC: ...quero-lhe dizer aqui, agora já lhe posso dizer o que ando há mais de uma semana para lhe dizer. Que é muitos parabéns pelo extraordinário trabalho que tem feito. Os telejornais da SIC têm sido um exemplo de civismo e de informação. E a forma, em particular, como o Rodrigo Guedes de Carvalho se tem dirigido aos portugueses no início, no meio, e no fim dos telejornais, tem sido particularmente inspirador, e estou certo, um grande momento de tranquilidade e ânimo para muitos dos nossos compatriotas, por isso, agora que já terminaram as hostilidades, muito obrigado e muitos parabéns pelo seu trabalho.

J: Agradeço-lhe em nome de nós, que toda a televisão faz-se em equipa.

Entrevista 2

J: Quase um mês depois de ter sido decretado o estado de emergência em Portugal, voltamos à conversa com o médico Simões Torres, diretor do serviço de pneumologia do centro hospitalar Tondela Viseu. Há cerca de três semanas estivemos aqui à conversa com Simões Torres sobre quase o início desta pandemia, vamos voltar a falar sobre este problema que muito preocupa os portugueses. Senhor doutor, obrigado mais uma vez por estar aqui a partilhar connosco os seus conhecimentos e os seus conselhos e vamos também aqui desmontar alguns mitos. Um mês depois da recomendação do isolamento social, a situação da pandemia em Portugal podemos dizer que está controlada, ou nem por isso?

ST: Antes de mais, quero agradecer pelo convite que me foi feito que é sempre para mim um prazer poder, de alguma forma, elucidar as pessoas sobre, neste caso, sobre este tema que tanto nos preocupa. A pandemia não está controlada. Nós conseguimos fazer uma coisa extremamente importante que foi achatar a curva. Isso conseguimos. E, ao fazer isso, conseguimos que o serviço de saúde conseguisse dar resposta às solicitações, quer em termos de internamento, quer em termos de cuidados intensivos. Se não tivesse havido o achatamento desta curva, nós não teríamos, provavelmente, se tivesse havido um pico, teríamos tido situações como tiveram em Itália e em Espanha. Isso foi conseguido. Conseguimos achatar a curva. Foi ótimo. Conseguimos dar resposta em termos de serviço de saúde. Agora é preciso esmagar a curva.

J: Como é que isso se faz?

ST: Como é que isto se faz... continuar, para já, com aquilo que se fez até agora. Isto é, nós não podemos aliviar a contenção que foi feita até agora. E, sobretudo, cada um de nós, e isto vai ser muito importante num curto prazo, cada um de nós tem que ter a noção exata que esta doença não está para acabar agora. Não é para a semana, não é daqui a quinze dias, não é daqui a um mês. A doença vai permanecer entre nós e vai depender muito do comportamento que cada um de nós tiver para sairmos vencedores desta luta que é uma luta desigual porque nós não conhecemos, de facto, este vírus, conhecemos muito pouco, vamos aprendendo à medida que vamos tendo, infelizmente, muitos insucessos, alguns sucessos também, mas vai ser da postura de cada um de nós, do ter esta noção de responsabilidade em relação a este vírus que nós podemos (impercetível).

J: Ó senhor doutor, mas não vamos ter que continuar definitivamente encerrados em casa, não é isso que as pessoas... porque há quem diga que se está a chegar àquela fase crítica que as pessoas estão saturadas e pedir mais uma semana ou pedir mais quinze dias que é difícil.

ST: Claro, eu também sou de opinião, por vários motivos. Por um lado, porque, de facto, as pessoas estão a ficar saturadas e dificilmente nós conseguimos meter as pessoas em casa e, por outro lado, temos que olhar sempre também para o componente económico desta situação, que vai ter repercussões económicas extremamente importantes, como a repercussão também na vida das pessoas e na saúde das pessoas. As coisas não estão dissociadas uma da outra. Mas isso vai aumentar a responsabilidade de cada um de nós. Quando aliviarmos esta contenção, quando for permitido às pessoas sair mais de casa para ir trabalhar, enfim, para fazerem diferentes atividades, as pessoas têm de ter um comportamento perante os outros de completa responsabilidade social, isto é, aquilo que nós ainda vemos hoje, infelizmente, das pessoas, e que se viu agora até na Páscoa em determinadas situações perfeitamente inadmissíveis. Nós temos que para em relação ao nosso vizinho, em relação ao nosso concidadão, termos uma postura de recato e de proteção, e isto leva-me a outra coisa. Saiu na primeira conversa que tivemos. Eu disse que a máscara só tinha interesse para proteger quem estava à nossa frente. Mantenho, isto está provado que assim é. Mas hoje defende-se, e eu defendo, que estamos numa fase em que é possível, até porque neste momento parece haver oferta que já permita isso: se nós os dois usarmos máscaras estamos a proteger-nos mutuamente. E, portanto, em espaços onde é por vezes difícil nós mantermos a distância que devemos manter dos dois metros, como num supermercado, numa loja qualquer, num café...

J: Porque a questão das distâncias também há uns mitos. Falam de um, falam de dois, falam de três, já se ouviu falar de quatro. O que é que...

ST: O que a Organização Mundial de Saúde o que nos diz é que na esmagadora maioria das situações são os dois metros. É evidente que se me falar num doente que tem... numa pessoa que tem um espirro é evidente que a distância tem que ser maior. Genericamente, os dois metros é o distanciamento social que nós aconselhamos.

J: Ó senhor doutor deixe reforçar aqui esta questão da ideia da máscara que isto é uma questão que todos os dias se ouve falar, deve-se usar não se deve usar, muito bem. Usar máscara que é agora uma evolução, se assim o poderemos dizer. Mas que, andar na rua de máscara, por exemplo?

ST: Não, não. Eu próprio estou aqui sem máscara e ando na rua sem máscara. Mas se entrar num sítio onde haja muitas pessoas, nem todas as pessoas têm o cuidado de não se aproximar.

J: Por exemplo, ir ao supermercado...

ST: Supermercado, exatamente. Supermercado ou uma lojinha qualquer, onde haja várias pessoas ao mesmo tempo, aí, aconselha-se neste momento a que todas as pessoas usem máscara. Mas isto só é eficaz se todos usarem a máscara. Porque se eu usar a máscara e houver pessoas que não estejam a usar a máscara eu estou a protegê-los a eles porque estou a usar máscara, mas eu não me estou a proteger a mim. Não é? Estão a ser uma fonte de contágio, de provável contágio em relação a mim. Tem que haver um uso generalizado da máscara.

J: Transportes públicos...

ST: Transportes públicos, todas as situações em que este distanciamento social de dois metros não seja possível ou possa não acontecer. Não é? Em todas essas situações. Agora, na rua, onde há pouca gente, como eu agora vinha aqui na Alberto Sampaio, onde não vinha quase ninguém, é evidente, eu posso ver uma pessoa e afastar-me um bocadinho, e pronto, aí não há problema nenhum eu não usar máscara porque o vírus, felizmente, não vem pelo ar.

J: Senhor doutor, nesta altura em que há tendência de aliviarmos um bocadinho os nossos processos de contenção, qual é o maior perigo para as pessoas?

ST: O maior perigo era este que lhe estava a dizer. É as pessoas não terem uma consciência exata do que é esta doença. E pensarem, ou poderem pensar que isto está a chegar ao fim e, portanto, podemos começar a não ter os cuidados que devemos ter. Como eu dizia há um bocadinho, até agora é que é preciso ainda mais que as pessoas, há medida que se for aliviando esta contenção, para as pessoas poderem ir para o seu trabalho, agora a escola começou para os jovens do segundo e terceiro ciclo.

J: Sim, mas embora é à distância ainda não é?

ST: Exatamente. Portanto, as pessoas têm que agora assumir, e isto é uma questão de cidadania, é assumir que têm de ter uma postura em relação a todos os outros, uma postura de precaução em relação aos outros. E é isto que é fundamental que as pessoas tenham na cabeça. Porque isto não acaba no dia 30 de abril nem no dia 15 de maio. Isto infelizmente vai continuar. Provavelmente vai continuar, não com esta intensidade, como é óbvio, mas vão aparecer casos durante todo o ano. E só

quando tivermos uma vacina é que este capacete que vai estar na nossa cabeça é que desaparece completamente. Até lá, vamos andar sempre com este capacete. Mas podemos passar por isto de uma forma relativamente tranquila. Enfim, uma situação relativamente leve. Mas depende de cada um de nós. Eu costumo dizer, desculpe-me só deste achega, eu não sei o que aconteceu nesta Páscoa, não sei se houve muitos ajuntamentos, mas se os houve, e naturalmente que houve alguns, se os houve nós vamos ter o reflexo disso daqui por uma semana, mais ou menos. Porque as pessoas continuaram a juntar-se e às vezes, às vezes não, muitas vezes não tiveram as precauções que deveriam ter.

J: Vou aqui, não vou com certeza fazer nenhuma inconfidência, mas quando combinávamos esta conversa ao telefone o senhor doutor contava-me que, de manhã, a ir para o hospital, um destes dias, tinha assistido a um ajuntamento de pessoas para a aquisição de produtos hortícolas e que isso o deixou muito preocupado.

ST: Exatamente, exatamente. Eu hoje de manhã quando saí para o hospital vi uma fila enorme, uma fila que tinha para aí cem metros ou coisa parecida, as pessoas a falarem uns com os outros e iam comprar, de facto, plantas para a sua agricultura, mas com uma postura que me deixou muito receoso, porque se precisamente se abrir um bocadinho esta contenção, esta pressão sobre as pessoas, esta liberdade que vai ser concedida, se as pessoas não tiverem uma noção exata do que está a acontecer, do que pode acontecer, isto vai ser um desastre. Muita educação. É preciso muita educação. O que estamos aqui a fazer hoje, o que fazem os canais de televisão, felizmente, o que fazem os jornais de um modo geral. Penso que é extremamente importante informar as pessoas. Já as redes sociais, há uma série de coisas que são lamentáveis.

J: Há que filtrar. Há que filtrar. Para além desta questão agora que o uso mais generalizado da máscara. Depois aqueles conselhos que o senhor doutor nos deu na nossa primeira conversa, o lavar as mãos, isso continua a ser válido cada vez mais, não é?

ST: É o mais importante. Eu costumo dizer que muita informação pode até dificultar as coisas. É preciso uma informação que seja útil para as pessoas e que as pessoas facilmente possam cumprir. E essa continua a ser muito válida. Lavar as mãos, não tocar com as mãos na cara. Nariz, boca e olhos são as portas de entrada do vírus, e o distanciamento social. E isto é fácil de fazer. Qualquer um de nós pode fazer sem custo nenhum e continua a ser muito válido. Se eu for a um espaço onde saiba que possa ter um distanciamento de dois metros em relação a outra pessoa, a máscara aí não tem grande utilidade. Ela é muito útil, se todos usarmos e em locais onde esse distanciamento não é possível. Portanto, continua a ser muito, muito, muito importante estas três regras. Já por exemplo, o

uso de luvas. Aparecem-me às vezes doentes com luvas. A luva é um mito porque nós tocamos em superfícies que estão contaminadas com o vírus, tocamos lá com a luva e depois vamos com a luva à cara e é a mesma coisa que se fosse a mão. E as pessoas sentem-se falsamente protegidas. Portanto, acham que estão protegidas e até mais facilmente tocam com a luva. Um dia destes vi uma doente, um casal, e a senhora vinha toda equipada com as luvas e perguntei-lhe porque é que ela trazia as luvas. E ela disse ó senhor doutor então por causa disto, por causa desta doença que anda aí e eu agora assim com a luva não há problema nenhum. E a senhora tocava na cara e eu dizia: já viu o que está a fazer? Estar a tocar na cara com a luva é a mesma coisa que fosse a mão. Portanto, é uma ilusão e as pessoas têm que entender isso.

J: Senhor doutor, para também alguns esclarecimentos e às vezes há pessoas que ficam preocupadas com pequenos sintomas e que correm logo para os médicos e para os centros de saúde, o que não é o caso agora que agora estão fechados, mas agora pedir-lhe uma clarificação: quais são os sintomas que devem preocupar as pessoas no sentido de poderem ou não avaliar se estão contaminados com o coronavírus? Ou infetados, melhor dito.

ST: Ora bem, é assim, o vírus tem sintomas que são predominantes na verdade, mas muitas coisas que as pessoas têm, muitos sintomas que as pessoas têm, nós temos de ver se esses sintomas são atuais, se começaram agora, ou se são sintomas que o doente já tinha anteriormente. Vamos ver, um doente que tem uma asma brônquica, que de vez em quando tinha uma tosse, tinha uma dificuldade respiratória até porque não tomava a sua medicação, o que também é frequente de uma forma regular, e que agora também tem isso. Mas isso era uma coisa que já tinha no mês passado, há dois meses, há dez meses atrás. E, se calhar, esse doente não deve ficar preocupado, deve é fazer a medicação que lhe está prescrita corretamente. E isso acontece com muita frequência. Depois também sabemos que uma percentagem muito elevada das pessoas que estão infetadas, calcula-se que cerca de 80%, tenha uma doença leve, ligeira. Praticamente não sente nada. Sente uma rinorreiasita ou o nariz a pingar um bocadito, enfim, uma tossiqueira leve, e uma febre, não tem. Agora, sintomas principais: a febre. A febre é o principal sintoma, juntamente com a tosse. São os sintomas mais frequentes nestes doentes. Uma febre persistente, uma febre alta, e uma tosse que é incomum àquela pessoa, aquela pessoa não costuma ter aquele tipo de tosse. Uma tosse persistente também, incomodativa, irritativa. Portanto, isso é um alerta, estes dois sintomas associados. Depois, pode dar dores de cabeça, cefaleias. Pode dar dores musculares, a pessoa sentir-se em baixo, frustrada. Enfim, pode estar com um conjunto de sintomas que não são específicos da doença, como nenhum deles é.

Mas a associação desta tosse com a febre, e é por isso que nós vemos a medição da temperatura, e recomenda-se mesmo aos profissionais de saúde que façam a medição da temperatura de manhã e à noite, se houver...

J: Mas senhor doutor, estamos a falar de temperaturas quês, acima de 38?

ST: 38. Mais de 38 graus.

J: Portanto até aos 38 não há que ter grande preocupação.

ST: É, 37 e tal normalmente não é comum neste tipo de situação.

J: Senhor doutor, e o caminho de quem tiver esses sintomas, continua a ser o mesmo? Linha SNS 24 antes de ir ao hospital, antes de ir ao centro de saúde?

ST: Exatamente, exatamente.

J: Continua a ser esse o caminho?

ST: Continua a ser. Hoje temos, felizmente...

J: Temos aí vários sítios onde se fazem testes.

ST: Exatamente.

J: Deve-se ir logo imediatamente aos locais dos testes, não?

ST: Primeiro linha de saúde 24 que encaminha o doente e que faz uma primeira abordagem, um primeiro despiste, muitas vezes tranquiliza o doente e nem precisa de fazer absolutamente nada. Depois se houver um sim para ir fazer o exame temos neste momento vários sítios onde se pode fazer a zaragatoa e hoje, nesse aspeto, estamos muito melhores porque aprendemos e conseguimos reestruturar o hospital, por exemplo, em setores dedicados só a esta doença e em setores limpos, onde a pessoa pode ir fazer outro tipo de consulta sem receio nenhum, que é uma questão que também me preocupa, que é os doentes com patologias graves que não vão ao hospital com medo de serem contagiados. Não, no hospital têm setores onde não há absolutamente nada, está tudo limpo, são setores limpos. E há alguns setores que estão perfeitamente individualizados onde os doentes e os profissionais de saúde estão devidamente equipados e protegidos para não serem contagiados.

J: O hospital, que muitas vezes se ouvia dizer que estava com falhas graves de funcionamento, tem respondido bem a esta situação, senhor doutor?

ST: Há uma coisa notável nisto tudo. As pessoas são solidárias e tem havido um espírito de equipa, sobretudo das pessoas que estão mesmo mesmo na cabeça do touro, chamamos-lhe assim, têm um espírito de equipa fantástico. Claro que quando, por exemplo, quando os meus colaboradores quando algum vai para lá e já lá estão quatro ou cinco, as pessoas vão sempre com receio. E quando eu lhes pergunto como é que estão a funcionar a resposta é sempre a mesma: têm uma coisa que é muito trabalho, nós trabalhamos imenso e há um desconforto também pelo equipamento que têm que usar, mas há uma coisa fantástica: é a solidariedade entre todos. Eles uniram-se, independentemente de algumas diferenças, até mesmo muito das especialidades, que às vezes há algumas questiúnculas não é, como tudo na vida. Não, e ali há uma união muito grande e as pessoas, por isso, conseguem dar uma resposta notável e tem havido uma resposta notável. Não tem havido ao de cima algumas carências que existem, naturalmente, até no início sobretudo em relação à proteção que não foi comum só a nós, foi comum a todos os países, todos os países lutaram com essa dificuldade, a Itália, a Espanha, a França, todos os países e os países mais ricos que nós, tiveram grande dificuldade em terem material adequado para se protegerem. Coisas que pareciam tão simples não o são. E nós, e isso acho que é outra lição que a Europa vai tirar, é que nós comprávamos as coisas à China porque era mais barato e não as fazíamos, agora temos de as fazer, não é? E isso para o futuro penso que é uma lição também, que nós teremos de fazer as coisas e não estar à espera que os outros as façam.

J: Ó senhor doutor, é uma questão que muitas vezes se pergunta, o que é que vai mudar nas nossas vidas depois desta pandemia?

ST: Eu penso que vai mudar muita coisa. O nosso comportamento social, que vai ser diferente. As nossas expectativas. Nós estamos habituados, ou estávamos habituados, até aqui, a viver numa aldeia global. Em que, se me apetecesse sair logo jantar a Espanha, a gente mete-se ou no carro ou no avião e está em Espanha. As coisas não vão ser assim. Vai haver limitações por muito tempo, por muito tempo, em relação a esta circulação sem qualquer controlo entre países. Nós vamos ter de ter uma postura muito mais responsável, nós e outros e se calhar outros mais até do que nós, em relação ao ser humano. Vamos ter de ter muito mais cuidado, embora seja difícil meter na cabeça de alguns governantes e isso, mas as próprias alterações climáticas de que tanto se fala são responsáveis, em grande medida, pela transmissão destas epidemias que se vão manter e que vão acontecer com mais frequência no futuro. Esta é uma tragédia, mas elas vão acontecer com mais frequência, assim como aquilo que nós assistimos no dia a dia, ou de ano a ano, as alterações climáticas que temos vindo a ter. Portanto, há que mudar. Acho que os políticos têm que ter consciência no que estão a fazer e

repensar o modo de viver, se calhar um modo muito mais contido, entre aspas, e vivermos as coisas de uma forma muito mais pensada e muito mais responsável em relação a todos os nossos, a todo o ser humano.

J: Senhor doutor, estamos numa época de alergias, na questão das primaveras, dos pólenes. Isto pode criar complicações para a questão do Covid, quem esteja ou não? Ou quem tem esses problemas a ter cuidados redobrados, nem por isso?

ST: Às vezes pode, e tem acontecido, alguns doentes que têm sintomas próprios da época polínica, ficam com receio que esses sintomas sejam sintomas de Covid. Porque tem o espirro, tem a comichão. Isso não são sintomas de Covid nenhum. Isso são sintomas da alergia. Mas claro, os doentes ficam receosos e têm todo o direito e devem fazê-lo, procurar um médico e telefonar, como eu tenho recebido alguns, e desmistificar e tranquilizar os doentes. Por outro lado, o doente com alergia, seja aos pólenes, seja a outra coisa qualquer, é sempre um doente de maior risco. A alergia é uma coisa que circula no nosso organismo e que, portanto, favorece, não favorece, a pessoa com alergia não tem mais probabilidade de apanhar o vírus, mas se o apanhar a doença poderá ser mais grave, pelo menos em relação a todos os vírus que nós conhecemos até agora, esse sim. Por exemplo, na gripe A, as pessoas com alergia eram colocadas num patamar de prioridade para receber a vacina porque sabiam precisamente que se tivessem a gripe ela tenderia a ser mais grave do que se não tivessem a gripe.

J: População de risco, população idosa. Os idosos poderão voltar a ter uma vida normal ou vai ser difícil?

ST: É curioso essa...

J: Já há algumas pessoas que estão reservadas em casa e que têm cumprido as regras e que têm estado isoladas, mas às vezes questionam: mas agora vou passar o resto da minha vida...

ST: Confinado a este espaço.

J: ...confinado a este espaço?

ST: É assim, curiosamente, o grande grupo que foi afetado, que tem sido infetado pela Covid é entre os 30 e os 60. A maioria. Claro que a mortalidade depois é a partir dos 70 e sobretudo a partir dos 80. Isso é óbvio e nós percebemos porquê. Por causa das debilidades que as pessoas têm. Porque têm diabetes, têm hipertensão, têm problemas cardíacos, problemas respiratórios, etc. Mas o grande grupo

é entre os 30 e os 60. A mortalidade dos 30 aos 40 é nula ou praticamente nula. Depois vai aumentando e é a partir dos 70 e sobretudo a partir dos 80 que ela é maior. É evidente que aos nossos idosos têm que ser dadas condições. Por um lado, melhores condições muitas vezes que têm nos lares atualmente, não é? Tem que lhes ser dado outras condições. Mas, naturalmente, poderão com precaução, com mais precaução do que qualquer outro, mas ter uma vida normal, podem ver a primavera a nascer e o sol a aparecer e podem apanhar sol e dar os seus passeios tranquilamente e isso com as precauções que qualquer outro deve ter, não mais nem menos. Agora, a questão é esta. É que se eu tiver 80 anos e se apanhar o coronavírus é evidente que a probabilidade de eu ter um insucesso é maior. E é só nesse aspeto que tem que haver um resguardo por parte dessa gente maior. Mas, é uma coisa curiosa, é precisamente nesse escalão etário que muitas pessoas dizem: “Ai eu já passei por isto e por aquilo, não me vai acontecer nada.” Não é? Aliás, e isto acontece com alguma frequência. Não é, felizmente, a maioria, mas alguns têm esta postura, mas a maioria tem uma noção da realidade e defende-se.

J: Já falamos aqui um bocadinho, o senhor doutor já abordou essa questão, a problemática depois da saúde, a problemática económica que se vai colocar ao país e ao mundo porque isto está a atravessar todo o mundo. De qualquer das maneiras, passado o pico, achatando a curva, não é a Covid que nos vai impedir de recuperarmos o país.

ST: Não, de modo nenhum. Aliás, nós temos uma...

J: Podemos ter essa esperança de que não é por aí que... vamos poder trabalhar e vamos poder contribuir para a recuperação económica.

ST: Exatamente. Eu acho que temos alguns defeitos, mas temos muitas virtudes os latinos. É que nós temos uma grande capacidade de reagir e de fazer coisas novas. Como aliás se está a ver a produção já de ventiladores, a produção de imensas coisas que de um momento para o outro não somos capazes de fazer, e isso acho que nos distingue muito do norte da Europa, que são mais certinhos, mas nós temos uma capacidade de inventar muito maior. Reagimos muito bem. Somos capazes de reagir e penso que o país rapidamente vai entrar numa fase de recuperação que espero que seja o mais breve possível, mas como lá os experts da economia dizem: antes de 2022 nós não teremos o nível de vida que tínhamos antes disto começar. Se assim for, não é mau. São dois anos que vamos tentar passar o mais tranquilamente possível. Mas todos temos que nos empenhar para que isso seja assim. Por isso é que é preciso que agora as pessoas tenham noção que mais um mês, dois meses vale a pena fazer algum sacrifício para que o futuro seja o futuro que tínhamos antes.

J: Embora essa afirmação servisse perfeitamente para terminarmos esta nossa segunda conversa sobre a pandemia do Covid-19, mas deixava-lhe a oportunidade de algum tema que não tivéssemos aqui abordado e que o senhor doutor gostasse de reforçar, para terminarmos.

ST: Gostaria de reforçar só uma coisa, que já falamos várias vezes durante esta entrevista. Apelar à responsabilidade individual de cidadania de cada um de nós. Temos de ter a noção que a evolução disto, desta pandemia, a recuperação depois económica vai depender muito daquilo que cada um de nós fizer agora. Temos que ser responsáveis, continuar a ter a nossa postura de contenção, de isolamento quando for o caso, de não haver pessoas infetadas na rua como aconteceram agora várias pessoas, que isto é de facto profundamente lamentável, termos uma postura perante o nosso concidadão de responsabilidade, protegendo-nos a nós, mas protegendo os outros. Se assim fizermos, se formos capazes de fazer isto, mais um mesito ou dois, se calhar, todos contentes vamos festejar o verão.

J: Senhor doutor, muito obrigado. Simões Torres, o diretor dos serviços de pneumologia do centro hospitalar Tondela Viseu, mais uma vez aqui à conversa na Jornal do Centro TV sobre esta problemática do coronavírus e também a esperança que nos traz e que nos deixou sobre o problema de podermos ultrapassar isto com esperança, desde que todos também sejamos cumpridores das regras.

Entrevista 3

J: São números que vamos agora analisar também as medidas e ainda as esperanças que estão no horizonte, todos esses dados vamos analisar com o nosso próximo convidado nesta edição da noite, Filipe Froes, pneumologista e coordenador do gabinete de crise da ordem dos médicos. Doutor, muito boa noite, seja muito bem-vindo. Olhando para Portugal, nas últimas 24 horas, mais 62 mortes, o número de casos 3817, ainda assim já tivemos números mais elevados. Mas a verdade é que a última vez que o entrevistei aqui, no final de setembro, dizia-me que a segunda vaga estava iminente e não errou nessa previsão, como é que chegamos aqui e em que ponto é que estamos?

FF: Olhe, nós chegamos aqui porque desvalorizamos, provavelmente, a pandemia, não tirámos as devidas ilações da primeira onda, e não imaginamos nem tivemos capacidade de interpretar os sinais que foram aparecendo ao longo de agosto, ao longo de setembro, e sobretudo no início de outubro. Esses sinais que para quem está no terreno eram evidentes que nós deveríamos estar atentos, devíamos antecipar em termos de preparação. Eu vou dar um outro exemplo, o gabinete de crise da ordem dos médicos, no dia 10 de agosto, fez um comunicado em que alertava precisamente que era o mês ideal para nós tentarmos diminuir a atividade pandémica para aumentarmos a nossa reserva e atrasarmos o início da segunda onda. Eu até posso-lhe dizer, a segunda onda só chegou mais cedo para quem estava à espera que chegasse mais tarde. Porque quem está no terreno era evidente que a segunda onda chegava à medida que a atividade ia começando e o início da atividade que nós víamos em setembro, que muitas vezes foi mal interpretado como espectável, normal, o regresso de férias é um grupo demográfico diferente, era um sinal evidente que se estavam a começar a criar cadeias de transmissão na comunidade que rapidamente se espalhariam e que iam progressivamente aumentar. E, portanto, nós não tivemos capacidade de ler o que estava a acontecer, planeamos mal, não nos antecipamos e agora estamos em plena segunda onda, com uma diferença. Nós estamos numa segunda onda em que o outono vai a meio e o inverno ainda não chegou e estamos no meio de uma subida ascendente em que nós não sabemos...

J: Significa isso que podemos ainda não estar sequer na fase crítica?

FF: Não, não. Não estamos na fase crítica. Isto vai continuar a subir. Nós estamos numa fase ascendente da segunda onda em que nós não sabemos quando acaba e onde acaba e como acaba. Portanto, nós neste momento temos que fazer um esforço enorme para tentar começar a achatar a curva. Nós não estamos sequer...

J: Mas ainda é possível reverter essa tendência?

FF: É possível. Tudo é possível, e quanto mais tarde adiarmos as medidas que temos que fazer, mais tarde começaremos a achatar a curva. E o objetivo de achatar a curva, até às vezes as pessoas dizem que é sobretudo por razões sanitárias, é por questões sanitárias. Eu percebo, e certamente os meus colegas e a ordem dos médicos e os profissionais de saúde no seu todo, nós percebemos todos os graves problemas económicos do país e percebemos que temos que salvar os restaurantes, os hotéis. Mas antes de salvar os hotéis e os restaurantes nós temos de salvar os portugueses. Porque sem portugueses não há país, não há qualquer outra atividade. E, portanto, a prioridade neste momento é coesão nacional na adoção das medidas, e as medidas têm de ser coerentes, claras e uniformes, para nós conseguirmos esmagar a curva. Porque nós estamos numa fase exponencial, neste momento em que o fim ainda não se vê.

J: E como é que avalia, nesse sentido, as medidas do estado de emergência, nomeadamente o recolher obrigatório? Que impacto é que terá, se será uma medida eficaz.

FF: Olhe, eu avalio globalmente estas medidas, nesta fase, como já insuficientes e tardias. Até porque nós já estamos nesta fase da segunda onda e nós estamos a tomar muitas vezes as decisões com base nos números de hoje, que refletem uma realidade de há três, quatro dias. As medidas devem ser tomadas numa perspetiva de evitar o que se aproxima. As previsões e os números que se projetam não é para a gente acertar. Isto foi uma frase que um colega meu, e eu não gosto de utilizar frases de colegas meus, e gosto de citar foi o Professor José Artur Paiva, que de vez em quando, também tem a felicidade de vir aqui, em que diz “as previsões é para se falharem”. O objetivo de quando se há uma previsão de tantos números de novos casos e de camas não é para nós acertarmos, muito menos anteciparmos, é para que não aconteça ou aconteça o mais tarde possível. Portanto, as medidas neste momento, nós devíamos já estar a pensar em medidas para a possibilidade que já se fala, até hoje numa peça aqui da SIC, dos 10 mil novos casos diários, não é? E previsivelmente 100 óbitos por dia e, provavelmente, mais de 500 internamentos em cuidados intensivos. Isto é uma situação de quase rotura do Serviço Nacional de Saúde.

J: E essa previsão é para as próximas semanas?

FF: É para dezembro. Dezembro é daqui a 3 semanas.

J: Sendo que o primeiro-ministro diz que o Serviço Nacional de Saúde está meio... a metade da capacidade da Covid, diz que “com controlo pode viver-se sem dramas de rotura”.

FF: Eu também li isso. E, por acaso, eu acho que eu e os meus colegas neste momento já começamos a ter dificuldade em perceber quantas camas temos. Porque o discurso oficial que nós temos assistido nas últimas semanas o número de camas nunca é coincidente. E, de tal maneira, como o gabinete de crise se vai reunir amanhã, e nós para fazermos a preparação da reunião de amanhã nós temos o senhor bastonário que convocou-nos para uma reunião amanhã e umas das coisas que nós temos que levar para a reunião, e até fui eu que tratei disso, foi, vamos através das nossas estruturas no terreno e dos nossos órgãos saber o número de camas. E eu sei o número de camas dos cuidados intensivos, dito pelas pessoas, eu também trabalho em cuidados intensivos, que estão lá. Então, para nós termos uma ideia de qual é o cenário, eu posso-lhe dizer que em março nós tínhamos cerca de 510, 513 camas de cuidados intensivos. À data de hoje, e porquê que é importante dizer à data de hoje, porque houve alguma requalificação de enfermarias e de espaços...

J: Reorganização dos serviços...

FF: ...há algum ganho de camas. À data de hoje nós temos no total, de Portugal continental, camas nível 3, são as camas de nível maior de diferenciação, temos, para a toda a população nacional, temos o número que ronda as 740 camas. Portanto, quando ontem o senhor primeiro-ministro referiu que tínhamos 704 camas alocadas ao Covid ele dá-me a entender que se equivocou e confundiu o total das camas que nós temos para todas as patologias para todos os doentes e atribuiu-as à Covid. Nós não temos 700 camas vazias, criadas de novo para doentes com Covid.

J: E quando é que o SNS, no fundo, poderá traçar aí uma linha vermelha? Como se aguentará a fase mais crítica também que antecipa para outono e inverno?

FF: É verdade. Portanto, nós no cenário temos frio, chuva, gripe e outros vírus respiratórios, isto é o que se aproxima. Temos neste momento, se não me engano, 382 camas de cuidados intensivos e curiosamente hoje disseram que havia menos 9.

J: Mas esses números é só no SNS, não tem a ver com os privados nem com a utilização das estruturas que agora é possível.

FF: Eu presumo que esses números sejam só no Serviço Nacional de Saúde. Mas já agora quando se diz que hoje houve menos 9 camas nos cuidados intensivos, nós podemos estar a ver o filme.... Vou só fazer aqui um reparo. Tivemos 62 óbitos, se estas pessoas morreram nos cuidados intensivos nós hoje podemos ter aumentado em 53 pessoas o número de admissões em cuidados intensivos. Porque os óbitos têm de falecer de algum lado, e provavelmente faleceram nos cuidados intensivos. Mas então,

voltando à pergunta que me fez, eu diria que se nós temos 740 camas para toda a população de Portugal continental e se já temos 382 ocupadas com Covid, quer dizer que sobram pouco menos de 400 para todas as outras patologias, isto é, a nossa reserva agora já é inferior à reserva que nós tínhamos, ao número de camas que nós tínhamos antes da pandemia. Quando nós atingirmos provavelmente as 500, 600 camas em cuidados intensivos nós entraremos numa situação de pré-rotura. E isto é um cenário inviável? Não, não é um cenário inviável, porque nós neste momento sabemos, através já de estudos nacionais e dados disponíveis que, em média, 2,5% dos novos casos requerem internamento em cuidados intensivos. O Expresso desta semana traz esse número numa entrevista ao Presidente da Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos, que é o doutor João Gouveia. Isto quer dizer que se nós numa semana tivermos uma média de, faz de conta, 4 mil casos diários, que é o que basicamente hoje temos, 7 vezes 4 mil e poucos dá 30 mil, 30 mil vezes 2,5 vai dar cerca de, ora bem, 450, 300, ora bem 30 mil... 2 e meio...

J: É um número muito elevado, seguramente.

FF: Dá 250 por mil. Dá 750 camas. Peço desculpa, dá 750 camas. 750 camas numa semana com 4 mil novos casos é a nossa reserva total de internamento em cuidados intensivos.

J: E essas preocupações vão estar amanhã em cima da mesa na reunião do gabinete de crise?

FF: Vão estar vão. Têm que estar.

J: Doutor, relativamente aos avanços que temos na vacina da Pfizer, há aqui uma clara luz ao fundo do túnel, é otimista ou realista?

FF: Eu sou um otimista realista. E porquê? Porque nós temos que perceber que efetivamente é o princípio da luz ao fundo do túnel. Este estudo começou em julho e o objetivo era avaliar 44 mil pessoas que tinham que fazer duas vacinas, 2 inoculações separadas por 3 semanas. O que aconteceu foi, ao fim de 39 mil pessoas terem recebido a segunda inoculação eles já tinham atingido 94 casos de infeção confirmado à Covid. O estudo terminaria, e vai terminar, quando se atingir 164 casos de infeção à Covid. E, atendendo até à necessidade de dar alguma informação para as entidades reguladoras, eles fizeram uma análise interina. E desta análise interina e demonstraram que em 10 pessoas que tiveram infeção, 9 eram não vacinadas e 1 era vacinada, daí a eficácia de 90%. Portanto, é evidente que é um valor muito bom. Falta-nos agora confirmar os restantes dados em relação aos 164 casos que se aguardam. E falta-nos saber mais informações. Mas, de qualquer maneira, nós já estamos a lidar com um número que em teoria já é um número mais alto do que é habitual encontrar

em taxas de eficácia vacinal em adultos. Mas temos que saber o quê? Qual é a eficácia na população mais idosa, que é a mais vulnerável. Temos de saber se há diferenças na etnicidade da população, portanto se há a mesma resposta, porque nós encontramos no mundo valores de taxa de incidência e de mortalidade de acordo com as etnias e a etnicidade da população. Temos de saber se a vacina é eficaz na prevenção da doença ou na prevenção da infecciosidade. Temos que saber a gravidade da doença e temos de saber a duração da imunidade. O que sabemos agora é que 4 semanas depois das pessoas terem recebido a vacina e 1 semana depois de terem recebido o reforço da segunda dose, há uma taxa de eficácia de 90%. Efetivamente, é das melhores notícias que nós podíamos estar à espera.

J: E com essas respostas todas que ainda faltam e com a análise científica também, quão próximo é que acha que estamos de poder termos uma vacina disponível para ser administrada?

FF: Olhe, isso é uma pergunta que depende de muitos fatores, e eu diria que até temos que ver isto no contexto de Portugal. Nós não somos uma superpotência. Não somos certamente o país que tem maior capacidade de adquirir vacinas. Eu diria que nós temos que perceber que a vacina só é eficaz ao fim de um mês. Eu não esperaria resultados antes do final do primeiro trimestre de 2021.

Entrevista 4

J1: País volta a parar pelo menos por 1 mês. Estamos a pouco mais de 3 horas de nos metermos, literalmente de novo em casa, desta vez com algumas exceções e diferenças em relação ao primeiro confinamento. É disso que vamos falar a seguir no jornal das 8 com o Primeiro-Ministro, António Costa, convidado hoje da TVI, neste dia em que voltamos a bater um novo máximo de casos e de internamentos. Numa entrevista que será conduzida por mim e por Anselmo Crespo, diretor de informação da TVI. Boa noite, António Costa.

AC: Boa noite.

J2: Senhor Primeiro-Ministro, muito boa noite. O senhor e o Presidente da República, já agora, disseram incontáveis vezes ao longo dos últimos meses, que o país não podia voltar a fechar. Ora daqui a umas horas, o país vai voltar a fechar. Pergunta é, onde é que o senhor falhou?

AC: Olhe, nós, eu acho que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance e coletivamente o país para evitar esta situação. Quando vários países tiveram confinamentos logo em setembro e outubro, nós conseguimos resistir. Conseguimos durante muitas semanas controlar aquela segunda onda através dos confinamentos, sobretudo ao fim de semana. E tivemos agora uma situação que se essencialmente começou entre a semana do Natal e do Ano-Novo, onde a subida tem sido muito forte.

J1: Então, o que é que falhou exatamente nesta altura? Porque o senhor ontem falou da anestesia das pessoas em relação à gravidade da epidemia, foi isso?

AC: Eu acho que há uma sensação geral se, repare no seguinte. Quando decretamos o primeiro estado de emergência, tinha falecido uma pessoa em Portugal. Uma pessoa e decretámos o primeiro estado de emergência. Só hoje faleceram melhor, só ou melhor. Os números de hoje reportados a ontem faleceram 148 pessoas. E, portanto, o ambiente geral de hoje é de menor receio do que aquele que tínhamos no início da pandemia e seguramente determinou muitos dos comportamentos.

J2: E as medidas que o Governo tomou não determinam também os comportamentos. Ou seja, onde eu quero chegar é, o alívio que houve no Natal, a tentativa de salvar o Natal, como várias vezes ouvimos. É responsável por estarmos agora a confinar?

AC: Olhe, seguramente há coisa que nós sabemos é que o facto de não termos tido medidas mais restritivas, seguramente fizeram com que as pessoas tivessem comportamentos menos restritivo.

J2: E se voltasse atrás, faria igual ou faria diferente?

AC: Olhe, é difícil voltar atrás, mas vamos lá ver, o princípio fundamental e que gerou, aliás, um grande consenso na sociedade portuguesa convém não esquecer, nessa altura foi que nós devíamos combinar sempre a responsabilidade individual com a solidariedade coletiva. O que é que nós não fizemos que outros países tivessem feito? Houve alguns países que disseram não podem estar mais de 5 pessoas à mesa. Em Portugal todos nós percebemos como regra deste tipo seria risível para os portugueses, porque as pessoas percebiam que não era o Estado que teria um polícia para ir bater à porta de cada um para contar se estavam 6 ou 5 pessoas à mesa.

J1: Mas não sentiu ao fim deste tempo e deste evoluir da pandemia que devia ter de facto imposto essa regra?

AC: Aquilo que era aquilo que era absolutamente fundamental, era inútil. As pessoas teriam cumprido mais? Quer dizer, toda a gente...

J1: Tinha uma referência, pelo menos.

AC: Toda a gente tinha uma referência. E era muito clara para toda a gente. Era, todos sabíamos que tínhamos que estar o menos tempo, o menor número de pessoas possível, o menor número de tempo sem máscara e o menor número de ajuntamentos, ou seja, não vale a pena revisitarmos no passado e apontar-nos agora aos portugueses, uns aos outros.

J2: Sim, mas vale a pena perceber se foram os portugueses no seu todo, como sociedade que falharam, que levaram a esta situação de confinamento ou se foi o governo que falhou nas medidas que tomou.

AC: Se é mais prático dizer que foi o governo, que fui eu, ficamos com o caso arrumado, não resolve o problema. O essencial não é, não é isso. Vamos lá ver, seguramente coletivamente não agimos. Há outros fatores que os cientistas têm apontado, designadamente a onda de frio que tem vindo a acontecer. Os movimentos de crescimento exponencial estão a acontecer em vários países da Europa, inclusive nos países da Europa que adotaram as tais medidas que entendemos que devíamos deixar a cada uma das famílias pudesse organizar. Eu digo isto com muito à vontade, de como todos os portugueses sabem ter tido, aliás, a infelicidade de passar sozinho, literalmente a noite da consoada porque estava em confinamento. Portanto, eu acho que não temos, não é um ao julgamento coletivo a fazer. Há uma coisa que nós sabemos todos, e ao fim destes meses que nós vivemos aqui num equilíbrio muito no fio da navalha que é sempre que aligeirámos as medidas isso faz aumentar a pandemia, sempre que restringimos as medidas isso atinge duramente a economia e nós temos

sempre privilegiar aquilo que é fundamental, que é a situação sanitária e por isso, neste momento não podemos hesitar e aqui a mensagem que há a passar mesmo é, temos mesmo que fechar. Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, acho eu, para evitarmos chegarmos a este ponto, mas chegámos a um ponto onde não podemos hesitar e temos mesmo que ficar em casa.

J1: Vamos falar, senhor Primeiro-Ministro deste confinamento e deixe-me começar por lhe perguntar porque é que o país esteve de esperar tanto tempo porque andamos a ouvir há cerca de 2 semanas os especialistas a pedir medidas drásticas e urgentes. Porque é que tivemos de esperar esse tempo todo para, de facto, chegarmos a essas medidas?

AC: Vamos lá ver, as pessoas têm memória curta. Ainda há uma semana eu via, por exemplo, o PSD a dizer que era necessário alargar o período de funcionamento dos restaurantes da 1 para as 3 e meia da tarde. Isto foi a semana passada. Convém não esquecer que nós definimos uma metodologia, e essa metodologia nós temos que a cumprir para que a vida das pessoas seja relativamente previsível. Nós fazemos a revisão de 15 em 15 dias, devíamos ter revisto a semana passada para a próxima quinzena. Tivemos todos o bom senso de dizer é cedo porque os números que estamos a ter ainda são seguramente muito subestimados relativamente àquilo que é a realidade, porque houve uma grande redução do número de testes.

J1: Mas não confia perceber o tsunami que que aí vinha?

AC: Temos muitos, houve uma grande redução de testes feitos, portanto, vamos aguardar para termos números, para termos uma ??? mais sólida. Se a reunião do Infarmed não tem sido esta semana, mas tem sido semana passada, nós estávamos com 3900 casos. Seguramente não teríamos tomado as decisões, não tínhamos justificação para adotar as medidas que agora adotamos.

J2: Mas o confinamento não podia existir antes da reunião do Infarmed?

AC: Vamos lá ver, o confinamento pode existir na medida em que seja fixado pelo decreto do presidente e o decreto do presidente pode existir na medida em que é autorizado pela Assembleia da República. Nós temos um processo institucional...

J2: Mas esse processo não depende do Infarmed, é isso que lhe estou a perguntar.

AC: Não. Vamos lá ver, houve uma opção que nós fizemos, e acho que bem, que foi irmos tomando as medidas em função da melhor avaliação científica disponível, nem sempre é possível contar, por exemplo, o tema das escolas. Ontem, ou melhor, antes de ontem, no Infarmed, houve aliás uma

confrontação bastante viva entre cientistas com pontos de vista radicalmente diversos sobre se devíamos encerrar as escolas ou não devíamos encerrar as escolas...

J2: Já lá vamos ver esse tema senhor Primeiro-Ministro.

AC: ...nem sempre podemos dispor dessa informação científica, mas sempre que é possível, dispomos dessa informação científica é melhor do que estarmos a decidir em função do que que é mais popular ou que é menos popular. Sabe que o *mood* varia muito e é muito fácil...

J1: E já iremos, senhor Primeiro-Ministro, falar das escolas.

AC: ...é muito fácil para quem não está ao volante dar palpites.

J2: Sim, é mais fácil falar quem está de fora.

AC: É que há 15 dias a discussão era, a discussão não era porque é que não fecham já, é porque é que não abrem mais.

J1: Não, mas há uma semana a discussão já era outra.

AC: Não era, desculpe.

J1: Há uma semana a discussão já era outra, e já com especialistas a pedirem o encerramento do país.

AC: Eu convido-o a ver as declarações, por exemplo, que o líder da oposição fez ainda do início...

J1: Eu estou a falar dos especialistas médicos.

AC: Mas dos especialistas temos ouvido...

J1: Mas deixe-me perguntar-lhe, António Costa...

AC: Deixe-me terminar. É que ainda no início da semana passada, a discussão era, os restaurantes não devem fechar há 1 e devem fechar às 3 e meia. Essa ainda era a discussão, portanto nós temos é que concentrar-nos naquilo que temos que fazer agora e o que temos que fazer agora é mesmo aquilo que fizemos em março e em abril.

J2: Deixe-me perguntar-lhe à boleia daquilo que vamos ter que fazer agora, qual é a meta deste confinamento, se é que há uma meta e quando falo de meta falo em que momento é que nós podemos levantar este confinamento. Há um número, há uma fasquia a partir da qual é possível o país voltar a desconfinar?

AC: Nós nunca fixamos essa fasquia. E essa fasquia, como se sabe, tem sido evolutiva, desde logo por capacidade do sistema de saúde tem vindo a poder aumentar, a capacidade da sociedade se proteger e reagir para o vírus é também completamente diversa. Porque é que nós agora toleramos e podemos viver com números que não podíamos viver em março? Porque hoje há máscaras, porque hoje há gel, porque hoje há maior distanciamento, porque hoje já sabemos mais porque hoje o sistema do Serviço Nacional de Saúde tem maior capacidade do que tinha em março e, portanto, eu não quero fixar essa meta. Há uma coisa que nós sabemos, nós temos que quebrar radicalmente esta curva que está em crescimento exponencial, temos que atingir rapidamente o pico, fazê-lo descer e podê-lo fazer descer para números seguros. Estas medidas nos termos da Constituição só podem vigorar por 15 dias, daqui a 15 dias vamos ter de reavaliar. Agora, como eu disse ontem, acho que seria muito imprudente criar a ilusão aos portugueses que em menos de 1 mês podemos voltar ao ponto em que estávamos antes destas medidas e, portanto, eu, na minha previsão, eu diria que seguramente um mês vamos precisar de estarmos neste regime para poder obter os eleitos.

J1: Mas sem um objetivo definido, é isso? Sem um objetivo definido? A não ser combater a pandemia e achatar de novo a curva.

AC: Não, temos um objetivo definido que é refazer, reduzir significativamente o número de novos casos, o número de novos internados, número de novos mortos. Agora não lhe vou fixar uma baliza quantitativa de qual é esse montante?

J1: E depois disso, desconfinamos outra vez. Porque a minha pergunta seguinte é, como é que evitamos uma quarta vaga? Como é que não caímos novamente nisto?

AC: Vamos lá ver, nós temos aqui, o que é que todos os países têm feito. Todos os países têm procurado fazer um, digamos a adoção de um regime flexível em função da evolução da pandemia. E porquê? Porque ninguém sabe dizer em bom rigor quanto tempo dura a pandemia. Hoje há uma coisa que já sabemos e que não sabíamos há uns tempos. Hoje, há mesmo a vacina, a vacina, já está a ser aplicada e no final da próxima semana teremos todo o pessoal prioritário do Serviço Nacional de Saúde já integralmente vacinado. Portanto, nós sabemos isso e, portanto, sabemos que isto não dura a eternidade, mas não sabemos se dura até junho, se dura até setembro, se dura até novembro deste ano. Portanto, nós temos que ir modelando estas medidas. E temos que ir modelando, porque não podemos dizer “vamos ficar todos em casa até isto passar e chamam-nos para vacina e até estarmos integralmente vacinados temos de ficar em casa”. Não é possível. Aquilo que o país vai ter, o custo para o país deste confinamento que se vai iniciar hoje à meia-noite vai ser um custo enorme.

J2: Mas se era para cortar radicalmente com este crescimento, porque é que o Governo não foi mais longe nas medidas? Porque é que não fechou mais estabelecimentos comerciais? Porque é que não fechou as escolas? Porque se o objetivo é chegar rápido a um objetivo não era mais fácil fechar tudo mesmo?

AC: Não há nenhum estabelecimento que vá estar aberto e que tenha estado fechado no confinamento de março e abril. Salvo os dentistas, porque na altura não havia o protocolo sanitário e agora já existe.

J2: Em abril não estavam a morrer 150 pessoas.

AC: A grande diferença, é efetivamente escolas, e as escolas porquê? Escolas, porque em primeiro lugar, não havendo um consenso científico, há apesar tudo um entendimento que, pelo menos até aos 12 anos, o risco é diminuto. Sabemos quer de contaminação, quer de contágio, quer de transmissão aos outros. Segundo lugar, nós hoje sabemos que a escola tem sido um lugar seguro porque tem ocorrido, ao longo de todo o primeiro período ocorreu com um número de casos diminuto. Nenhum surto que nasceu na própria, na própria escola e sabemos do outro lado da balança que a interrupção do ensino presencial teve um custo imenso no processo de aprendizagem. Nós não podemos destruir uma geração e afetá-la 2 anos letivos consecutivos no seu processo de aprendizagem, porque quando o Covid passar há um país para continuar há uma vida para continuar e nós não podemos prejudicar esta nova geração e, portanto, no deve e haver que temos que balancear aqui é fundamental. Porque veja, quando eu fecho um estabelecimento por muito pouco que seja o meu apoio, o apoio que o Estado dá, é possível compensar de alguma forma as perdas. A perda de um processo de aprendizagem não tem compensação. Nem monetário, como é, obviamente, nem de recuperação, portanto, nós tivemos de fazer esse corte.

J1: Mas sem querer, senhor Primeiro-Ministro tirar-lhe a razão...

AC: Agora as escolas hoje funcionam, porque é que tem havido tão poucos casos? Porque as escolas hoje funcionam com regras de afastamento, com máscara, com desinfeção.

J1: Mas senhor Primeiro-Ministro, também sabemos que é nas faixas etárias dos 10 aos 19 e dos 19 até aos 29, portanto, os alunos das universidades que o tão famoso fator R, que tem registado um crescimento maior, isso não seria razão suficiente?

AC: Há uma coisa que nós sabemos que é o seguinte, vamos lá ver. A faixa etária, que tem sido atração do crescimento é a faixa entre os 20 e os 29. Portanto, não tem a ver, e na faixa entre os 20 e os 29 não são sobretudo aqueles que frequentam a universidade. E se reparar todas as ondas de

crescimento ocorreram, não durante o decurso das atividades letivas, mas, pelo contrário, no período das férias. E todas, ouça, fale com as famílias. Não é por acaso que houve um grande acordo na comunidade escolar. Se ouvir a associação dos diretores escolares, se ouvir a confederação dos pais encarregados de educação, se ouvir a generalidade...

J1: Mas António Costa, se eu ouvir os especialistas a opinião é completamente diferente.

AC: Ouça, há especialistas para todos os gostos. Desculpe lá, é para ser totalmente franco. Aliás, a reunião do Infarmed foi pública...

J1: Mas esse tema também não consensual no seu governo.

AC: E podemos ouvir que foi um tema dividido.

J1: Incluindo no seu governo.

AC: Mas vamos lá ver...

J1: Mas o que é que se passou exatamente?

AC: Não, não se passou nada. Os Conselhos de Ministros não existem por mero acaso. Os Conselhos de Ministros existem para que à volta da mesa, cada membro do Governo intervenha, diga de sua justiça, diga o seu ponto de vista, umas vezes a diferente posição tem a ver com o seu próprio entendimento pessoal, outras vezes tem a ver com a própria função que desempenham, mas a decisão foi muito consensual sobre esta matéria, não posso...

J2: E admite, admite recuar. Ou seja, se se comprovar que as medidas que vão entrar em vigor à meia-noite não forem suficientes, admite recuar e ter que fechar as aulas se for preciso?

AC: Vamos lá ver, nós desde o, eu já disse logo em abril, quando apresentei o programa de desconfinamento que seria iniciar em maio, que nunca teria nem ??? nem vergonha em recuar naquilo que estávamos a fazer. E nós temos ido variando as medidas ao longo do tempo em função daquilo que é necessário. Houve um momento em que foi necessário fechar o país totalmente. Eu diria totalmente, enfim, nunca podemos dizer totalmente, temos que nos lembrar que as pessoas na agricultura continuam a trabalhar, as pessoas na indústria continuam a trabalhar as pessoas em muitos dos estabelecimentos comerciais continuam a trabalhar. Continuaram em março e abril e continuam agora. Portanto, essa ideia que vai tudo para casa não é assim, vocês vão continuar, vocês vão continuar a trabalhar, eu vou continuar a trabalhar, portanto, não fica tudo sem trabalhar. É preciso ter em conta se num lugar há muitas pessoas que vão ter que trabalhar no teletrabalho aí está uma

chave que é absolutamente fundamental e isso eu acho que foi um dos grandes problemas que nós tivemos nos últimos meses. Foi, de facto, uma redução muito acentuada das pessoas que deviam estar em teletrabalho e que estiveram em trabalho presencial. Agora têm que ser, efetivamente têm que cumprir o recolhimento domiciliário e ficar em trabalho em casa.

J2: Mas deixe-me voltar ainda aqui ao tema da das escolas para para lhe perguntar o seguinte, se se considera que as escolas são um setor determinante para o país e, sobretudo, para o futuro dos mais novos. Se assim é, porque é que não se fez com as escolas, porque é que não se prepararam as escolas para poderem continuar abertas, nomeadamente, deixe-me só terminar, porque os professores, os auxiliares não foram, por exemplo, considerados um setor prioritário, como foram considerados, por exemplo, os profissionais de saúde? Para a vacinação, estou-me a referir à vacinação.

AC: Desculpe, é altamente injusto dizer que as escolas não se prepararam. Durante todo o verão, as escolas fizeram um trabalho extraordinário para se prepararem e organizarem para que o ano letivo pudesse abrir com aulas com ensino presencial e que tenha decorrido todo um primeiro período sem nenhum problema significativo a assinalar. Isso foi fruto dessa organização que a partir daí, foi fruto dessa organização. Como aliás tinham feito...

J1: Mas é que a partir do momento em que as escolas ficam abertas elas passam a ser consideradas um setor determinante do país e da vida do país.

AC: ...como aliás tinham feito um enorme esforço em março para mesmo com as escolas fechadas, procurarem acompanhar os seus alunos. Portanto, vamos lá ver, não é obra do acaso, não é obra do acaso que o processo educativo tenha decorrido presencialmente com tão poucos casos não foi obra do caso. Foi obra da forma como as escolas souberam organizar e eu acho que esse reconhecimento é devido do país ao trabalho das escolas.

J2: Mas nunca equacionou?

AC: E é por isso que hoje podemos com confiança manter as escolas abertas.

J2: Nunca equacionou, eu podia argumentar com o com aquilo que a Fenprof tem dito a propósito da preparação das escolas. Mas não era essa a pergunta, na verdade, nunca equacionou a considerar os professores, os auxiliares de educação, como um grupo prioritário para a vacinação?

AC: Vamos lá ver, quem define, nós temos uma comissão técnica que define quais são os critérios de priorização de vacinação, porque, como sabemos, nós não vamos receber simultaneamente as 22 milhões de vacinas e mesmo que as recebêssemos não conseguíamos, digamos administrar 11 milhões de vacinas num só dia. Portanto, tem que se definir critérios. Esses critérios têm que ser definidos pelos especialistas. E a última coisa que se pode aceitar, ou que eu desejo é que seja o Governo por critérios políticos de oportunidade a definir se deve ser esta a prioridade ou deve ser aquela a prioridade. Quando teremos que definir relativamente aos serviços que dependem diretamente de nós, quando chegar a essa fase.

J1: Mas aqui, eu penso que aqui a questão, António Costa, é que a partir deste momento, as escolas são consideradas um setor, algo que é vital de facto para o país. até para não colocarmos em causa a aprendizagem e a educação de uma geração.

AC: Mas desculpe lá, mas correu bem no primeiro período.

J1: Mas a partir deste momento em que as escolas são fundamentais, os professores também são fundamentais, tão importantes como os médicos.

AC: Mas desculpe lá, as escolas são tão fundamentais agora como foram no primeiro período. E se no primeiro período correu tudo bem, com toda a sociedade a funcionar, portanto, o risco de transmissão sendo maior, não há nenhuma razão para temer que agora é escolas não continuem a decorrer bem, sendo que a agitação à volta das escolas, a vida à volta das escolas...

J1: Mas pergunto-lhe, preferencialmente com os professores e auxiliares vacinados?

AC: Ouça, eu não vou dizer uma coisa, desculpe lá. Eu não me vou substituir aos técnicos para dizer quem deve ser prioritário. Eu não vou dizer se é quem tem diabetes, ou se é quem tem uma doença oncológica que deve ser vacinada em primeiro lugar. Eu não vou dizer se é uma pessoa com 111 anos ou uma pessoa com 55 anos que tem uma doença que deve ser prioritário e isso tem que ser os técnicos que o podem e devem dizer. E se nós quebrarmos essa, e se nós quebrarmos essa regra quebrasse uma coisa que tem sido fundamental para podermos viver coletivamente esta pandemia que só pode ser enfrentada por todos, que é a confiança que temos que ter relativamente à forma como as decisões são tomadas. Quer dizer, desculpe lá, diga uma coisa, se fosse eu a dizer quem era prioritário o senhor dizia, pensava para si, olhe, mas o que é que ele sabe para dizer se deve ser prioritário...

J1: Isso quer dizer que vai aguardar pela opinião dos especialistas. O senhor prometeu ontem medidas complementares para tornar as escolas mais seguras, nomeadamente uma testagem em massa, ora esta testagem estava prevista para novembro, prevista ao mesmo tempo para, enfim, na altura em que foi feita também nos lares. Em dezembro, o Parlamento aprovou uma recomendação para uma testagem massiva nas escolas e agora estamos em janeiro e essa testagem ainda não aconteceu. Ela vai acontecer exatamente quando?

AC: Vamos lá ver, as testagens têm sido feitas também de acordo com um conjunto de critérios que têm vindo a ser...

J1: Até muitas vezes pelas autarquias, como sabemos das escolas.

AC: ...que têm vindo ser refinados de forma a poderem ser úteis. Não sei se recorda que ainda antes do verão houve uma moda que foi a realização em massa dos testes para detetar anticorpos, quando era evidente que naquela fase, a realização dos testes de anticorpos dariam resultados absolutamente residuais, porque felizmente, a taxa de contaminação era muito baixa. Portanto, nós não podemos andar a seguir as modas. Devemos seguir os critérios técnicos que são definidos. Neste momento entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação está a ser definido qual é o critério de priorização da realização dos testes antigénicos, porque dispomos já de testes que permitem de uma forma mais rápida, detetarem se há casos positivos, se não há casos positivos para poder haver isolamentos precoces de situações que requeiram haver que haja isolamento precoce. E testar e quebrar as cadeias de transmissão.

J2: Senhor Primeiro-Ministro, deixe-nos avançar, até porque o tempo não espera e falar de um outro aspeto desta pandemia, de um outro dano que não é assim tão colateral como isso que tem a ver com o efeito que ela tem na economia. O Governo hoje anunciou um conjunto de medidas para apoiar as empresas e também o emprego. O senhor disse várias vezes que o país e a economia em particular, não aguentava um novo confinamento. A verdade é que ela aí está. O que que nós podemos esperar depois e conseguirmos, não sei se achatar a curva, se passar este cabo das tormentas da segunda vaga ou da terceira vaga, o que é que nós podemos esperar, uma crise económica e social de dimensões nunca vistas, o que é que mais receia neste momento?

AC: Olhe, nós já estamos a viver há largos meses, uma crise económica muitíssimo profunda e sem paralelo. E pior, tem sido uma crise económica à escala global. E portanto, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, na crise anterior, onde nós estávamos em crise, mas havia mercados que não

estavam e, portanto, através das exportações, nós podíamos recuperar, neste momento a crise global e, portanto, não temos muitas portas saídas. Nós já estamos a viver essa crise há largos meses. Felizmente a economia portuguesa tem resistido melhor, ou eu diria, as empresas portuguesas têm mostrado muito maior resiliência do que aquilo que se temia no início desta crise. Não quero desvalorizar, obviamente, a importância das medidas que foram adotadas. Vou dar dois números só para não darmos muito, para não cansarmos os nossos espetadores com muitos números. Mas a estimativa que temos é que o nosso produto interno bruto do ano passado caiu 15 mil milhões de euros, ou seja, a riqueza produzida pelo país diminuiu 15 mil milhões de euros. O conjunto das medidas de apoio às empresas e às famílias, nas suas diversas modalidades, 22,9 mil milhões de euros, ou seja...

J1: Isso foi quanto o Estado já gastou até ao momento só com essas medidas de apoio?

AC: Umas gastou, outras prescindiu de receita, o que também é outra forma de gastar como é óbvio. Outras adiou simplesmente a receita, outras que adiamos a receita já admitimos que pelo menos 20% não sejam recuperáveis e sejam convertidos em apoios ao fundo perdido, e hoje o Ministro da Economia e a Ministra da Cultura apresentaram, o Ministro da Economia a extensão para até ao primeiro final do primeiro trimestre deste ano das medidas do apoiar, sendo que vamos pagar simultaneamente as medidas do último trimestre, do apoiar com as medidas deste primeiro trimestre, quando duplicamos os apoios de forma a apoiar as empresas que agora tivemos que encerrar. E a Ministra da Cultura apresentou um programa de mais de 42 milhões de euros para procurar para apoiar N situações das mais díspares que existem no setor da cultura e que tem sido um dos setores mais duramente atingidos por esta situação.

J2: Mas vai ser um trabalho de recuperação longo da economia portuguesa.

AC: Mas vai ser um programa de um trabalho de recuperação longo, portanto é uma crise que é muito dura, que sobre a qual, de facto, tem infelizmente havido maior resiliência, mas onde todo o esforço tem que continuar a concentrar-se naquela trip, naquele triplo objetivo de proteger o rendimento, proteger o emprego e proteger as empresas. Isto é fundamental porque esta crise nós sabemos que a raiz desta crise não está na economia. A raiz desta crise, razão de ser desta crise está na saúde.

J1: Mas consegue perceber quando esses setores dizem que mesmo assim, com todos esses apoios e esse esforço, os apoios não chegam.

AC: Claro que não, mas ouça, vamos lá ver. Mas quando nós dizemos a um restaurante que tem que estar fechado a perda desse restaurante é praticamente 100%. Nós dizemos, podem funcionar para takeaway e podem funcionar para entrega em casa. Mas isso é uma parte pequena das perdas que vão que eles vão ter. E as compensações que nós damos, temos este número enorme, veja bem 22 mil milhões de euros é mais do que vamos receber da bazuca europeia, é bastante mais do que vamos receber, portanto...

J2: E, no entanto, não evita as falências não evita os lay-offs, não evita nada.

AC: Não, vamos lá ver, evita algumas, mas não evita totalmente. Portanto, vamos lá ver, ninguém pode ter nenhuma ilusão que nós vamos passar por esta pandemia, infelizmente, só com danos na saúde e nas vidas. Isto está a ter e vai ter um impacto muito grande na economia, no emprego das pessoas, e é por isso que é muito importante

J1: E a quantos anos já fez essas contas, ou ainda é difícil fazer essas contas, senhor Primeiro-Ministro?

AC: Vamos lá ver, nós sabemos o que é que as instituições internacionais têm feito. Todas elas reviram, ou seja, todas elas disseram que o impacto na economia portuguesa em 2020 seria menos grave do que temeram inicialmente. Todas disseram que a recuperação em 2021 iria ser inferior àquela que inicialmente tinham previsto e neste momento, na União Europeia, o que, digamos, a visão que temos é que antes de 2022, ou seja, antes do próximo ano, não regressaremos ao ponto em que estávamos em 2019. Mas isso significa obviamente 3 anos perdidos, pelo menos, não é?

J2: E as contas do Estado aguentam, ou seja, nós ouvimos muito falar da bazuca europeia, ainda estamos todos à espera desse dinheiro...

AC: Mas estará.

J2: Mas?

AC: E estaremos.

J2: E estaremos? Porque vai demorar a chegar?

AC: Não, um dos grandes objetivos aliás da presidência portuguesa é conseguirmos pôr neste semestre a famosa bazuca a disparar, ou seja, o dinheiro a chegar efetivamente aos Estados Membros e há muito trabalho ainda pela frente. É um trabalho muito grande.

J2: Mas a minha a minha pergunta é, essa bazuca não vai resolver um problema de contas públicas, nomeadamente de um défice das contas do Estado gravíssimo, mas talvez tão mal ou pior do que o défice de uma dívida pública astronómica, e nós sabemos o que é que aconteceu a última vez que o país teve com um défice deste nível e uma dívida pública a este nível também, ou melhor, neste caso, até está pior do que estava em 2011, o que lhe queria perguntar é, como é que o senhor continua a dizer que não vai ser aplicada a austeridade e ao mesmo tempo consegue ter alguma perspetiva de equilibrar as contas públicas?

AC: Vamos lá ver, há um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, nós chegamos a esta crise melhor do que chegamos à crise anterior. Não se esqueça que em 2019 nós tivemos um excedente orçamental.

J2: Mas isso não desapareceu tudo?

AC: Mas desculpe uma coisa, uma coisa é começarmos a aumentar o défice a partir de um excedente, outra coisa é começarmos a aumentar, a agravar um défice já existe.

J2: Podíamos estar pior, é isso que está a dizer?

AC: Não, estou-lhe a dizer porque é que podemos encarar com, não estou a dizer com tranquilidade, mas estou a dizer com confiança aquilo que é a situação que temos pela frente. Primeiro, chegámos a esta crise melhor. Nós tínhamos, por um lado, uma situação de excedente orçamental, tínhamos por outro lado, recuperado nos últimos 4 anos significativamente os recursos da Segurança Social. Terceiro lugar, a União Europeia desta vez reagiu prontamente, e veja que nós, não obstante, temos aumentado o défice e temos aumentado a dívida, ontem conseguimos uma coisa histórica. Ontem nós conseguimos fazer uma emissão de dívida a 10 anos com taxa negativa, o que é que isto significa? Significa que, fruto da solidariedade europeia, fruto da boa gestão orçamental, os mercados olham para nós hoje de uma forma muito diferente que olhavam na crise anterior. E, portanto, enquanto na crise anterior os juros dispararam por aí acima, nós ontem conseguimos uma coisa que é histórica, ninguém deu por isso, porque, obviamente ninguém liga neste momento a essa dimensão da vida, porque quando está em causa a vida e a morte de pessoas, obviamente isso sobre leva tudo, mas está a ver, mas o que se conseguiu ontem foi qualquer coisa de histórico, que foi fazer uma emissão de dívida a 10 anos nesta crise, no meio desta crise com juros negativos. Portanto, nós podemos encarar com confiança, agora é evidente que os recursos não são ilimitados. O país não era rico quando chegou o Covid e não enriquecermos durante o Covid.

J2: E isso significa o quê na prática, senhor Primeiro-Ministro?

AC: Isso significa que o esforço que o país coletivamente está a fazer para apoiar as empresas, para apoiar as famílias não chega seguramente para aquilo que cada um sente que é a necessidade, mas é um esforço muito importante para amparar minimamente esta crise, por exemplo, ainda hoje tomamos medidas, uma medida importante na área da energia, porque sabemos que, obviamente, as pessoas vão estar um mês em casa, consumindo mais energia, que estamos numa onda de frio, onde as pessoas naturalmente vão consumir mais energia.

J2: Vai haver um alívio na fatura da eletricidade?

AC: E, portanto, foi adotada uma medida para apoiar a fatura para evitar a pobreza energética e para evitar o desconforto, o frio, porque também sabemos que esse frio aumenta o risco também da contaminação. Portanto, agora se me pergunta assim, mas podia ser o dobro, ouça, se fosse o dobro no apoio à energia, não podia ser o mesmo no apoio à restauração e se fosse muito mais no apoio à restauração não podia ser o mesmo no apoio a outras atividades, portanto, nós temos que conseguir equilibrar o conjunto destes fatores. Agora, felizmente, o esforço das empresas tem sido absolutamente extraordinário. Nós nos últimos números do desemprego em novembro, aumentamos meio ponto percentual relativamente ao ano passado. Claro que nós sabemos que houve uma geração que estava na primeira experiência de período experimental, que foi imediatamente atingida logo no primeiro impacto da crise, muitos dos contratos a prazo foram atingidos logo no primeiro impacto da crise. Sabemos que há setores como o turismo, onde o impacto é brutal, porque os restaurantes, os hotéis estão fechados e as perspetivas não são obviamente animadoras para os próximos meses. Portanto, isto, vamos lá ver, há uma coisa que eu tenho dito desde o início e que é muito importante nós compreendermos, este é daqueles desafios que é mesmo um desafio da sociedade em conjunto e em que ou enfrentamos com sucesso em conjunto ou ninguém safa sozinho por si.

J2: Vamos ter de avançar, senhor Primeiro-Ministro.

J1: Deixe-me perguntar-lhe, até porque ontem disse que a regra é ficar em casa e disse também temer que as pessoas se agarrem às exceções, porquê? Porque esse tem sido o exemplo dado ao longo destes últimos meses.

AC: Porque, eu também vejo televisão, também vejo os especialistas e também vejo os especialistas várias vezes e há uma infinidade de tempo que se discute relativamente às exceções. Quer dizer, vamos lá ver, a loja de ferragens está aberta porque é fundamental, já estive e vai continuar a estar aberta, agora o objetivo não é que as pessoas vão à loja de ferragens, o objetivo é que as pessoas

fiquem em casa, mas se precisarem mesmo, porque tiveram uma avaria lá em casa, de ir à loja de ferragens possam ir.

J1: Mas as pessoas habituaram-se a viver nas exceções.

AC: Nós temos que manter obviamente...

J1: Mas é esse o seu receio?

AC: ...nós temos que manter, obviamente, as mercearias, os supermercados abertos porque vamos continuar a precisar de comer, continuamos a precisar de comprar pasta de dentes, precisamos de continuar a tratar da higiene da casa, portanto isso é necessário.

J1: Já agora deixe-me perguntar-lhe como é que se fiscaliza alguém que diz às autoridades que vai à loja de ferragens, se na realidade essa pessoa não for?

AC: Ouça, a polícia, em regra, tem um bom olho para saber quem é que está a aldrabar e quem é que está de boa-fé. Vamos lá ver o seguinte, por isso é que eu digo concentrar-nos na regra. Em março e abril estas exceções existiam lá todas. Infelizmente, as ruas ficaram vazias e as pessoas perceberam mesmo que tinham de estar em casa. Ora aquilo que as pessoas têm de mais uma vez assimilar é que tem mesmo que estar em casa. Essa é a regra. A exceção é depois poderem sair. Você não pode trabalhar a partir de casa, tem que estar aqui, porque nós temos direito à informação, nós precisamos de informação para que a democracia exista. E, portanto, o senhor tem que sair de casa. E, portanto, nós precisamos de abrir essa exceção, agora essa exceção de sair de casa para vir trabalhar não é a exceção que depois permite, para além de vir trabalhar, andar por aí veranejar. Não pode. Está a ver? Quer dizer, essa é, vamos lá ver, essa é uma realidade. E que é duro o confinamento. Ouça, eu infelizmente já tive a experiência de ter que estar 14 dias fechado. Mas isso é aliás uma situação absolutamente excepcional, porque um Primeiro-Ministro trabalha, enfim, mais ou menos 7 dias por semana, portanto, nunca tive totalmente sem nada que fazer, mas sei bem, e percebo bem a dureza disso. Agora, se nós não fazemos isto, nós não conseguimos controlar isto. Ora, vamos lá ver, o que é que os portugueses já mostraram? Quando foi a primeira a primeira vaga, foi de facto o confinamento dos portugueses que, aliás, começou mesmo antes do estado de emergência decretado, ????

espontaneamente que conseguimos travar a primeira pandemia e tivemos um grande sucesso. Depois tivemos, como se recorda em junho, sobretudo em 19 freguesias da área metropolitana de Lisboa, uma grande dificuldade em reduzir. Mas foi mais uma vez, graças ao esforço das pessoas que residem

nas freguesias conseguiram baixar outra vez. Conseguimos baixar outra vez agora antes do Natal e agora vamos ter que conseguir baixar outra vez.

J2: Estamos todos recordados disso, desculpe estar a acelerar, mas o nosso tempo...

AC: Não, mas recordar disto é importante. Porque as pessoas têm que sentir, as pessoas têm que se recordar também que sempre que cumprimos as regras e sempre que nos confinamos mesmo...

J2: Há um efeito.

AC: Há um efeito, os produtos diferentes, se não, Eu Não consigo ver.

AC: Isso produz um efeito, não é uma coisa que o Governo inventa para chatear as pessoas.

J2: E se não cumprimos as regras, há um outro efeito que é uma pressão enorme sobre o Serviço Nacional de Saúde e era um bocadinho sobre isso que gostávamos de falar consigo agora. Há vários hospitais à beira da rutura. Neste momento, alguns já estão a transferir doentes. Nós estamos hoje mais perto da requisição civil?

AC: Ouça a questão da requisição civil, desculpe lá, é daquelas coisas...

J2: Foi a ministra que admitiu essa possibilidade.

AC: Certo, mas vamos lá ver. Não vale a pena, nós temos um excesso de debates artificiais. Ainda hoje durante toda a tarde o ministro do Ministério da Saúde teve reunido com os 3 grandes grupos privados da cidade de Lisboa porque no norte e no centro a questão está resolvida aos acordos que tinham funcionado muito bem. Em Lisboa, os grupos privados, houve um que foi o grupo CUF, que disponibilizou, de imediato, 20 camas.

J1: De imediato em março.

AC: Não. Agora. Hoje. Estou-lhe a dizer hoje. Disponibiliza mais 20 para a semana e mais 20 na outra a seguir. Os outros 2 grupos privados, infelizmente não tiveram condições para disponibilizar ainda camas. Portanto, não vale a pena estarmos aqui neste jogo, não é? Porque simultaneamente, pois não dizemos também que há outros doentes que não são também os doentes que eu digo. Portanto, nós temos que equilibrar isto e, portanto, há uma coisa que é preciso ????, não há aqui nenhuns bloqueios ideológicos, não há bloqueios ideológicos, nem má vontade...

J2: Não há?

AC: Não, não há bloqueios ideológicos nem a má vontade de uns...

J2: Então porque é que o Governo demorou tanto tempo a discutir com os privados acordos?

AC: Desculpe lá.

J2: Desde março...

AC: Mas desculpe lá. As ideias que se vão fazendo e instalando se, quer dizer, eu se me desse ao trabalho, ouça...

J2: Senhor Primeiro-Ministro, a ministra da saúde disse aqui neste estúdio...

AC: ...eu daqui a um bocado vou ter que passar a fazer um polígrafo eu todos diário...

J2: É a hora da verdade. Aqui é a hora da verdade.

AC: ...porque vamos lá vero seguinte, nós em abril, sabe quando é que nós assinámos acordo com os privados?

J2: Foi a ministra que disse aqui neste estúdio...

AC: Não, sabe quando é que foi assinado o acordo com os privados?

J2: ...que não havia essa necessidade.

AC: Sabe quando foi assinado o acordo com os privados?

J2: Não tenho a data de cor, mas o senhor terá.

AC: Foi assinada em abril do ano passado, em abril. O primeiro caso Covid foi em março, em abril, nós assinamos um acordo com os privados. E, portanto, não tem sido por falta de vontade que tem havido ou não. Umhas vezes não tem havido necessidade, felizmente, outras vezes não tem havido disponibilidade. Portanto, não dramatizemos a situação porque agora, vamos lá ver o seguinte.

J1: Mas já agora deixe-me perguntar-lhe, porque a questão não é apenas de camas, senhor Primeiro-Ministro, é possível também requisitar os profissionais do privado e que nesta altura podem fazer muita falta ao SNS.

AC: Legalmente é.

J1: Mas porque é que não o fazemos?

AC: Mas como diz o decreto do senhor Presidente da República, o Estado deve procurar chegar a acordo com o setor social e com o setor privado para satisfazer essas necessidades. É assim que temos feito, até agora não necessitamos de chegar à figura da requisição...

J1: Mas a pandemia não espera por acordos.

AC: ...não chegamos até agora a um momento de necessidade da requisição para não resolver os problemas. Portanto, no norte e no centro temos tido uma colaboração excepcional, quer das misericórdias em particular, mas também do setor privado para responder a necessidades. Hoje temos criado um conjunto de camas, quer de retaguarda, quer de hospitais de campanha, que vão ser ativados, por exemplo a câmara de Portimão ativou já o seu hospital de campanha. Nós temos já com recurso às forças armadas, por exemplo, aqui quer no antigo hospital militar aqui da Ajuda, quer no Alfeite, temos camas de retaguarda, nós temos condições para ativar de novo aqui em Lisboa, o hospital de campanha que funcionou no estádio universitário. Nós estamos a trabalhar, por exemplo, com a Federação Portuguesa de Futebol, que dispõe de 88 camas, condições de alimentação, de algum apoio, de assistência de enfermagem para também utilizar, portanto, temos estado a trabalhar...

J1: Mas já percebi que espaço e camas é coisa que não falta, mas em muitos casos faltam os profissionais. Esse problema pode ser resolvido de facto com os profissionais do privado, ou não?

AC: Eu não estou a dizer que não faltam. Eu não estou a dizer que não faltam. É tudo necessário. Ouça, com o ritmo de crescimento que nós estamos a ter...

J1: Mas faltam os recursos humanos também.

AC: Os recursos humanos faltam...

J1: E o Estado pode ir buscá-los ao privado por requisição civil?

AC: Nos termos da lei, sim.

J1: E vai fazê-lo?

AC: Mas se só, e faremos tudo o que for necessário, mas vamos lá ver o seguinte, nós não temos, nós não suspendemos nem a nossa democracia, nem as nossas liberdades. Portanto, nós devemos ir aos limites daquilo que é possível sem a imposição e por negociação, e não deixar de impor sempre que a negociação não for suficiente.

J2: Senhor Primeiro-Ministro...

AC: E é com este equilíbrio e com este bom senso que nós temos atravessado esta crise, que vai fazer quase um ano, quase um ano que temos vindo a atravessar. Já houve vários momentos, eu recorde, onde tivemos à beira da rutura. E temos vindo a conseguir aumentar a capacidade. Por exemplo, só na sexta-feira...

J2: Deixe-me acrescentar isto também, incluindo nos cuidados intensivos, ou seja, nós neste momento, ainda hoje ouvíamos o presidente da Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos alertar para o risco de não haver camas, de podermos continuar a este ritmo, obviamente, continuar a este ritmo.

AC: Com certeza, com certeza.

J2: De podermos não ter capacidade instalada para receber tantos doentes em cuidados intensivos. O senhor está em condições de garantir que essa rutura não vai acontecer?

AC: Ouça, eu não vou substituir-me àquilo que o especialista, aliás, coordena a equipa, é o doutor João Gouveia. Que é aliás, quem coordena o plano nacional de cuidados intensivos, sabe e conhece bem, porque, além do mais, ele coordena essa equipa, o esforço enorme que temos vindo a fazer. Nós em março, quando a crise, quando a pandemia chegou, nós estávamos, éramos o país da Europa com menor número de camas nível 3 para adultos e por 100 mil habitantes. Fixamos uma meta que é chegarmos a março deste ano, atingindo a média europeia e estamos a caminhar para lá. Nós já temos hoje cerca de metade desse percurso praticamente percorrido e vamos chegar a março com esse objetivo e esse é um objetivo que se vai conseguindo com mais camas aqui no Amadora Sintra, mais em Gaia, mais em Évora e, portanto, é no conjunto do país que nós temos que realizar este esforço e estamos a realizá-lo. Agora se me diz assim, se não conseguirmos travar esta pandemia, ah bom, isso aí, o ritmo da pandemia, ultrapassa-nos e aí ele tem razão. Aí chegaremos ao ponto mesmo de rutura, mesmo. Agora, para que não aconteça esse ponto de rutura, há várias dinâmicas que têm que ser feitas, que têm que ser desenvolver. Uma, depende obviamente do Governo, que é ir continuar a reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde de responder, de contratualizar com privados e com o setor social a diversificação da ???

J1: Mas vamos falar, senhor Primeiro-Ministro, de outro objetivo que temos, que temos enquanto país e o Governo.

AC: Mas desculpe lá, deixe-me dizer uma coisa, mas deixe-me dizer uma coisa que é mesmo desculpe.

J1: Para concluir, por favor.

AC: É, mas é que é mesmo muito importante. É que mais importante que todo esse esforço de aumentar as camas de cuidados intensivo é o esforço que todos e cada um de nós temos de fazer para nos protegermos e protegermos os outros, porque essa é a forma mesmo de estancar a pandemia.

J1: Cada um tem que fazer o seu papel.

AC: Não, mas ouça, é mesmo isso, porque se nós não fizermos esse esforço, não há camas de cuidados intensivos no mundo que responda ao problema.

J2: Senhor Primeiro-Ministro, temos menos de 5 minutos para terminar esta entrevista. Ainda queremos perguntar-lhe sobre a vacinação.

J1: Vamos à vacinação, pergunto-lhe se está ou não preocupado com os números que atualmente temos sobre a vacinação, porque ainda hoje ouvimos o Presidente da Assembleia da República, e que é seu amigo, Ferro Rodrigues, a dizer que estava perplexo pelo lado negativo, não só com a vacinação nos lares, mas com o próprio ritmo a que a vacinação estava a decorrer.

AC: Não, não sei qual é a razão dessa perplexidade. O processo de vacinação tem estado a decorrer com grande tranquilidade e normalidade. Como nós sabemos, a União Europeia fez uma compra conjunta e há uma distribuição programada semanalmente. Nós temos vindo, todas as semanas a distribuir as vacinas que temos recebido. Mantemos sempre cerca de 50% reservada para a segunda toma. Recorde-se que para para a semana que vem as pessoas que foram vacinadas na primeira semana já vão receber a segunda toma. Portanto, para a semana, nós vamos dar não só as primeiras doses da próxima semana, como as segundas doses da primeira semana deste processo de vacinação...

J2: E não era possível acelerar o processo?

AC: Ouça, acelerar o processo como, se não há mais vacinas?

J2: Vão chegar agora mais 8600, salvo erro.

AC: Todas as vacinas que têm chegado têm vindo a ser imediatamente distribuídas e imediatamente aplicadas. Não temos vacinas por aplicar, as medidas que estão por, as vacinas que estão para aplicar são as vacinas que nós temos que manter de reserva para a segunda dose E porque é que temos que manter de reserva? Porque as pessoas dizem assim, mas porque é que não arriscam e não, não já?

Por uma razão simples, é que se houver um azar qualquer na fábrica da Pfizer, no circuito de

distribuição da Pfizer, bom, um acidente em qualquer sítio, significa que nós perdemos a oportunidade de dar no tempo devido a segunda dose e, portanto, é uma vacinação que se perdeu.

J1: Hoje, António Costa, tivemos a notícia de uma ministra do seu Governo que está infetada, o senhor já esteve em isolamento...

AC: Mas não fui infetado até agora, felizmente.

J1: ...e o Presidente da República, enfim, não sabemos bem.

AC: Sabemos que ele está de boa saúde e não está infetado.

J1: Mas teve um teste positivo. Não era de equacionar a vacinação dos altos responsáveis políticos como prioritária também?

AC: Sim, vamos lá ver, eu acho que, como lhe disse, quem define os critérios técnicos da vacinação é a comissão técnica que existe. E a comissão técnica definiu uma primeira fase e uma segunda fase e uma terceira fase. Provavelmente, quando chegarmos à fase, dentro da primeira fase, quando chegarmos ao grupo dos serviços essenciais, porventura essa questão se colocará, mas nessa altura, a comissão definirá o que é que entende que devam ser considerados nessa altura os serviços essenciais.

J2: Senhor Primeiro-Ministro, nós estamos mesmo, mesmo, mesmo a terminar...

AC: Eu por mim... eu estou por vossa conta.

J2: Sim, sim, nós é que não estamos apenas por nossa conta. Temos aqui uma pergunta de uma notícia que resulta desta semana, foi notícia esta semana uma coisa que não devia acontecer, 2 jornalistas vigiados pela justiça. Um deles foi-lhe levantado o sigilo bancário, tudo isto à boleia de um processo de alegada violação do segredo de justiça, o que lhe queria perguntar muito claramente é se acha isto admissível num estado de direito, ainda para mais sendo o senhor um jurista de formação?

AC: Sim, mas sou governante e tenho uma regra fundamental, eu não comento casos em investigação, sejam eles quais forem e portanto, não vou comentar também esse caso. Como não comento nenhum caso em investigação.

J2: Estou-lhe a perguntar sobre a liberdade dos jornalistas sobre a liberdade de imprensa e se este tipo de medidas não colocam a liberdade em causa a liberdade de imprensa?

AC: Se quiser que eu discorra sobre a liberdade de imprensa tenho o maior gosto. Sou filho de uma jornalista que se debateu pela liberdade de imprensa desde os tempos da censura, que se debateu pela liberdade de imprensa quando ela esteve ameaçada na altura do PREC, que foi saneada de na altura do PREC, que se debateu no conselho de imprensa e no sindicato de jornalistas pela liberdade de imprensa. Portanto, eu não tenho a menor das dúvidas, mesmo quando na minha atividade sofro as dores da liberdade de imprensa, da importância da liberdade de imprensa. Agora, como compreenderá, eu nunca comentei nem vou comentar nenhum caso judicial, nem a atuação da polícia do Ministério Público ou dos tribunais relativamente a um caso judicial. Se agiram dentro da lei, se agiram fora da lei, se agiram corretamente ou incorretamente, como deve compreender, o respeito pela separação de poderes deve ser assim. Não é só quando se trata de políticos que eu digo que à justiça, que é da justiça, e à política que é da política. À justiça é sempre o que é da justiça. E não vou me pronunciar sobre esse caso. Quanto à liberdade de imprensa, olhe, fui vacinado ainda em pequenino sobre essa matéria e é uma vacina que continua válida.

J2: Muito obrigado, Senhor Primeiro-Ministro.

J1: António Costa, muito obrigado por esta entrevista no jornal das 8. Obrigado, obrigado também.

AC: Muito obrigado. Boa noite. Bom trabalho e, por favor, fiquem em casa.

J1: Mais do que um conselho é o dever de ficar em casa. O confinamento começa à meia-noite.

Entrevista 5

J: A Ministra da Saúde é convidada deste Jornal das 8. Marta Temido, boa noite, bem-vinda.

MT: Olá boa noite, obrigada.

J: Vamos olhar em particular para a situação nos jovens. Antes disso, gostaria de lhe pedir que nos ajude a perceber a situação do país em geral. Temos ouvido falar da quarta vaga, da ultrapassagem das linhas vermelhas, é tanta informação que às vezes chega a ser bastante confuso para a população em geral perceber exatamente em que ponto estamos. O Governo aqui há uns meses, apresentou-nos uma matriz de risco que eu vou pedir ao Luís Salvador para projetar aqui atrás de nós. Nós temos acompanhado diariamente a evolução desta matriz, o caminho que aquela bolinha tem feito entre os diversos quadrados, nós percebemos agora que ele está claramente naquele quadrado vermelho, e o que lhe pergunto é que consequências práticas é que aquela bola ali no vermelho traz para o dia a dia de cada um de nós?

MT: Maior risco. A primeira resposta é o facto de aquele indicador, aquela bolinha que sinaliza a transmissibilidade e incidência, ou seja, o número de novos casos que em cada dia acontece e o risco de transmissão da doença estar mais na linha vermelha na zona vermelha é maior risco para todos nós, e essa é a principal mensagem.

J: Mas que deve ter consequências nos nossos comportamentos do dia a dia.

MT: Que deve ter consequências nos nossos comportamentos do dia a dia, porque uma coisa é estarmos a viver num ambiente mais seguro, outra coisa é estarmos a viver num ambiente com maior risco e neste momento, o nosso país está de facto, com maior risco.

J: Mas acha que a população em geral percebe isso?

MT: Penso que percebe e nós também tentamos ajudar a perceber e estamos a tentar fazê-lo neste momento também à medida que nós temos mais casos por dia, aquela bolinha sobe na vertical, à medida que nós temos um risco de transmissão maior por dia, aquela bolinha desloca-se na direção do vermelho, e portanto, estes são dois indicadores, a matriz de risco que nós adotamos tem mais indicadores.

J: E aquela bola ainda vai mexer-se mais para uma zona complicada, para uma zona ainda mais encarnada.

MT: Para se ter uma perceção, nós já estivemos numa zona, em janeiro e em fevereiro, que nem sequer cabia naquele quadrado. Que estava para lá dos 240 casos por 100 mil habitantes. Não queremos voltar a uma situação desse género.

J: Mas há essa possibilidade?

MT: Se não tomarmos todas as medidas necessárias, e as medidas necessárias são individuais, mas são também do sistema as medidas individuais, os comportamentos de segurança, as medidas do sistema, a vacinação e a testagem. Corremos o risco de não conseguir parar uma evolução da transmissão da doença, por isso é muito importante adotar comportamentos conformes com o maior risco.

J: Qual é que é o pior cenário que o Governo tem previsto para as próximas semanas, em termos de números de novos casos?

MT: Nós neste momento temos estimativas que vão até meados de julho e que nos colocam já com um número de novos casos para lá dos 4000 e com um número de internamentos para lá dos 800 e de utilização em cuidados intensivos para lá dos 150.

J: Portanto, mais 200 pessoas internadas do que temos atualmente.

MT: Sim.

J: E em termos de novos casos, estamos a falar do dobro.

MT: Sim.

J: Dentro de cerca de duas semanas, esse é o pior cenário. À partida não deveremos ultrapassar isso nas previsões do Governo?

MT: Isso é o cenário que é garantido se nada se inverter e, portanto, não é um bom cenário. O que é que, ainda a reportagem anterior que passaram, dizia? Neste ritmo de crescimento, nós aqui por 15 dias, duplicámos o número de casos, ou seja, em lugar de termos os 2000 que tivemos hoje, teremos cerca de 4000. Claro que com variações regionais, mas tenderemos a dobrar os casos e, aliás, isso no todo nacional, porque há regiões que estão a dobrar o número de casos mais rapidamente. E, portanto, é absolutamente necessário que nós façamos o esforço que temos estado a fazer em relação à vacinação, daí esta aposta de nesta semana e nas próximas semanas, vacinar a um ritmo perfeitamente, como já foi referido pelo senhor coordenador da task-force, é um ritmo que pode pôr até em causa alguns aspetos de qualidade...

J: Da própria logística do processo.

MT: ...da própria logística, que nos trazem uma enorme pressão para o sistema, mas que é a nossa melhor oportunidade, mas precisamos de ser ajudados.

J: Deixe-me voltar aqui a este cenário, que há pouco traçava que será aquele que o Governo prevê que seja o pior para para as próximas semanas, será preciso tomar mais medidas restritivas para lá daquelas que já foram tomadas no último conselho de ministros?

MT: Vamos lá ver, nós para falarmos com total honestidade às pessoas não podemos afastar nenhum tipo de medidas. Nós estamos a ver que a situação de contraciclo em que o nosso país estava, face à variante delta e à sua maior transmissibilidade, está, como se previa, de resto, a espalhar-se, a alastrar e, portanto, aquela situação em que nós estávamos sozinhos, infelizmente, já começa a sentir-se noutros países. A Espanha está a subir, o Reino Unido já estava a subir, Chipre está a subir. Infelizmente, os países estão-se a deslocar, agora já não temos, os nossos quadradinhos estão-se a deslocar do lado do quadrante esquerdo para o quadrante direito, e isso é função de uma nova variante. E nós não podemos apenas nesta guerra, nesta luta, embora a linguagem belicista não seja a melhor nesta luta contra o vírus, nós não podemos deixar o vírus desenvolver-se para se adaptar à nossa estratégia de vacinação, por isso é que isto é uma corrida contra o tempo. E é hoje e agora...

J: Portanto, eu perguntava-lhe precisamente pelas medidas restritivas, porque essa também é uma estratégia, ter medidas mais restritivas é uma estratégia de combate à pandemia.

MT: Certo.

J: O que é que pode acontecer nos próximos dias em relação a medidas restritivas ou nas próximas semanas, o Governo, dizia-me há pouco, não pode pôr do lado nenhum cenário. Situações de confinamento geral, não para todo o país, mas, por exemplo, para algumas regiões, a região de Lisboa e Vale do Tejo, por exemplo, isso pode ser uma possibilidade?

MT: Nós não temos neste momento quadro legal que permita aplicar um confinamento. Isso implicaria um estado de emergência que nós neste momento não dispomos. E, portanto, as regras de possibilidade de utilização do estado de emergência são conhecidas. E, portanto, nós neste momento não estamos em estado de emergência. O que é que fizemos?

J: Ou seja, teria de passar também pelo Presidente da República obviamente, mas o Governo poderia, de certa forma, fazer uma espécie de recomendação ao Presidente da República no sentido de se a situação de facto estiver complicada falar em ambas as partes para retirar a medida mais restritiva.

MT: Naturalmente, isso é feito, mas o Governo, no último Conselho de Ministros foi dentro daquilo que são, que é o quadro lugar que temos neste momento o mais longe possível. Repare, há até quem questione o enquadramento para a restrição da circulação nos concelhos com mais de 120 casos por 100 mil habitantes e, portanto, uma situação de proporcionalidade da medida a partir das 23 horas. Acreditamos que fomos o mais longe que poderíamos ir dentro daquilo que é o quadro do qual dispomos.

J: Portanto, o que está a dizer é que o Governo, até se calhar, entenderia que deveria ir mais longe, mas não o pode fazer porque não tem enquadramento legal, é isso?

MT: O governo entende que neste enquadramento e nesta situação as medidas que adotamos são aquelas que se justificam e são proporcionais. Apostamos em 3 linhas de medidas. Vacinação, nós não podemos fazer uma vacinação mais rápida do que aquela que estamos a fazer como resultará claro à sociedade nos próximos dias, em que vamos vacinar 800 mil pessoas. É a meta para esta semana e depois duas semanas a 600 mil doses por semana com restrição, um intervalo mais reduzido entre a primeira e a segunda dose dos mais de 60 para proteger os mais vulneráveis. Disponibilização de testes, apelo aos testes, apelo às medidas individuais, criação de um ambiente e de uma comunicação com as pessoas em que se explica quais são os riscos que estão a correr. Agora, há aqui muito também comportamentos individuais...

J: Neste momento, diz que não se justifica ir mais longe, daqui a duas semanas, com 4000 casos diários, com mais de 200 internamentos, justifica-se ir mais longe nas medidas de restrição?

MT: Repare, o que nós tentaremos fazer daqui até lá é que esse número de casos não se concretize, porque senão o que é que faríamos?

J: E se ele se concretizar temos que antecipar também cenários. O Governo tem esse trabalho também de antecipar cenários.

MT: Naturalmente.

J2: Se isso acontecer pode justificar-se uma mudança para medidas mais restritivas?

MT: O que nós sabemos é que com a vacinação esse cenário desse número de casos não terá sobre o sistema de saúde, e estou a falar sobre o sistema de saúde estritamente o impacto que teriam 4000 casos ou que tiveram 4000 casos em outubro ou novembro passado.

J: Certo.

MT: Mas, há consequências da Covid que ainda não são conhecidas na saúde das pessoas, dos jovens, das crianças no médio e no longo prazo, e nós não podemos ficar indiferentes à doença e ao risco que criamos na vida das outras pessoas e, portanto, mais do que nunca, precisamos de cada um para se proteger e para proteger os outros.

J: Então vamos falar precisamente dos jovens, arrancou esta esta semana a vacinação para faixas etárias mais baixas e percebemos, de facto que estas novas infeções estão a afetar sobretudo as camadas mais jovens. Há essa mudança no perfil dos doentes, até mesmo nos doentes internados, mas nós temos visto estudos darem conta da resistência dos mais jovens à vacinação, estão ou não a ser pensadas estratégias para os convencer?

MT: Vejamos, Portugal, felizmente, tem uma tradição de vacinação em que a adesão da população às campanhas de vacinação é feita numa relação de grande confiança de um programa nacional de vacinação que tem 65 anos. Os portugueses confiam nas vacinas e os portugueses são, penso eu, uma população a genericamente bastante racional e neste momento é disso que estamos a falar, de racionalidade. Nós temos uma arma que nunca esperamos ter nesta altura da evolução da pandemia, que resulta de um progresso notável da ciência. Naturalmente que ainda não conhecemos tudo aquilo que é a imunidade que resulta das vacinas e por isso, tomamos decisões que, por vezes, as pessoas contestam e não compreendem bem e temos a obrigação de explica e voltar a explicar.

J: Portanto, um incentivo em concreto para os jovens irem à vacinação não está previsto?

MT: O maior incentivo...

J: Como estes que vemos noutros países, a atribuição de cheques para usarem em hotéis, em viagens, em eventos culturais...

MT: É uma tradição que o nosso país não tem. Há outros países com maior tradição de utilização de incentivos de vária natureza para os hábitos de vida saudáveis. Nós não temos esta tradição. Nós temos de facto uma aposta na literacia, na formação, na educação, e há aqui coisas que podem ser até um bocadinho contraditórias. O álcool e um incentivo à vacinação, os jogos e o incentivo à

vacinação. Nós temos que ter uma boa ponderação de como é que levamos as pessoas a adotar um estilo de vida saudável.

J: Mas precisamos dos jovens para atingir a tal imunidade de grupo?

MT: Precisamos dos jovens para construir o futuro e, portanto, também para se protegerem, para adotarem atitudes racionais razoáveis para terem mais paciência numa fase da vida deles em que nós percebemos que estão a prescindir muito, estão a abdicar de muita coisa, mas a vacina é, de facto, o melhor caminho para um regresso a uma vida que nós desejamos retomar.

J: Olhando para estes agendamentos e para estas vacinas que estão a acontecer nestas faixas etárias mais jovens, portanto, estão a receber agora a primeira dose os jovens a partir dos 30, temos de esperar cerca de 20 dias para receberem uma segunda dose, depois de computado o esquema vacinal, é preciso esperar outro os dias para que, de facto se atinja a imunidade completa que cada uma das vacinas nos permite alcançar. Será que a vacinação nos jovens, de facto, ainda vai a ter um tempo de evitarmos um pós-verão calamitoso?

MT: Eu acredito que os jovens têm, como é próprio da juventude, uma enorme generosidade e, portanto, se conseguirmos fazer-lhes passar esta mensagem de que está muito nas mãos deles e que este verão não será o último verão das vidas deles e que o esperar e ter paciência nesta altura e o irem se vacinar e o fazerem testes daqui até lá e o conviverem com quem têm de conviver, mas em segurança é o melhor caminho para nós termos um outono e um resto das nossas vidas melhor, isso e até para nos protegermos de novas variantes, porque era como há bocado tentava referir, nós estamos a dar a oportunidade ao vírus para ele se tornar mais inteligente, para rebater aquilo que são as várias paredes que lhe vamos colocando pela frente e, portanto, para isso, precisamos de ser mais céleres e precisamos neste momento de ser rápidos na vacinação. Estamos a fazer isso, estamos a fazer isso com os profissionais de saúde a fazerem aquilo que é o registo de contactos, à sua atividade normal e ainda vacinarem.

J: E ainda em relação à vacinação aos jovens, o continente vai seguir o exemplo da Madeira de começar a vacinar já os jovens a partir dos 12 anos?

MT: Nós neste momento temos, sabemos é qual é o nosso contexto. Temos uma vacina que já tem uma indicação clara para os mais de 16 anos. Temos um plano de vacinação que vai até os 18 anos e continuamos a apostar em proteger aqueles que são mais vulneráveis à doença grave ou ao internamento.

J: Portanto, para já no continente isso não está previsto, baixar até aos 12 anos.

MT: Vamos chegar. Vamos chegar lá desde que cumpramos esta lógica de faixas etárias que...

J: Isso será possível antes do ano letivo arrancar?

MT: De acordo com os planos de vacinação que temos isso será possível em termos de avanço em faixas, sempre que temos uma determinada quantidade de vacinados na faixa superior, abrimos uma nova faixa. Será possível no final do mês de agosto. Começar a descer...

J: Portanto, antes do arranque do ano letivo, antes de setembro, começar a vacinar a partir dos 12 ou abaixo dos 18?

MT: Abaixo dos 18. Abaixo dos 18. Aquilo que nós estimamos é a seguirmos este plano que temos e as quantidades de vacinas nos continuarem a chegar. Conseguirmos abrir na última semana de agosto a vacinação para os menos de 18. Naturalmente, como se sabe, a comissão técnica de vacinação contra a Covid-19 da Direção-Geral da Saúde, em termos técnicos, está agora a apreciar como é que o plano se adapta a esta população mais jovem que tem especificidades pediátricas, não é?

J: Senhora ministra, e se, entretanto, chegarmos a setembro e o ritmo diário de novos casos se situar como está agora neste momento e nas camadas mais jovens da população, poderá significar um atraso do arranque do ano letivo?

MT: Neste momento isso não está mesmo em cima da mesa, é mesmo aquilo que nós precisamos de evitar. Nós não podemos ficar só a pensar naquilo que é o mês de julho ou o mês de agosto. Nós temos que pensar que o arranque do ano letivo está, penso que o programado para meados de setembro e, portanto, nós não podemos ter uma situação epidemiológica que nos coloque no início de setembro numa situação frágil, embora estejamos muito mais vacinados, nós temos cálculos que apontam para que em meados de setembro tenhamos cerca de 80% de pessoas com uma dose e cerca de 70% de pessoas com as 2 doses. Portanto, os tais números de referência.

J: 70% da possível imunidade de grupo que afinal, pode não ser bem assim.

MT: Nós nunca falámos, eu pessoalmente nunca falei exatamente por causa de todas essas especificidades da imunidade. Digamos que teremos x por cento de pessoas vacinadas e reconheçamos que aquilo que não sabemos sobre esta doença é muito. E, portanto, neste momento, o que podemos dizer é, se continuarmos a caminhar neste sentido a meados de setembro, 70% das pessoas com 2 doses, 80% com pelo menos uma dose. E é isso que queremos fazer. E, para isso,

precisamos da ajuda de todos, mas precisamos de facto de nesta luta contra o tempo, não deixar a transmissão ser mais rápida do que a vacinação.

J: Senhora ministra, vamos falar ainda sobre a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde, nós já percebemos que nesta vaga a situação é muito diferente do que foi no início do ano em relação à pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde, ainda assim, não deixam de ser preocupantes os mais de 600 internamentos, possivelmente +200 nas próximas 2 semanas, como nos dava conta ainda há instantes, o Governo tem previsto um reforço da capacidade de Covid nos hospitais?

MT: É muito importante que se perceba que a elasticidade do sistema de saúde tem sempre a ver com aquilo que nós deixamos de fazer, e, portanto, nós neste momento estamos ainda dentro de, concretamente em cuidados intensivos, 136 internamentos, como sabemos a meta que o valor de referência, o número que tinha sido considerado eram 245 internamentos no país, mas em Lisboa e vale do Tejo já estamos acima, já estamos próximos do valor de referência.

J: Portanto, haverá um reforço, por exemplo, em Lisboa e vale do Tejo, da capacidade dos hospitais para a área Covid?

MT: Neste momento voltamos a estar para já em estado de alerta, depois ativar a possibilidade de transferências inter-regionais e colocamos e estamos a tentar garantir o mais tempo possível que não cancelamos atividades de outra natureza.

J: E cancelar as férias dos profissionais de saúde pode ser uma possibilidade?

MT: Infelizmente, não há, como lhe disse a outro propósito, não há, neste momento, temas que possam ser afastados.

J: Portanto, isso pode ser uma possibilidade para algumas regiões do país?

MT: Queremos muito que isso não aconteça. Queremos muito que isso não aconteça. As pessoas estão cansadas, mas mais importante do que estarem cansadas, precisam de se dedicar a outras atividades e, portanto, nós temos que ter como povo, como país, como sociedade, coesão social suficiente para percebermos que as nossas escolhas afetam as vidas dos outros.

J: Como é que explica, por exemplo, aos profissionais de saúde que estão de facto exaustos que podem ter de cancelar as férias por causa da situação, mas ao mesmo tempo vemos, por exemplo, enfermeiros a serem dispensados do centro hospitalar do Tâmega e Sousa, 60 enfermeiros

denunciou a Ordem, estiveram lá contratados 4 meses no pico da pandemia e depois não viram renovados os contratos.

MT: Não misturando temas. Eu acho que a minha forma de explicar é não misturar temas.

Infelizmente, esses senhores enfermeiros que não terão visto o seu contrato renovado, eu não estou a ver o tema, o caso concreto, de nada servirão para garantir uma unidade cuidados intensivos em Lisboa e vale do Tejo, porque os recursos humanos em saúde não são, não têm essa fungibilidade que muitas vezes gostaríamos que tivessem e, portanto, infelizmente não são coisas comparáveis. Infelizmente, nós precisamos, felizmente nós precisamos mesmo de reforçar o Serviço Nacional de Saúde sem deixar de precisar de o proteger para fazer aquilo que é a atividade que esteve tanto tempo suspenso.

J: Portanto, não acha que isto mostra, de certa forma, uma desorientação na política do Governo para o Serviço Nacional de Saúde, ora pede aos profissionais para esticar e não tirarem férias, ora deixa por renovar outros contratos.

MT: Não, não acho. Não acho e acho que as pessoas lá em casa percebem isso. Nós tivemos que fazer contratações para assegurar volumes específicos de necessidades assistenciais em períodos específicos da nossa vida coletiva. Precisamos o mais depressa possível, também os sistemas, também o sistema de saúde, também o Serviço Nacional de Saúde de retomar níveis de resposta compatíveis com alguma normalidade. Pudéssemos nós, pudéssemos nós fazer isso e ter também a possibilidade de ter disponibilidade para olhar para o sistema como um todo e pô-lo funcionar como um todo. Neste momento temos estado a reagir muito àquilo que são as emergências, mas passo a passo, cairemos com o seguinte, continuar a reforçar o Serviço Nacional de Saúde sem deixar pontas aberto e sem deixar problemas por resolver.

J: E reforçar a estratégia de comunicação do Governo tem sido uma das falhas apontadas a este Governo, falhas na comunicação ao longo de toda esta pandemia, há de facto desorientação na estratégia de comunicação do Governo?

MT: Não, não creio que haja desorientação, o que eu acho que é muito difícil comunicar como se vê, porque os assuntos são muitos e é fácil às vezes num espaço necessariamente limitado, não conseguir explicar todos os pormenores, todos os detalhes.

J: Deixe-me pegar aqui em um exemplo, ainda recentemente, quando o Governo deu conta da limitação de circulação depois das 11 da noite nalguns concelhos. O Governo não fala não recolher

obrigatório, mas depois temos o diretor nacional da PSP a falar em recolher obrigatório e em multas para quem não cumprir. Bom, em que é que ficamos? Não há aqui um desalinhamento entre autoridades?

MT: Às vezes a utilização das palavras têm no contexto específico um significado que é para além daquilo que é o significado legal, estritamente legal. E temos que ter também a maleabilidade suficiente para perceber isso. O que é que eu acho que é importante que as pessoas percebam e elas percebem. Às 23 horas pede-se lhes que fiquem em casa, na medida em que naquelas áreas onde residem, onde foi determinada essa medida, há maior risco e que, portanto, o pedimos às pessoas é, abstenham-se de se movimentarem, abstenham-se de contactos, abstenham-se circular. Não por uma razão que seja destinada a cercear-lhes as liberdades, mas porque isso pode ajudar a conter as cadeias de transmissão.

J: E acha que as pessoas percebem, por exemplo, quando vemos o Primeiro-Ministro em isolamento profilático, depois de estar há mais de 1 mês com o esquema vacinal completo? As pessoas percebem esta situação? Não questionam, então para quê a vacina?

MT: A vacina serve para nos proteger de doença grave. E muitas vezes para evitar a morte, não significa que as pessoas, como com qualquer outra vacina, que não apanhem a doença e sobretudo, nós não sabemos ainda, estamos a falar de uma doença que tem, que apareceu no final de 2019 com uma vacina que apareceu no final de 2020 e cujos efeitos totais do ponto de vista da proteção da imunidade que confere, não são ainda conhecidos e, portanto, o que nós podemos dizer é que ainda não temos a verdadeira noção, até quanto é que uma pessoa vacinada não é um transmissor. Face sobretudo a uma nova variante e, portanto, neste contexto, a recomendação e a recomendação do Centro Europeu de Prevenção e Controlo Doenças a recomendação do Reino Unido é, caso a caso, a autoridade de saúde, a autoridade de saúde não é uma figura abstrata, é um médico. O médico de saúde pública com aquele doente em concreto, como em relação a outra doença, define o que é que é adequado fazer.

J: E, portanto, essa regra será para manter?

MT: Essa é a melhor regra, é a confiança nos médicos.

J: Estamos nos instantes finais, senhora ministra, e tenho ainda aqui duas questões breves. Todos concordaremos que não é fácil gerir uma pandemia. Há um desgaste grande de todos. Estamos todos

cansados desta situação. A senhora ministra sente que a sua figura enquanto Ministra da Saúde está desgastada?

MT: Não. Pelo contrário, estas reações que tenho das pessoas são de incentivo, de apoio, de entusiasmo, e porque tem-se, como esse tema tem sido comentado, eu quero dizer inequivocamente que o meu lugar pertence ao meu Primeiro-Ministro e que neste momento aquilo que é o nosso objetivo é combater a pandemia e recuperar o país.

J: Da sua parte não haverá aí lugar colocado à disposição para sair?

MT: Naturalmente que não. Mas seria decente alguém abandonar o barco no meio de uma tempestade como esta em que estamos? Então se eu estou a pedir às pessoas para darem mais um pouco, ia-me eu embora? Eu também não sei se vou ter férias, eu também não sei exatamente o que é que vem aí.

J: Ia perguntar-lhe isso se, tem previstos dias de férias.

MT: Tenho previsto, mas não sei os vou poder gozar. Tenho família em alerta, estamos todos em alerta. Precisamos um pouco mais das pessoas para fazer um pouco mais para que as vacinas que são o nosso melhor caminho possam fazer o seu trabalho.

J: Senhora ministra, obrigada pela presença no jornal das 8.

MT: Obrigada.

Entrevista 6

J: E é nosso convidado no jornal da meia-noite o virologista Pedro Simas. Muito boa noite, obrigada por estar connosco. É inevitável perguntar-lhe, é a notícia desta quinta-feira, o que é que significam estes 70% de vacinação completa e o que é que significa de facto termos chegado a esta meta mais cedo do que o previsto?

PS: Muito boa noite, Mónica. Olhe tem um grande impacto, tem um grande significado. É uma meta que muitos países europeus queriam atingir e ainda não atingiram. Portugal está de parabéns no seu todo, desde a task-force às instituições, aos portugueses, aos media. Está de parabéns por ter atingido essa meta, e até antes do previsto. A parte da adesão e da vacinação à adesão, e da adesão à vacinação, desculpe, está a correr muito bem. E, portanto, é muito importante porque tem um impacto muito grande na sociedade e saúde pública. Nós temos neste momento um vírus que tem muita dificuldade em disseminar-se exponencialmente numa forma pandémica na sociedade portuguesa temos uma coisa que é muito importante, temos uma imunidade nos grupos de risco e na população agora já em geral em Portugal que é muito protetora. E isso são ótimas notícias e ainda vamos construir mais essa imunidade.

J: Já lá vamos à próxima meta anunciada também pela ministra, mas este indicador por si só faz com que já estejamos a falar de, e já seja seguro falar em antecipar a segunda fase de desconfinamento?

PS: Sim, sim. Concordo completamente que seja, até julguei que pudesse ter sido feito no início de agosto. Eu também gostava de realçar que independentemente das minhas opiniões o que é importante é seguir sempre as recomendações da Direção Geral de Saúde e do Ministério da Saúde. No entanto, eu pensei que já podiam ter sido até relaxadas no início de agosto, porque os números já assim o indicavam. Agora ainda muito mais, e, portanto, aplaudo a decisão de anteciparem, e também tínhamos esta meta dos 70%, a questão aqui dos 70% não é tanto o número, mas o efeito que a percentagem de vacinação tem na disseminação do vírus e na proteção contra a doença severa e a morte. E isso nós já víamos no início de agosto que havia um impacto muito grande e os números em termos de taxa de infeção estavam muito estáveis e têm estado estáveis. E, para mim então, este planalto que se fala que ainda é muito alto, para mim, eu como virologista acho que não é alto. Acho que vai haver sempre um planalto de infeções. Foi assim com os coronavírus na história recente. Para lhe dar um exemplo, os 4 coronavírus respiratórios endémicos que já existiam na população humana contribuem mais ou menos, e isto é uma estimativa, entre 5 mil a 12 mil infeções diárias, isto se fosse distribuído ao longo dos 365 dias do ano, e, portanto, é esperado que haja sempre uma taxa de

infeção, um planalto de infeção nesta ordem de alguns milhares de infeções por dia. E essa é precisamente essa infeção, e não temos que ter receio nem temos que ficar muito obcecados pela infeção, que não traz uma situação que já não é pandémica, que é de equilíbrio, que se chama endémica, já não traz um risco porque já não há aquele risco de doença severa, porque a população já tem imunidade, que é uma imunidade que mitiga e é protetora e mitiga a disseminação exponencial do vírus. Portanto, já não se vai para aqueles valores muito altos, mas não erradica que não ilumina...

J: Daí explica o tal planalto que hoje a ministra, considerava um planalto prolongado, e que nos deve deixar também, de certa forma, ainda assim atentos.

PS: Mas é esse planalto que vai manter a nossa imunidade, porque agora com a população toda imunizada, com esta imunidade que nós temos que o vírus, ao circular numa percentagem pequena de pessoas, vai construindo e vai fortalecendo essa imunidade sem haver necessidade de estarmos dependentes todos os anos das vacinas. E isto na maioria da população, pois pode haver aquelas exceções para os grupos de risco, como há para gripe, em que se tenha que vacinar e reforçar a imunidade aí.

J: E essa avaliação ainda está a ser feita pela Agência Europeia do Medicamento. Já lá iremos, se tivermos tempo. Na sua opinião, portanto, que medidas é que poderiam ser levantadas amanhã neste Conselho de Ministros extraordinário?

PS: Eu penso que, olhe, por exemplo, a medida da quarentena profilática de pessoas que têm já a vacinação completa...

J: A questão do isolamento, ainda esta tarde ouvimos aqui na SIC Notícias alguns especialistas a dizerem que essas deviam ser questões que deviam ser repensadas, que esta altura da evolução da pandemia em que estamos, há questões do isolamento que já não se justificam.

PS: Exato, e eu concordo com isso. Ou seja, as pessoas que estão vacinadas têm já uma proteção muito grande. Mesmo fala-se com esta variante delta, que no início podem ter ali uma carga viral semelhante às pessoas não vacinadas, mas é muito num espaço de tempo muito curto. Portanto, de facto, as vacinas funcionam contra a variante delta. Não só funcionam porque protegem contra a doença severa e hospitalização funcionam, porque, de facto, vê-se que o vírus não consegue e Portugal só tem variante delta praticamente e o Reino Unido também. E já não há disseminação exponencial e também porque mesmo que a pessoa fique infetada, o que já é raro, a pessoa vacinada pela variante delta, ela vai ter um período de contágio muito mais pequeno, ou seja, o sistema imunológico vem e já

vem com mais força e, portanto, elimina a infeção mais rapidamente. Portanto, eu acho que, a meu ver, não se justifica uma pessoa que está completamente vacinada e que já tem um período muito pequeno de transmitir o vírus não fique infetada que tenha que ficar em quarentena profilática ou em isolamento profilático, em especial se forem submetidos a um teste e só se não tiver sinais clínicos de infeção acho que devia ser, não se devia aplicar essa medida, devia ser revista agora pelas comissões técnicas.

J: Outra questão que se tem vindo agora muito a debater com o avançar da vacinação é obrigatoriedade do uso de máscara. Já sabemos que é uma questão que tem que passar pelo Parlamento, mas considera que, por uma questão de comunicação para deixar a população esclarecida, o Governo devia ouvir primeiro os especialistas, quiçá uma reunião do Infarmed, sobre esta questão da máscara para depois que esta decisão possa ser debatida com melhor consciência no Parlamento?

PS: Muito bem, eu penso que esta questão da máscara a decisão é fácil. Da mesma forma que a máscara é muito importante numa situação pandémica e chegamos ao ponto de ter que recomendar o uso da máscara obrigatório no exterior, na via pública. Da mesma forma que o desconfinado, a máscara também segue um processo lógico e nós estamos numa altura em que podemos fazer retirar as máscaras. E é importante que retiremos as máscaras porque é importante restabelecer a circulação endémica de outros vírus respiratórios, que também são muito importantes, nomeadamente a gripe. A partir do momento em que nós temos a população vacinada e temos uma imunidade de grupo que a ciência nos diz que é protetora, não vai eliminar este vírus como para outros vírus o faz, mas que é protetora, nós temos que assumir uma vida normal. Para deixar que a infeção, uma infeção não pandémica endémica da população deste vírus e dos outros vírus todos se mantenha, ocorra e mantenha a nossa imunidade de grupo. Que o que aconteceu é que, repare, isto é senso comum. Eu não tive nenhuma infeção viral respiratória nos últimos 2 anos, desde que começou a pandemia. Se calhar, a Mónica também não teve e eu conheço muita gente que não teve. E o que está a acontecer é que interrompemos o ciclo normal destes vírus, interrompemos esta manutenção da imunidade de grupo, que é uma imunidade de grupo um bocadinho diferente da do sarampo e outras. E o que acontece é que, por exemplo, nos Estados Unidos está a aparecer, atipicamente, antecipadamente no verão um vírus respiratório que é muito importante, por exemplo, em crianças que é o vírus respiratório Sincicial. E pensa-se, não se percebe ainda bem como, mas pensa-se que está associada precisamente a esta quebra de imunidade devido ao uso das máscaras, de imunidade da população. Portanto, é

importante que se regresse à normalidade e a vacina permite-nos isso. Permite-nos regressar à normalidade. Foi por isso que a vacinamos e portanto, temos que acreditar que as vacinas vão funcionar e que isto se vai resolver.

J: Outro dos assuntos, e já aqui falamos de outra das metas definidas pela Ministra da Saúde hoje, foi que podíamos chegar aos 85% da população vacinada até o final de setembro. Parece-lhe uma meta, tendo em conta este ritmo expectável e vai permitir ainda mais um aliviar de medidas e vai depender também daquilo que forem os resultados e números que vão ser a ressaca deste verão, destes convívios mais próximos?

PS: Eu acho que os 85% é viável nós chegarmos lá. Cada vez vai sendo mais difícil à medida que vamos crescendo na percentagem chegar à meta porque é o que acontece geralmente. Felizmente em Portugal não aconteceu como nos outros países aconteceu, que por exemplo, os Estados Unidos pouco mais têm de 50%. E, portanto, nós conseguimos já chegar aos 70%, por isso é que estamos de parabéns. Acho que é viável, se chegarmos lá, ótimo. Penso que, eu não estou muito preocupado se não chegarmos aos 85%, porque penso que a cobertura que já temos agora é muito boa. Os dados epidemiológicos assim o indicam. Se somarmos a cobertura vacinal àquilo que é expectável que seja neste momento, a imunidade adquirida pela infeção natural, se calhar, temos uma imunidade geral global perto dos 90%, se chegarmos aos 85% de vacinação vai haver um overlap, não sei como é que se diz, vai fazer pessoas que tinham imunidade natural e que vão ser vacinadas, que também não há mal nenhum, mas o que eu quero dizer é que à medida que se vai aumentando a percentagem da vacinação o efeito que tem, o impacto que tem na pandemia ou neste vírus vai sendo cada vez menor.

J: A expressividade do impacto.

PS: Exatamente. Porque o grande impacto viu-se agora aqui entre os 50 e os 70%, onde teria um grande impacto.

J: Só para terminarmos e porque já nos resta muito pouco tempo, ainda sabemos que a terceira dose da vacina ainda não há evidências, ainda não há uma recomendação da Agência Europeia do Medicamento, mas parece-lhe expectável que venha a acontecer nem que seja para os grupos mais vulneráveis?

PS: Sim, para os grupos mais vulneráveis parece-me expectável que venha a acontecer por uma questão de prudência, até porque com esta variante delta, e nós sabemos que ao longo dos meses, a imunidade humoral, que é aquela que protege contra a infeção, vai decaindo e com esta variante delta

pode haver esse perigo de haver maior suscetibilidade de os grupos de risco serem infetados. Enquanto que, mas nós sabemos que os grupos de risco estão muito bem protegidos, porque vemos agora quando há surtos, por exemplo, nos lares, a maior parte das infeções são assintomáticas ou ligeiramente sintomáticas e não há o mesmo número de óbitos e hospitalizações. Portanto, eu penso que sim, penso que a prudência, diria que talvez seja bom, mas tem que ser bem analisado pelas comissões técnicas da DGS, mas que talvez seja uma coisa que provavelmente vá acontecer. Penso que não deveria acontecer para a população em geral. Acho que não é necessário, precisamente porque é o próprio vírus a circular que vai manter essa imunidade populacional.

J: Doutor Pedro Simas, muito obrigada por ter estado connosco no Jornal da Meia-Noite, tenha uma boa noite.

PS: Obrigado.